

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Roberto Sanches Rezende

**DAS COLOCAÇÕES À VILA  
Processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre**

**Maio de 2010, Campinas-SP**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**R339d**      **Rezende, Roberto Sanches**  
              **Das Colocações à Vila: processos de urbanização no Alto Rio Tejo, Acre / Roberto Sanches Rezende. - - Campinas, SP: [s. n.], 2010.**

**Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Seringueiros – Acre. 2. Seringueiros – Juruá, Rio. 3. Urbanização. 4. Seringueiros – Condições sociais. I. Almeida, William Barbosa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: From Rubber States to Town: urbanization processes in the Upper Tejo River, Acre**

**Palavras chaves em inglês (keywords):      Rubber tappers – Acre  
   Rubber tappers – Juruá, Rio  
   Urbanization  
   Rubber tappers – Social conditions**

**Área de Concentração: Antropologia Rural**

**Titulação: Mestre em Antropologia Social**

**Banca examinadora:                              Mauro William Barbosa de Almeida, Emília Pietrafesa de Godói, Neide Esterci**

**Data da defesa: 13-05-2010**

**Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social**

C  
R. 104

**ROBERTO SANCHES REZENDE**

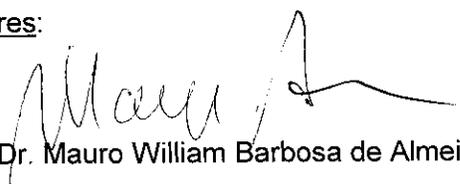
**Das Colocações à Vila: processos de urbanização no alto rio Tejo, Acre.**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 13/05/2010.

**Comissão Julgadora:**

Titulares:



Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (DA-IFCH - Presidente)



Profa. Dra. Neide Esterci (UFRJ)



Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (DA-IFCH)

Suplentes

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira (NEPAM)  
Profa. Dra. Mariana Ciavatta Pantoja Franco (UFAC)

**Campinas  
maio/2010**

997710702

*À memória de meus avós: caipiras e migrantes.*

## Agradecimentos

Essa dissertação deve sua existência a muitas pessoas. É difícil lembrar-me de todos que me ajudaram nessa caminhada iniciada em 2003, ano em que ingressei na Unicamp. Foram pessoas com quem compartilhei, em maior ou menor grau, alegrias, angústias, inquietações e, sobretudo, o cotidiano.

Primeiramente, agradeço à minha família pelo suporte que sempre me deu, que possibilitou meu ingresso na universidade e escolher os caminhos por onde seguir.

Ao professor Mauro Almeida que, em 2003, durante uma aula de introdução à antropologia, convidou todos os alunos a conhecerem suas pesquisas realizadas no Alto Juruá, motivo que me levou ao estudo da região e da antropologia. Também agradeço pela liberdade intelectual que me deu ao longo desses anos e pelos encontros de orientação que foram fundamentais para que a pesquisa não perdesse seu rumo.

Às professoras Emília Pietrafesa de Godói e Lúcia da Costa Ferreira, que participaram do Exame de Qualificação e contribuíram com idéias e críticas ao trabalho.

Agradeço também a todos os funcionários e professores do IFCH, com quem convivi por todo esse tempo.

Agradecimentos especiais ao kcond, batizado Luiz Gustavo da Cunha de Souza, com quem muito dialoguei durante esses anos de Unicamp e que me ajudou a refletir sobre problemas para além da antropologia. À Paulete, a Paula Barbosa da Silva Fontanezzi Leonel Ferreira, que trocou o Juruá pelo judaísmo, mas sempre acompanhou de perto minha pesquisa, além de ter sido a responsável pela revisão do texto agora apresentado. Ao Thiago Carvalhaes Borba de Araújo, simplesmente Thiago, com quem realizei

muitas atividades e projetos, ainda que alguns inacabados e abandonados, e que deve desembarcar no Juruá em breve!

À Sara, querida, que me acompanhou ao longo da dissertação me dando apoio e compreensão, principalmente para suportar os momentos finais de escrita e a distância e ausência durante as viagens ao Alto Juruá.

Aos amigos com quem morei por todos esses anos, especialmente Alê, pH, Gui, Leandro e Léo.

Ao pessoal das turmas de mestrado e doutorado de 2008 da antropologia.

À “equipe de pesquisa”, também conhecida como “o pessoal do Mauro”, sobretudo a Ana Carolina Bazzo da Silva, que iniciou junto comigo suas pesquisa sobre os seringais do Alto Juruá; a Eliza Lozano Costa, que me apresentou os diários de monitoramento e com quem tive o prazer de trabalhar em uma oficina na Reserva; e a Mariana Ciavatta Pantoja Franco, professora e amiga que coordenou minha primeira ida a campo.

Agradeço profundamente ao amigo Augusto Postigo, por ter me levado ao Alto Juruá pela primeira vez e por ter confiado e me incluído em tantas outras aventuras pelo Acre e pelo Pará. Junto com outro grande amigo, Antonio Barbosa de Melo, o Roxo, fizemos muitos trabalhos, sempre com muito comprometimento e companheirismo.

Agradeço imensamente aos moradores e monitores socioambientais da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que sempre me receberam com muito carinho e amizade em suas casas e que me ensinaram tudo que sei sobre a região. Agradecimento especial aos casais Bé e Bia, Tonho e Mariazinha, Roxo e Marinilda, e Nonato e Maria; e ao pessoal que trabalhou comigo e com toda equipe de pesquisa nos últimos anos: Tonho, Dema, Ilarino, Edir e Caboré.

Agradeço também ao escritor Maurício de Almeida, que me ajudou às pressas a pensar o título da dissertação.

Por fim, agradeço à Fapesp, por apoiar minhas pesquisas desde a iniciação científica.

## Resumo

Este é um estudo sobre as transformações ocorridas nos seringais da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, ao longo das décadas de 1990 e 2000, tendo como foco empírico a comunidade Restauração, localizada no Rio Tejo. A criação da Reserva no início dos anos de 1990 coincide com o momento histórico em que a produção de borracha deixa de ser a principal atividade econômica dos moradores da região. Desde então, uma série de mudanças organizacionais ocorreram: as formas de ocupação do território e de sociabilidade se transformaram e levaram a um novo modo de viver na floresta. Desejos e planos de vida de moradores e políticas públicas específicas criaram, nesse contexto, a possibilidade de ocupação do território em uma vila, onde mais de cem famílias, que antes estavam espalhadas por diversas localidades, passaram a morar em um mesmo espaço. Esse novo modo de ocupação é muito distinto do padrão disperso de colocações, antes preponderante nos seringais, e levanta questões sobre como lidar com as antigas regras de propriedade e sobre a gestão da unidade de conservação e o manejo dos recursos naturais, já que o surgimento de uma vila significa também o surgimento de um padrão urbano de ocupação territorial que aumenta a pressão sobre esses recursos e modifica as relações sociais entre os moradores.

## **Abstract**

This is a research about the transformations in the rubber states of the Upper Tejo River, located at the Extractive Reserve of the Upper Juruá River, in the last twenty years. Since the Reserve was created the rubber activity continuously declined and a new pattern of territorial occupation has emerged, transforming the way rubber tappers live in that portion of the rainforest. Public policies, wishes and desires of the habitants lead to the creation of a town inside the Reserve and the occupation pattern, that earlier was based in houses dispersed by the forest, now is of houses and habitants living close to each other in a same location in the river bank. This growth of a location puts a problem to the conservational policies, due to the fact that a Reserve is a place for nature's conservation and social development. There are other conceptual problems in the transformations in the territory occupation: the ownership rules and the social relations also change in a urban context.

## Sumário

Acrônimos .....	7
Índice de Figuras.....	9
Apresentação .....	11
Os Materiais e a Pesquisa de Campo .....	11
A Pesquisa e seu Local.....	14
Conteúdo da Dissertação .....	20
Sobre o uso de alguns termos .....	22
Capítulo 1. Introdução Histórica.....	25
A Reserva Extrativista.....	25
Os primeiros habitantes e o início da ocupação.....	26
A chegada dos migrantes.....	30
A primeira crise e o desenvolvimento de um modo de vida .....	33
A Segunda Guerra e o novo ciclo da borracha .....	40
As políticas de governo até a Reserva Extrativista .....	43
Capítulo 2. As Mudanças e a Vila .....	47
A Vila .....	47
Bé: mudança, melhoria de vida e olhar no futuro.....	50
Elenilton e Valdecir: histórias de mudança .....	68
Mudança no Cotidiano .....	83

Barraquinha e Vitória: semelhanças .....	90
Capítulo 3. Do Passado ao Futuro: processos de urbanização e novos desafios .....	95
Restauração, quatro décadas em desenhos .....	95
A política regional no processo de surgimento da Vila .....	103
Os novos problemas e os antigos moradores.....	114
O debate sobre as seringueiras.....	132
A avaliação da comunidade pelos moradores.....	136
Do Passado ao Futuro: processos e desafios .....	162
Considerações Finais.....	167
Vilas e unidades de conservação .....	171
Bibliografia.....	177

## **Acrônimos**

ASAJURUÁ – Associação Agroextrativista da Bacia do Rio Juruá

ASAREAJ – Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá

ASATEJO – Associação Agroextrativista da Bacia do Rio Tejo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CERES – Centro de Estudos Rurais (IFCH/Unicamp)

CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

REAJ – Reserva Extrativista do Alto Juruá

RESEX – Reserva Extrativista

SEAPROF (AC) – Secretaria de Estado de Extensão Agro Florestal e Produção Familiar

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

## Índice de Figuras

<i>Figura 1: Localização de Marechal Thaumaturgo no estado do Acre.....</i>	<i>15</i>
<i>Figura 2: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo.....</i>	<i>15</i>
<i>Figura 3: Localidades da REAJ em 1991.....</i>	<i>16</i>
<i>Figura 4: Localidades da REAJ em 2000.....</i>	<i>17</i>
<i>Figura 5: Localização da Vila Restauração.....</i>	<i>19</i>
<i>Figura 6: Desenho de uma colocação do início do século XX.....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 7: Bia, Bé e as crianças em casa, janeiro de 2006.....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 8: Bia e o bebê Marcelso em frente à casa inacabada, julho de 2006. ....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 9: Comunidade Vitória em janeiro de 2006.....</i>	<i>69</i>
<i>Figura 10: Rio Tejo próximo ao Vitória, em janeiro de 2006, tempo das chuvas. ....</i>	<i>81</i>
<i>Figura 11: Mapa da Restauração em 1965.....</i>	<i>97</i>
<i>Figura 12: Mapa da Restauração em 1975.....</i>	<i>98</i>
<i>Figura 13: Mapa da Restauração em 1985.....</i>	<i>99</i>
<i>Figura 14: Mapa da Restauração em 1995.....</i>	<i>100</i>
<i>Figura 15: Crescimento projetado de casas até 2050.....</i>	<i>115</i>
<i>Figura 16: Número de casas ao longo dos anos.....</i>	<i>115</i>
<i>Figura 17: Mapa da Restauração em 2007.....</i>	<i>117</i>
<i>Figura 18: “Mutirão”, cercas e banheiros na baixada do igarapé.....</i>	<i>118</i>

## **Apresentação**

O trabalho aqui apresentado é um quadro geral sobre as condições e os modos de vida de uma população da floresta em um determinado momento de sua história. Antes de ser uma abordagem teórica sobre processos de urbanização em áreas florestais, trata-se de uma etnografia sobre as condições sociais nas quais se encontram seringueiros após o declínio da borracha e sobre quais rumos esses habitantes do Alto Juruá decidiram dar para suas vidas e para a de seus descendentes, baseando-se em vivências passadas e em opiniões e expectativas acerca das coisas por vir.

### ***Os Materiais e a Pesquisa de Campo***

Os materiais utilizados durante a pesquisa foram os mais diversos. Incluíram desde teses de doutorado até cadernos escritos pelos moradores da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Grande parte do material analisado é resultado de quase três décadas de atuação do professor Mauro Almeida no Alto Juruá, período no qual fez seu doutorado, orientou e coordenou diversas pesquisas na região e incentivou os próprios seringueiros a produzirem dados sobre seu cotidiano, tendo eles se alfabetizado ao longo desse processo e se tornando verdadeiros pesquisadores da floresta com conhecimentos inestimáveis sobre o ambiente e a sociabilidade daquele pedaço do Acre.

Esses pesquisadores da floresta transformaram em letra os dados e os conhecimentos que iam acumulando ao longo de suas observações cotidianas e os passaram para “cadernos de monitoramento socioambiental”, que ficaram conhecidos entre eles e entre

os pesquisadores das universidades simplesmente como “diários”. Foram esses “diários” que me introduziram à temática e à região do Alto Juruá.

Ainda em 2003, durante meu primeiro ano de graduação do curso de Ciências Sociais da Unicamp, comecei a trabalhar com os cadernos de monitoramento socioambiental e, aos poucos, me inseri no grupo de pesquisa coordenado pelo professor Mauro Almeida.

Nesse contato inicial, o trabalho que realizava se resumia à transcrição desses cadernos para o computador, digitalizando aqueles dados escritos cotidianamente pelos moradores e que informavam sobre vários assuntos da vida daquela população e das condições ambientais: caça, pesca, agricultura, convivência, e até mesmo sobre os sonhos desses seringueiros, além de dados sobre animais que servem de indicadores ambientais, como sapos, borboletas e libélulas<sup>1</sup>.

Desse trabalho voluntário, realizado durante quase dois anos, passei, em 2005, a realizar uma pesquisa de iniciação científica sobre as práticas agrícolas dos moradores do Alto Juruá.

Já em 2006, integrei a equipe do projeto *Pesquisa e Monitoramento da Diversidade Biológica e Cultural no Alto Juruá para o Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento de métodos de pesquisa e monitoramento dos ecossistemas e da qualidade de vida na Reserva Extrativista do Alto Juruá*, coordenado pelos professores Mauro W. B. de Almeida (IFCH/Unicamp) e Mariana C. Pantoja Franco (UFAC), realizando a minha primeira viagem ao Alto Juruá. Nessa ocasião, entre os meses de

---

<sup>1</sup> Cada caderno trata de um tema específico, sendo que cada “monitor socioambiental” fica a cargo da escrita sobre um ou dois desses temas. Atualmente existem 946 desses cadernos arquivados no Centro de Estudos Rurais (CERES/IFCH/Unicamp), referentes ao período entre 1994 e 2007.

janeiro e fevereiro visitei a casa de vários monitores socioambientais, distribuindo material, corrigindo erros gramaticais dos cadernos, e dando orientações sobre a continuidade da pesquisa.

Em meados de 2006, retornei à Reserva Extrativista do Alto Juruá pelo mesmo projeto de pesquisa para, durante um mês e meio, repetir as visitas e os trabalhos feitos nos primeiros meses do ano.

Um ano depois, retornei com toda a equipe de pesquisa<sup>2</sup> para realização de uma oficina de análise de dados e encerramento do projeto junto aos moradores, com duração de quatro dias.

Após esse período, fiquei dois anos ausente da Reserva, enquanto trabalhava em Campinas com os dados que já tinha.

Em julho de 2009, já no mestrado em Antropologia Social, voltei à Reserva Extrativista do Alto Juruá como colaborador na consultoria para elaboração do *Plano de Manejo Participativo*<sup>3</sup>. Durante mais dois meses visitei vários locais da Reserva, conversando com as comunidades e com diversas autoridades e órgãos municipais e estaduais sobre o que aquele trabalho significava, suas características e a maneira como trabalharíamos junto à população. O objetivo principal do *Plano de Manejo* era estabelecer as regras de

---

<sup>2</sup> A equipe era formada pelos professores Mauro Almeida, Mariana Pantoja Franco, e por Eliza Lozano Costa, Augusto Postigo, Raimundo Farias Ramos (o Caboré) e Antonio Barbosa de Melo (o Roxo). Este último também foi quem me acompanhou ao longo das duas primeiras viagens, me ensinando muitas das coisas que sei sobre o Alto Juruá. Mariza Corrêa também colaborou ao longo da pesquisa, mas não esteve presente nessa oficina de encerramento.

<sup>3</sup> Os trabalhos do *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá* foram coordenados pelo consultor Augusto de Arruda Postigo, contratado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão do Ministério do Meio Ambiente, para cumprir um requisito legal previsto na lei que instaurou o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

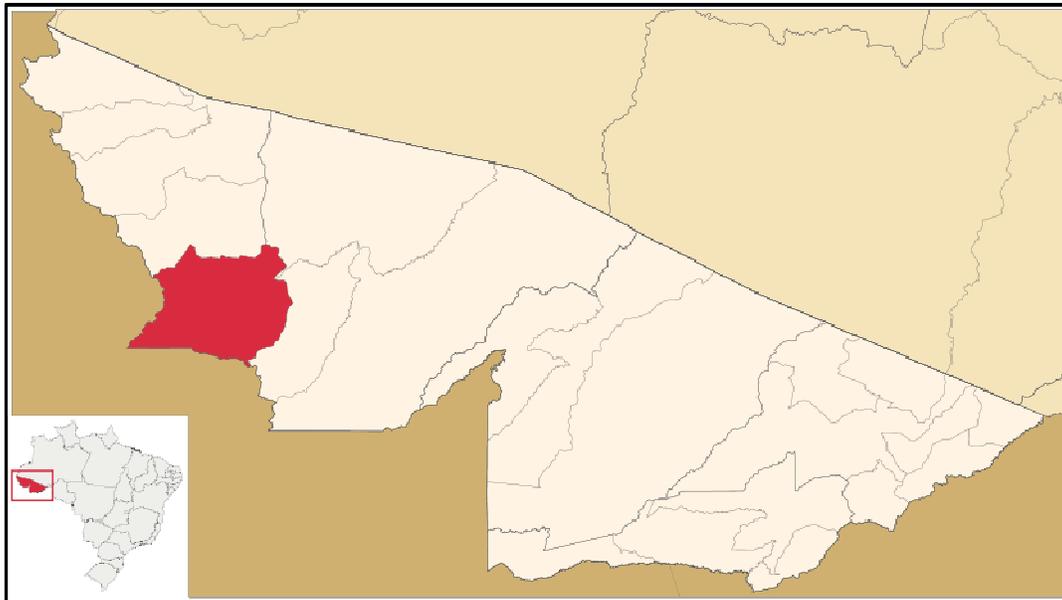
gestão da unidade e também um plano de desenvolvimento para melhoria da qualidade de vida.

Em março de 2010 estive novamente no Alto Juruá envolvido com os trabalhos do *Plano de Manejo*, por um período de quinze dias entre a população local. Assim como na viagem anterior, foram realizadas reuniões com as comunidades e as autoridades locais. Essas duas experiências me proporcionaram uma visão mais geral sobre os processos em curso na região, me fazendo notar as articulações existentes entre poderes e instituições que tinham influência clara sobre processos de mudança que eu havia notado entre os moradores durante minhas primeiras passagens pelo Alto Juruá.

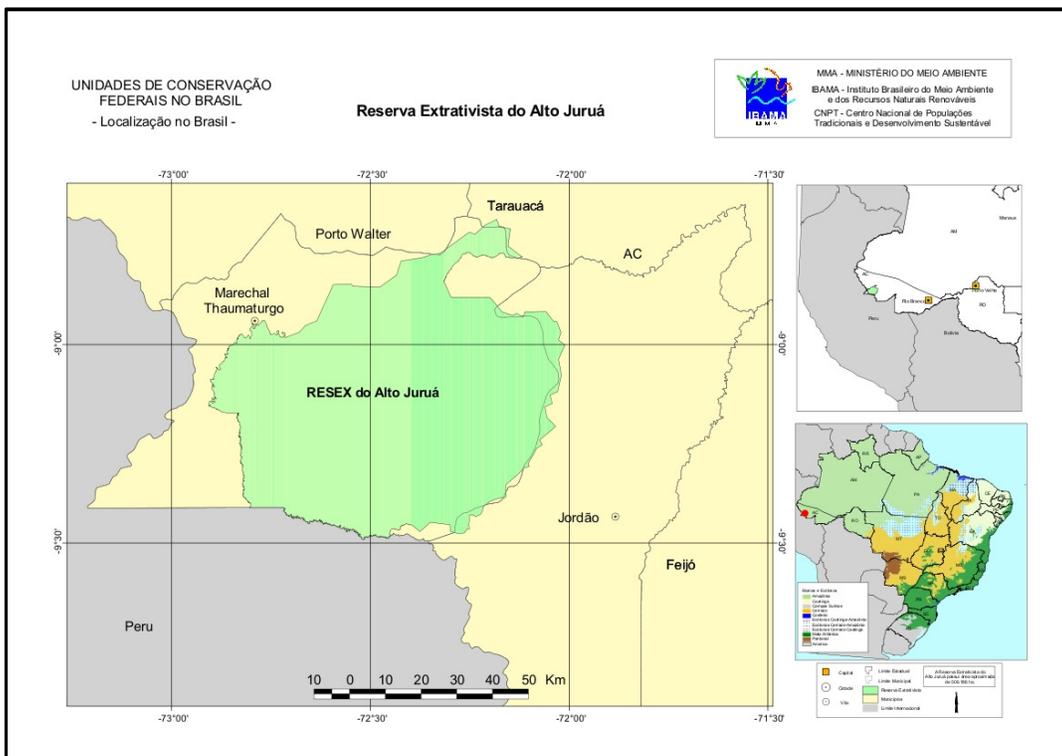
Foi em meio a esses trabalhos realizados entre os anos de 2006 e 2010 que pude conviver com os moradores do Alto Juruá, observar transformações e obter dados para a pesquisa agora apresentada. Outras informações foram extraídas dos diários de monitoramento socioambiental e também da vasta bibliografia produzida sobre a região, sobretudo pela equipe do professor Mauro Almeida. Foram esses longos anos de pesquisa coordenada por ele que possibilitaram a escrita desse trabalho, já que permitiram o acúmulo de material sobre a Reserva que cobre quase três décadas, seja com etnografias ou com descrições feitas pelos próprios moradores sobre suas condições de vida.

### ***A Pesquisa e seu Local***

O interesse inicial era fazer um estudo na Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), localizada no oeste acreano, no município de Marechal Thaumaturgo, que tratasse das transformações ocorridas nos seringais após a crise da borracha, sentida fortemente ao longo dos anos 2000.



**Figura 1: Localização de Marechal Thaumaturgo no estado do Acre (fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Acre\\_Municip\\_MarechalThaumaturgo.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Acre_Municip_MarechalThaumaturgo.svg))**

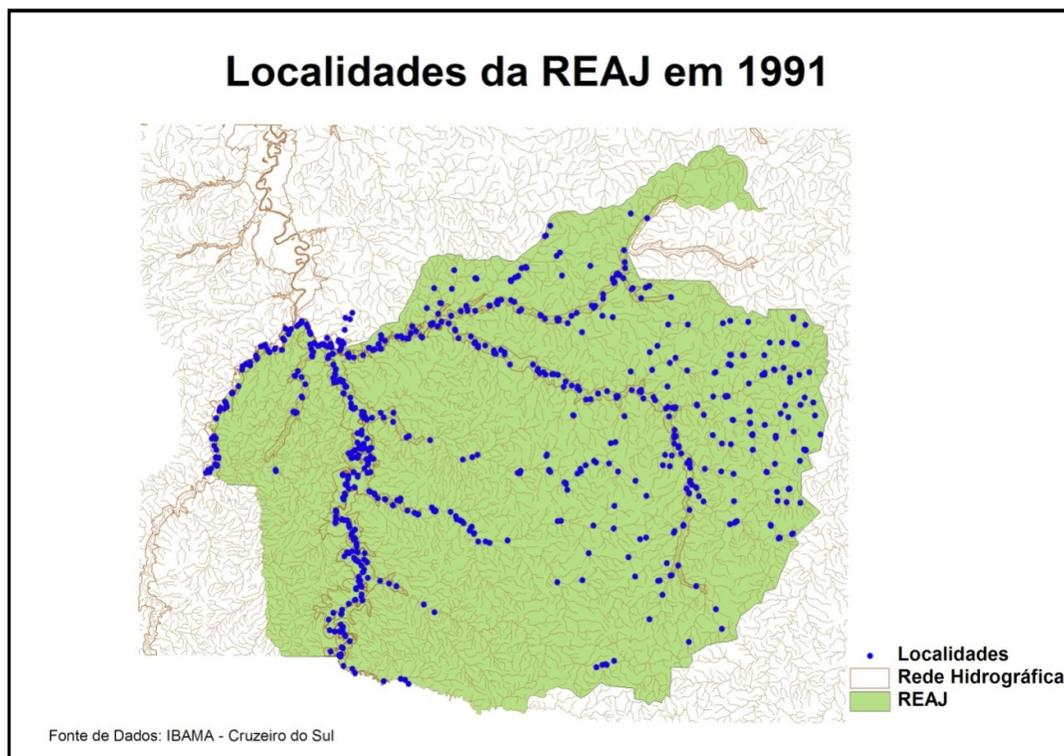


**Figura 2: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá no município de Marechal Thaumaturgo (fonte: CNPT - Cruzeiro do Sul)**

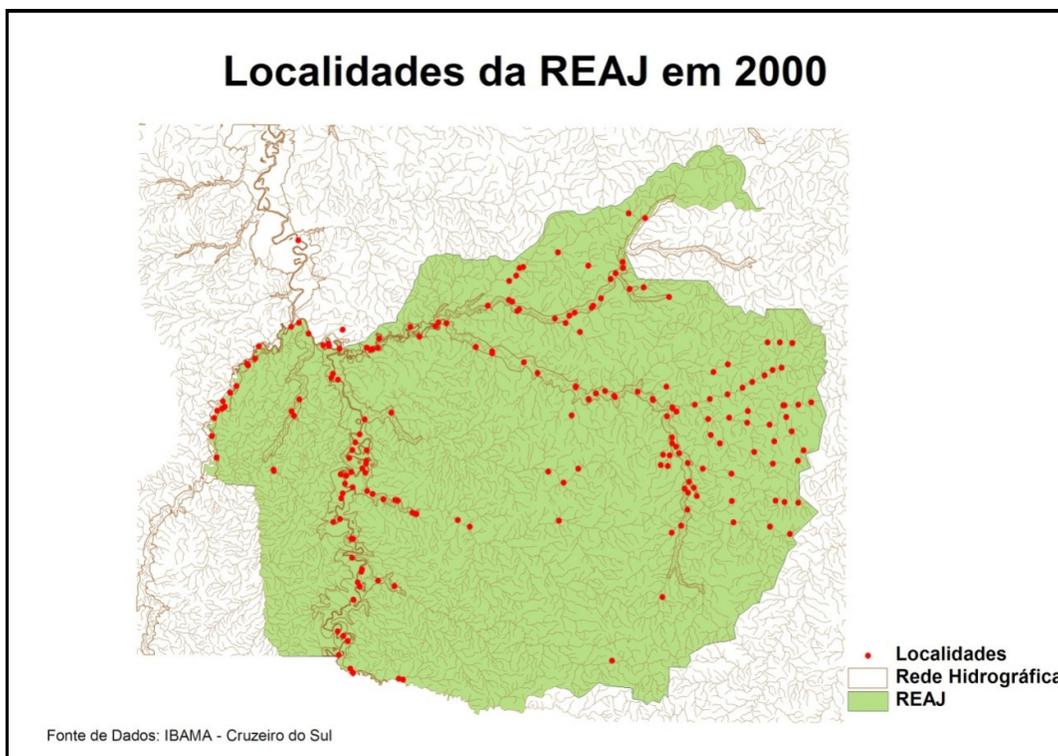
O quadro geral da ocupação humana na Reserva no início da década de 2000 era muito diferente do padrão de baixa densidade populacional que foi dominante durante as

décadas anteriores na região. Era possível notar uma clara diminuição no número de locais com moradores, que se concentravam cada vez mais nas margens dos rios, aumentando o tamanho das comunidades lá localizadas.

Não bastasse uma nítida tendência à aglomeração populacional, que além da diminuição no número de localidades também significava o aumento no número de casas por comunidades, o número de habitantes por casa também estava se modificando, e os dados disponíveis mostravam que de 1991 a 2005 havia menos pessoas morando em cada casa, o que apontava para a hipótese de que ocorriam profundas transformações no modo de vida, na organização familiar e no padrão de ocupação da população na região.



**Figura 3: Localidades da REAJ em 1991 (Montagem: Roberto Rezende)**



**Figura 4: Localidades da REAJ em 2000 (Montagem: Roberto Rezende)**

#### Dados de População da REAJ

Ano	Casas	Habitantes	Hab/Casa	Hab/km <sup>2</sup>
1991	857	5387	6,29	1,06
1996	639	4092	6,40	0,81
2005	1163	4677	4,02	0,92

**Tabela 1 - Fonte de Dados: (1991) ASAREAJ; (1996) CNPT/IBAMA (ambos retirados de ALMEIDA, 1998); (2005) CNPT/IBAMA.**

Com o objetivo de compreender essas transformações sugeridas pelos dados foi preciso delimitar o objeto da pesquisa. Apesar de observar esses indícios de grandes transformações no modo de vida da população em geral, a tarefa de analisar os motivos que levaram a essas mudanças e as transformações ocorridas no cotidiano dos

moradores de toda a Reserva levaria muito mais tempo do que os dois anos disponíveis para a realização da pesquisa. Optou-se, então, por realizar um recorte do objeto, privilegiando a análise mais detida de apenas uma comunidade da Reserva Extrativista.

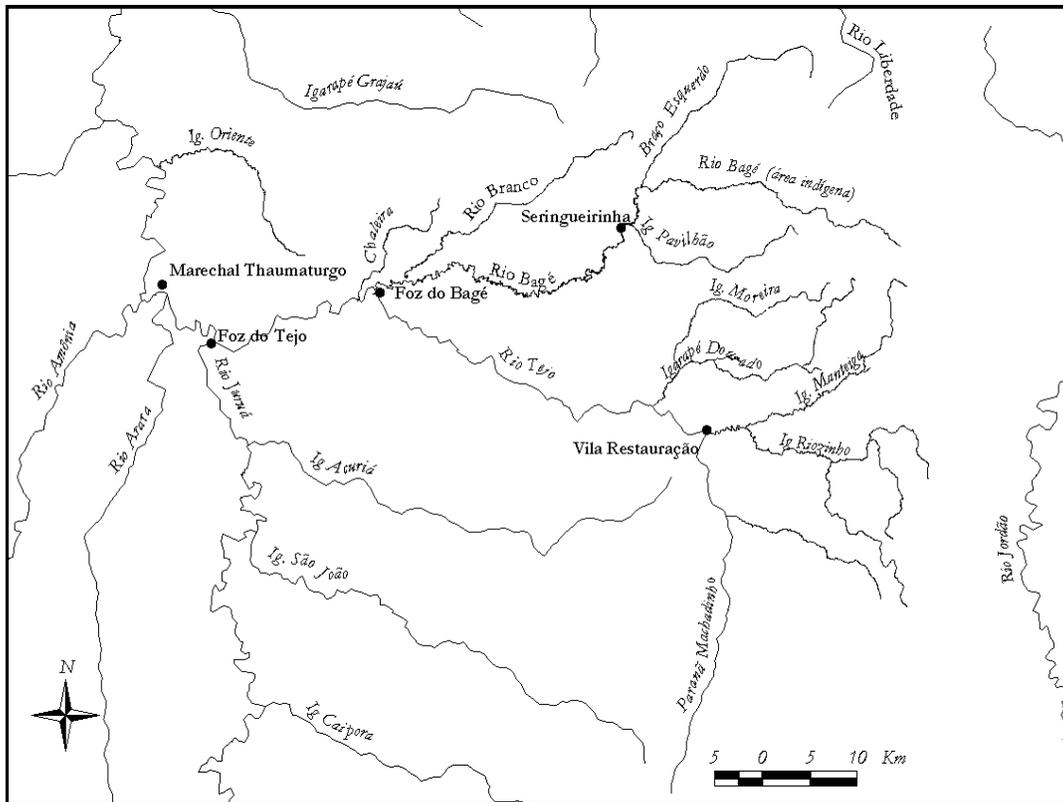
A comunidade escolhida foi a Restauração, a maior e, talvez, a mais importante comunidade da história da Reserva. A escolha se deu, basicamente, porque, além de ser a maior comunidade, a Restauração também era a comunidade que mais tinha atraído novas famílias e crescido ao longo da década. Somente no período em que presenciei pessoalmente as transformações do local, entre 2006 e 2009, o número de casas, que já era grande se comparado a outras localidades, dobrou, sendo que grande parte desses novos moradores vieram de localidades distantes da margem do rio, ou viviam rio acima, em locais mais isolados.

A Restauração é uma comunidade localizada às margens do rio Tejo, maior afluente do Juruá na região. Fica entre as nascentes e o meio do curso do Tejo e se encontra bem onde desemboca um de seus principais afluentes, o Riozinho.

Nos últimos anos a comunidade cresceu vertiginosamente, passando de um número de doze casas, em 1995, para cerca de cento e vinte casas, em 2009. Com o crescimento rápido do local a Restauração tem deixado de ser chamada de comunidade pelos moradores e passou a ser conhecida entre muitas pessoas como *vila Restauração*, ou seja, as pessoas passaram a se referir a ela com o mesmo termo que utilizam para se referir à *vila Thaumaturgo*, a sede municipal<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Em 2009, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Marechal Thaumaturgo tinha uma população estimada de 14.275 pessoas, incluídos os moradores da Reserva Extrativista e das Terras Indígenas.



**Figura 5: Localização da Vila Restauração (Montagem: Augusto Postigo)**

A Restauração tinha, em julho de 2009, uma estrutura e organização espacial muito diferente do sistema de colocações que marcou a sociedade de seringal e que, no geral, era composto por menos de uma dezena de casas em cada localidade, as estradas de seringa e os defumadores para produção de borracha (ALMEIDA, 1992). A vila contava, na ocasião, com cerca de cento e vinte casas, quatro comércios, cinco igrejas (católica, Assembléia de Deus, Pentecostal, Batista da Fé e Casa da Bênção), duas padarias, duas serrarias, barbearia, açougue, gerador comunitário de energia elétrica, caminho público com iluminação, escola de Ensino Fundamental (com trezentos e quarenta e nove alunos), escola de Ensino Médio (com cinquenta alunos), sede da subprefeitura municipal, telefone público, posto de saúde, rede de internet sem fio e um hotel.

Além de toda essa estrutura inédita na região, havia vinte e três aposentados na comunidade, além de trinta e nove funcionários que trabalhavam na escola, oito no posto de saúde, dois como agentes de saúde, e nove na subprefeitura. Isso significava um grande montante de dinheiro em circulação em um local em que, dez anos antes, a compra de mercadorias era feita direto nos barracões em troca de borracha (ALMEIDA, 1992).

### ***Conteúdo da Dissertação***

Há muitas leituras e muitos autores que inspiraram este texto. Desde que ingressei na graduação foram muitas as leituras e as influências que recebi e que foram moldando a forma como penso e como abordo os problemas em antropologia. Seria impossível buscar a gênese de cada reflexão aqui presente: com certeza há abordagens, idéias e teorias que reproduzi sem querer e mesmo sem perceber.

Por outro lado, há obras que claramente me serviram de inspiração para a realização desse trabalho. Além das obras que tratam especificamente da região Amazônica e, sobretudo, do Alto Juruá, gostaria de destacar outras duas: *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Candido, e *Naven*, de Gregory Bateson.

O trabalho que realizei é em grande parte inspirado no livro de Antonio Candido. A escolha de me debruçar sobre o problema da transformação de um modo de vida deve muito à leitura que fiz de *Os Parceiros do Rio Bonito*. A abordagem dada por Candido a um tipo de sociabilidade que se vê ameaçada por um processo histórico determinado serviu sempre como parâmetro para as reflexões sobre o Alto Juruá.

Bateson me ensinou a olhar para um problema sem que o abordasse com um referencial teórico dado e pronto a encaixar as manifestações do social em uma moldura teórica.

Sua obra sobre o ritual Iatmul deixou claro para mim que há várias possibilidades de compreensão de um mesmo problema e que descartar qualquer uma delas por uma convicção teórica anterior à pesquisa pode empobrecer em muito a compreensão dos fenômenos sociais.

A influência dessa leitura que faço da obra de Bateson fica clara ao longo do texto. Não há uma nítida filiação teórica e a escrita se desenrolou privilegiando os materiais de pesquisa e as observações de campo.

Há outras influências teóricas que gostaria de citar rapidamente: a sociologia compreensiva de Weber, que evitou que eu olhasse com um pessimismo determinista sobre os problemas da pesquisa, e a idéia de “fato social total” de Mauss, que aliada à leitura de Lévi-Strauss e de Antonio Candido me proporcionou reflexões sobre a característica totalizadora da experiência social.

A dissertação se divide em três capítulos, além da conclusão. O primeiro deles é um panorama histórico sobre o processo de ocupação da região por não-indígenas ao longo do século XX, passando pelo surgimento e declínio da empresa seringalista, até a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá.

No segundo capítulo são apresentadas histórias de moradores das cabeceiras do rio Tejo que se mudaram nos últimos anos de suas colocações para a vila Restauração, a maior comunidade da Reserva Extrativista. O capítulo procura explorar as razões que motivaram essas mudanças e como os moradores percebem sua nova vida e a situação em que se encontram na vila.

Já o terceiro capítulo se dedica a compreender o processo de surgimento da vila e os desafios que surgem com essa aglomeração populacional, analisando como algumas políticas públicas deram condições para o surgimento dessa vila no meio da floresta que

hoje conta com mais de cem casas. Durante o capítulo também se apresenta o ponto de vista dos moradores que estão na Restauração há décadas, aqueles que habitam ali desde o tempo em que havia apenas uma dezena de casas, buscando entender como esses moradores enxergam as mudanças ocorridas em seus cotidianos após o crescimento da comunidade.

Uma última consideração sobre o conteúdo da dissertação: os mapas e fotos, quando de autoria de outra pessoa, estão com as devidas fontes citadas. Quando se tratar de material produzido ou coletado por mim, não há referência à origem da imagem.

### ***Sobre o uso de alguns termos***

Ao longo do texto, sempre que um termo aparecer entre aspas significa que se trata de uma palavra ou expressão utilizada pelos moradores da Reserva Extrativista. Muitas vezes os termos entre aspas são utilizados após já terem aparecido em alguma fala de morador citada anteriormente.

Há termos que estão presentes na literatura antropológica e que têm sentidos específicos, ainda que variando entre autores, que aqui adquirem um sentido menos exato. Um exemplo é o uso de palavras como *casa*, *unidade familiar* e *família*, que muitas vezes se confundem ao longo do texto. Eles são todos usados como referência a um grupo de pessoas que vive sob um mesmo teto, cujas atividades produtivas se complementam, e que estão ligadas por laços de parentesco, seja ele sanguíneo ou ritual. O uso desses termos com menor rigor reflete uma aparente sobreposição feitas pelos moradores entre “casa” e “família” que não foi objeto de investigação desse estudo e que não permite uma discussão mais aprofundada sobre os mesmos.

Outros termos muito utilizados ao longo do texto e que não têm uma definição exata, mas que também são categorias locais, se referem aos tipos de ocupação existentes na região: *colocação, centro, comunidade, vila e localidade*.

Colocação se refere a um padrão de ocupação muito comum nos tempos de auge da borracha. Colocações eram porções de terra que compreendiam as estradas de seringa, as casas do seringueiro e os equipamentos necessários à produção de borracha, podendo também incluir os roçados. Em uma colocação havia, em média, menos de uma dezena de casas.

Centro é um termo que opõem a margem. Trata-se de uma oposição entre colocações situadas na margem do rio, ou no centro, ou seja, distante da margem do rio, a principal via de transporte na região. Hoje, tanto “centro” como “colocação” são muitas vezes utilizados pelos moradores do Alto Juruá como sinônimos de locais distantes e isolados, onde moram poucas famílias e onde há acesso a poucos serviços.

Em oposição ao isolamento representado pelo centro e pela colocação estão a comunidade e a vila. O uso local de “comunidade” se refere a um grupo de casas que se organizam e cujos moradores têm contato constante. Nem sempre uma comunidade é formada apenas por casas próximas. Uma casa em um centro ou um pouco distante de um aglomerado de casas pode ser parte da mesma comunidade que esse aglomerado. As comunidades começaram a surgir, e o emprego do termo “comunidade” entre os moradores, a partir dos anos de 1990, estimuladas por órgãos governamentais (PANTOJA, 2009).

“Vila” já é um termo utilizado para se referir a locais com um grande número de casas situadas próximas umas às outras. Nas vilas não há necessariamente laços de parentesco ou amizade entre todas as famílias, mas há acesso a uma série de coisas que não estão

presentes nos centros: energia elétrica, escola de Ensino Médio, Posto de Saúde, dentre outros.

Já localidade é um termo utilizado para se referir a qualquer tipo de ocupação tanto colocações, centros, comunidades ou vilas. Refere-se apenas a um lugar específico, independente do seu tipo de ocupação.

Ao longo do texto, a Restauração é referida às vezes como vila e às vezes como comunidade. Não se trata de querer apontar um único termo para descrever a situação dessa localidade, mas novamente valho-me do uso dos termos pelos moradores, que se referem à Restauração ora como vila, ora como comunidade.

## Capítulo 1. Introdução Histórica

### *A Reserva Extrativista*

A Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) é uma Unidade de Conservação nacional, localizada no extremo oeste do estado do Acre<sup>5</sup>. Trata-se da primeira Reserva Extrativista a ser reconhecida legalmente, tendo sido criada através de decreto presidencial em 23 de janeiro de 1990 (Decreto nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990)<sup>6</sup>. Como em outras modalidades de Unidade de Conservação nacionais, a utilização dos recursos naturais desta área deve ser pautada pelas regras previstas na legislação ambiental e, além disso, respeitar dois princípios fundamentais que estiveram na base da criação das Reservas Extrativistas: a conservação da natureza e a melhoria de vida das populações que residem nestas áreas.

A REAJ se estende por uma área de 506.186 hectares e, segundo dados do CNPT<sup>7</sup>, de 2005, habitam na Reserva cerca de 4600 pessoas, distribuídas em mais de 1100 casas.

---

<sup>5</sup> Fazem divisa com a Reserva Extrativista a quatro terra indígenas: Ashaninka do rio Amônia, Ashaninka-Kaxinawá do rio Breu, Jaminawa-Arara do rio Bagé e Arara do rio Amônia, esta última ainda aguardando a homologação.

<sup>6</sup> Reservas Extrativistas são definidas como espaços territoriais destinados à exploração e gestão auto-sustentável para a conservação dos recursos naturais renováveis conduzidos por populações tradicionais. O interesse na criação destas reservas não está relacionado somente com a conservação destes recursos, mas apresenta-se como uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável associado à melhoria da qualidade de vida da população local. A população residente possui o usufruto do território da Reserva e de seus recursos vinculados a uma determinada forma de uso caracterizada pelo seu uso tradicional de baixo impacto ambiental, sendo, portanto, legalmente responsável pela gestão dessa área de conservação.

<sup>7</sup> Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) é responsável pela co-gestão da Reserva Extrativista, junto com os moradores. Até 2007 era um órgão do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), quando passou a integrar o

Estes dados apontam para uma densidade populacional média de menos de um habitante por quilometro quadrado, essencial para a renovação e conservação dos recursos naturais e o bem-estar da população<sup>8</sup>.

A história de criação da Reserva passou por momentos diversos, iniciando-se na migração de nordestinos para a Amazônia ocidental, passando pelo sistema de trabalho dos seringais, pela luta do movimento sindical no Vale do Juruá, pela inclusão das causas ambientais na luta dos seringueiros e, por fim, chegou-se à criação da Reserva Extrativista, um modelo diferenciado de ocupação do território e utilização dos recursos naturais.

### ***Os primeiros habitantes e o início da ocupação***

A área em que hoje se encontra a Reserva Extrativista do Alto Juruá começou a ser ocupada por populações não nativas apenas no final do século XIX. Até então a região era habitada por diversas populações indígenas do grupo dos Nawa, como kaxinawá, amahuaca, jaminawá, kuntanawá dentre outras populações do tronco lingüístico Pano que ali residiam há tempos imemoriáveis (CUNHA & ALMEIDA, 2002).

A ocupação tardia do Alto Juruá dentro do processo de criação e expansão territorial da nação se explica tanto pela falta de interesse comercial na região amazônica como pelo difícil acesso aos rios do Alto Juruá. Até o século XIX os principais produtos comerciais da Amazônia eram as chamadas “drogas do sertão” (WOORTMANN,

---

recém-criado ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), ambos órgãos do Ministério do Meio Ambiente.

<sup>8</sup> A região da Reserva Extrativista do Alto Juruá localiza-se em uma área de altíssima biodiversidade, em parte proporcionada pela ocupação humana de baixo impacto que contribui para o surgimento de uma maior variabilidade de espécies. Cerca de 99% do território da Reserva é coberto por floresta (CUNHA & ALMEIDA, 2002)

1998). A comercialização e a demanda por esses produtos nos mercados nacionais e internacionais não era suficiente para promover o povoamento de todo território amazônico, o que só viria a acontecer, para o Alto Juruá, nos anos de 1870.

Pela dificuldade de acesso e transporte, a região amazônica do Alto Juruá teve sua ocupação por pessoas de fora impulsionada apenas quando a borracha atingiu altos preços nos mercados internacionais, suficientes para cobrir os gastos com ocupação das terras e transporte de mercadorias. Com o descobrimento do processo de vulcanização da borracha por Charles Goodyear, em 1839, houve uma demanda crescente dos mercados industriais pelo látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*) para a indústria de carros e bicicletas. A região do Alto Juruá apareceu, então, como privilegiada por sua floresta portadora de grandes quantidades de árvores produtoras de borracha.

Craveiro Costa, um dos historiadores da região, ao escrever um livro sobre a história da ocupação não-indígena no Acre, relata que em 1870 os “brasileiros” já haviam chegado nos rios Amônia e Tejo para explorar as árvores necessárias à produção da borracha. No entanto, o povoamento efetivo desses rios só se realizou na década de 1890 (FRANCO, 2001, p.93), mesma época em que a ocupação do território foi estendida até o rio Breu, atual fronteira entre Brasil e Peru (COSTA, 1974, p.111)<sup>9</sup>.

Durante estes anos iniciais de ocupação pelos não-nativos, segundo o jurista e historiador Castello Branco Sobrinho, aqueles que chegassem a locais desconhecidos iam se apoderando das terras e demarcando seringais:

---

<sup>9</sup> A atual fronteira entre Brasil e Peru também coincide com o limite das seringueiras. A expansão seringalista parou no rio Breu, pois era ali que se encontravam as últimas seringueiras da região (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.108).

*“Esses descobridores do Juruá, à medida que iam subindo, reservavam uma certa quantidade de praias para cada um, assignalando as extremas de um e outro lado da exploração com um pequeno roçado e deixavam uma taboleta com os nomes dos respectivos donos”* (SOBRINHO, 1930, p.595).

Apesar da facilidade que os primeiros ocupantes não-nativos tiveram na demarcação de posses individuais em uma região desconhecida, sugerida por Castello Branco, outros relatos e estudos sobre o Alto Juruá mostram que a situação de ocupação do território pelos que chegavam não foi tão fácil como pressupõe este relato inicial. Ao chegar no Alto Juruá para explorar o novo território os “descobridores” muitas vezes entraram em conflito com os habitantes tradicionais daquelas terras: as populações indígenas. Tais conflitos tiveram como expressão mais marcante as *correrias*, presente até hoje na memória dos moradores da região como um momento crucial tanto na história de fundação dos seringais como na história das populações indígenas<sup>10</sup>.

As *correrias* eram “expedições armadas contras os povos indígenas [...]. As correrias sinalizavam para um confronto constitutivo desses primeiros tempos, e que opunha ferozmente as populações nativas e aqueles que adentravam para fundar os seringais e neles trabalharem” (FRANCO, 2001, p.138). Elas eram para os seringalistas uma etapa necessária à produção da borracha: para que fosse possível desenvolver a exploração das seringueiras espalhadas pela mata era preciso ter domínio do vasto território da floresta e os primeiros brancos que chegaram à região tiveram que se empenhar na tarefa de conquistar dos nativos as terras onde se poderia instalar um seringal.

---

<sup>10</sup> Mariana Pantoja Franco diz que, para os seringueiros, as correrias funcionaram como “mitos de criação da ‘nação’ seringueira” (FRANCO, 2001, p.138). Aquino e Iglesias, em uma obra sobre a história dos kaxinawá do Alto Juruá, mostram como “o tempo das correrias” permanece na memória dessas populações como um momento histórico de transformações e violências profundas, sendo lembrado em detalhes até hoje (AQUINO, 1994).

O *tempo das correrias* representou um período histórico em que os indígenas foram expulsos de suas aldeias pelo interesse de seringueiros e patrões brasileiros em explorar as seringueiras da região. Durante as correrias as populações indígenas foram dizimadas e sofreram os mais diversos tipos de violência (AQUINO, 1994). Essa conquista das terras do Alto Juruá pelos não-nativos não só proporcionou o controle sobre o território para a empresa seringalista; ela também significou o genocídio de vários povos e casos de violência extrema contra essas populações<sup>11</sup> que já habitavam a região a tempos desconhecidos.

É inegável que populações indígenas inteiras foram expulsas de suas terras e que, em muitos casos, foram completamente dizimadas durante o processo de fundação dos primeiros seringais no oeste acreano, mas este não foi o único tipo de contato estabelecido entre os conquistadores e os nativos durante estes anos iniciais da empresa seringalista. Durante o *tempo das correrias* indígenas também foram incorporados à sociedade de seringal. Principalmente mulheres e crianças, após terem seus irmãos e pais mortos, eram capturadas e levadas aos seringais para serem *amansadas*, ou seja, inseridas no funcionamento e cotidiano do seringal. Estas mulheres teriam, mais tarde, papel fundamental no desenvolvimento de um modo de vida próprio dos seringais,

---

<sup>11</sup> Mariana Pantoja Franco dá exemplos, em sua tese, de descrições comuns na região sobre os atos de violência cometidos durante as *correrias*: “*Há histórias recorrentes sobre as crueldades que marcavam as correrias, e que povoam incrivelmente as narrativas sobre esses tempos: matar índios, cortar seus testículos e depositá-los na boca dos donos; jogar crianças índias para o alto e apará-las com a faca; matanças que cobriam tudo (o igarapé, os pés de quem chegasse) do vermelho do sangue das vítimas. A tragédia que invariavelmente recobre o encontro entre índios e brancos – não só no Acre – é suficiente para acreditarmos que essas crueldades tenham de fato ocorrido, algumas delas transformando-se em espécie de “marca registrada” das correrias, sendo recorrentemente referidas. A violência e terror espalhados têm algo de inexplicável pela aparente gratuidade*” (FRANCO, 2001, p.150)

sendo esposas e mães de seringueiros e fonte de incontáveis conhecimentos sobre a floresta e seus saberes (WOLFF, 1999; FRANCO, 2001).

### ***A chegada dos migrantes***

A empresa seringalista que se encontrava em plena expansão para suprir as demandas industriais por borracha necessitava não só da conquista do território e das seringueiras: era preciso povoar as terras conquistadas com trabalhadores que se dedicassem à atividade produtiva da borracha.

A região onde hoje se encontra a REAJ, como já dito, era habitada apenas por populações indígenas antes da chegada dos seringalistas. Dessa maneira, os seringais foram buscar grandes contingentes de mão-de-obra migrante, principalmente na região nordeste do país, para poder desenvolver a exploração intensiva das seringueiras. Na maioria das vezes estes migrantes rumavam para o Alto Juruá sozinhos, deixando suas famílias nas cidades de origem. A idéia era ir para a Amazônia, enriquecer com o “ouro negro”, e retornar para suas famílias após alguns anos de trabalho (WOORTMANN, 1998)<sup>12</sup>.

Com a intenção de enriquecer e retornar para suas cidades de origem, milhares de homens<sup>13</sup> rumaram para o Alto Juruá durante o primeiro grande período de exploração da borracha na região, iniciado em 1870 e que entrou em declínio por volta de 1912. Em

---

<sup>12</sup> A já existente migração de nordestinos para a Amazônia foi alavancada nos anos entre 1877 e 1880, quando o nordeste passou por uma severa seca, causando fome, sede e epidemias que levaram a mais de 50 mil mortes só no Ceará, a principal fonte de mão-de-obra para os seringais amazônicos (WOLFF, 1999, p.47).

<sup>13</sup> Só no ano de 1878, para toda região amazônica, foram enviados cerca de 54 mil nordestinos. (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p,107)

1906, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, o primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá<sup>14</sup>, apresentou dados censitários nos quais constava uma população de mil duzentos e quarenta e nove homens (77,29%) e apenas duzentas e oitenta e três mulheres (17,51%) nos seringais da bacia do rio Tejo (POSTIGO, 2008, p.46).

Estes homens, nordestinos, migrantes, após saírem sem familiares da sua região de origem e chegarem ao Alto Juruá, vinculavam-se a uma unidade produtiva: o seringal. Um seringal era um território de floresta que continha seringueiras e cujo controle pertencia ao patrão. O patrão era quem tinha formalmente a relação de arrendador-arrendatário em relação aos seringueiros, que pagavam a ele uma renda de estrada de seringa<sup>15</sup>, uma espécie de aluguel para poderem utilizar as seringueiras que se encontravam nas terras supostamente pertencentes aos patrões. Além de arrendar ao seringueiro a terra, o patrão gozava de monopólio sobre o comércio da borracha, através do chamado sistema de aviamento<sup>16</sup> (ALMEIDA, 2004). Via de regra os seringueiros

---

<sup>14</sup> Durante os anos finais do século XIX o território acreano estava “sob soberania boliviana, embora contestada pelo Peru, e de fato ocupado pelos seringueiros brasileiros” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.109). O estado do Acre só se tornaria oficialmente território brasileiro em 1903, com o Tratado de Petrópolis, mas a região onde hoje se encontra a Reserva Extrativista do Alto Juruá só seria controlada pelas forças armadas brasileiras em 1904, quando, após assumir um ano antes a missão de fundar o município de Cruzeiro do Sul e de administrar o Departamento do Alto Juruá, o então Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo liderou tropas que expulsaram da foz do rio Amônia um posto de oficiais peruanos (CUNHA & ALMEIDA, 2002).

<sup>15</sup> Cada estrada de seringa custava ao seringueiro 33 quilos anuais de borracha. Um seringueiro cortava, em média, de duas a três estradas de seringa, devendo pagar ao patrão 66 ou 99 quilos, respectivamente.

<sup>16</sup> O sistema de aviamento funcionava da seguinte maneira: seringueiros nos seringais obtinham créditos de seus patrões em forma de mercadoria, que obtinham de seus patrões maiores e esses das casas aviadoras de Belém e Manaus que em última instância os obtinham dos compradores de borracha nos mercados da Inglaterra e EUA. Os seringueiros produziam borracha, com a qual pagavam seus credores, os patrões dos seringais, que por sua vez pagavam com essa borracha seus credores e assim

que chegavam ao Alto Juruá permaneciam presos ao patrão por uma dívida difícil ou impossível de pagar e que se iniciava com os custeios de viagem do seringueiro de sua terra natal para o seringal, que eram pagos pelo patrão, e que em muitos casos aumentava com as mercadorias compradas pelo seringueiro ao longo do ano nos barracões controlados pelo patrão<sup>17</sup>. Os patrões utilizavam-se de violência, em geral com apoio da polícia e do sistema judiciário local, para expulsar seringueiros de seringais no caso de infração das regras, ou para cobranças de dívidas em atraso.

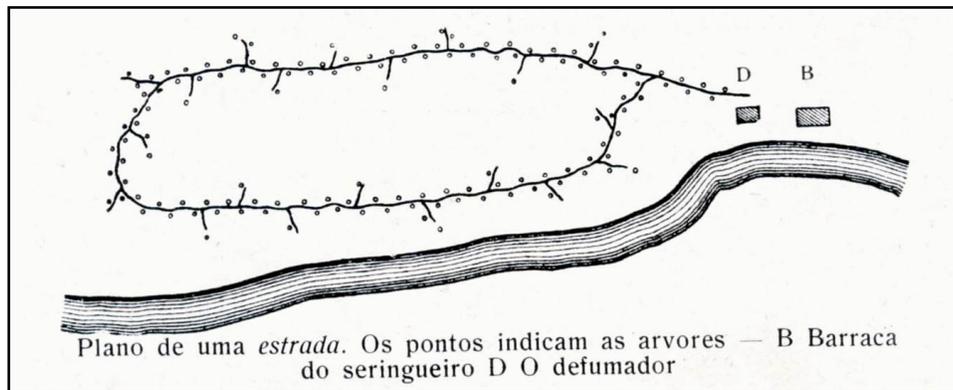
Inseridos nessa cadeia de dívidas e créditos do sistema de aviamento, desconhecedores do ambiente de floresta, sofrendo pressão dos patrões para produzir a maior quantidade possível de borracha e com a vontade de se livrar das dívidas e retornar para suas terras, os primeiros seringueiros do Alto Juruá tinham na produção de borracha uma atividade produtiva exclusiva.

Nesse primeiro contato com a Amazônia, o espaço em que o seringueiro vivia e produzia borracha era a colocação. Tratava-se de uma porção de terra que compreendia as estradas de seringa (caminhos na mata que conectavam as seringueiras dispersas naturalmente), os aparelhos necessários à produção de borracha (o defumador) e a casa do seringueiro (que nesses primeiros tempos era, muitas vezes, apenas uma barraca ou um tapiri: uma casa improvisada com folhas de palmeiras e pedaços de madeira)

---

sucessivamente. Muitas vezes a produção não era suficiente para pagar esse crédito pelos mais diversos motivos e nos mais diferentes pontos dessa rede de créditos e dívidas.

<sup>17</sup> Os barracões eram construções estrategicamente colocadas nas bocas de rios e igarapés para controlar o fluxo de pessoas e mercadorias pela rede hidrográfica. No barracão os seringueiros compravam mercadorias necessárias ao seu cotidiano e pagavam, no fim do ano, com a borracha que produziam. Os patrões tinham o monopólio tanto da compra da borracha como da venda de mercadorias. Além da renda das estradas e da revenda da borracha, o patrão tinha como lucro a revenda de mercadorias para os seringueiros. Em outras regiões da Amazônia se registrou preços de mercadorias nos barracões até 400% mais caros do que os praticados em cidades como Belém (WOORTMANN, 1998, p.174).



**Figura 6: Desenho de uma colocação do início do século XX, feito por Avelino de Medeiros Chaves em 1913 (Fonte: POSTIGO, 2008, p.19)**

Era nesse isolamento, tão presente nos relatos de viajantes e autoridades do século XIX e início do XX<sup>18</sup>, que viviam os primeiros seringueiros que rumaram para o Alto Juruá. Colocados na mata eles se prestavam à produção exclusiva da borracha e buscavam se livrar de uma dívida iniciada no seu deslocamento para a região para que, mais à frente, juntassem um saldo e retornassem para suas terras e famílias no nordeste brasileiro.

### ***A primeira crise e o desenvolvimento de um modo de vida***

Chegados à Amazônia, os primeiros migrantes entraram na cadeia econômica de créditos e dívidas do sistema de aviamento e foram colocados em um ambiente completamente desconhecido e cuja paisagem era diferente daquela que conheciam anteriormente. Lá eles se instalaram nas colocações e passaram a viver em uma porção de terra cujo único objetivo era a produção de borracha. Com o objetivo de satisfazer as demandas industriais por borracha e a vontade do seringueiro de acumular um saldo para retornar para sua terra, os primeiros seringais tinham como atividade exclusiva a extração do látex.

---

<sup>18</sup> Muitos desses relatos são citados no livro de Cristina Wolff, *Mulheres da Floresta* (WOLFF, 1999).

Os dados sobre as exportações brasileiras de borracha mostram como a produção no período das primeiras décadas após a ocupação dos seringais do Alto Juruá cresceu, demonstrando uma grande demanda internacional pelo produto. No período entre 1871 e 1880, o país exportou 60.255 toneladas de borracha. Entre 1880 e 1890 esse número saltou para 110.048 toneladas. Na década seguinte ele chegava a 213.755 toneladas. Na última década antes da primeira crise nas exportações, entre 1901 e 1910, a produção brasileira de borracha atingiu 345.070 toneladas de borracha (ALMEIDA, 1992, p.321). A produção dos seringais acreanos era uma parte significativa desse montante. Em 1899, 60% da borracha amazonense era produzida no território do Acre (WOLFF, 1999, 47).

Com esse contexto favorável de produção crescente e bons preços pagos pela borracha e com a dedicação exclusiva à sua produção, alguns seringueiros conseguiram pagar suas dívidas com os patrões e retornaram para suas famílias. Um dos atuais moradores do Rio Bagé, o senhor João Eugênio de Amorim, conhecido como João Gonzaga, relata que, em 1911, muitos seringueiros voltaram para as suas terras:

*“Tinha deles que deixavam as esposas em sua terra, o Ceará, pensando em juntar dinheiro e voltar. No ano de 1911, o velho meu pai resolveu voltar e foi até a foz do Tejo com esse Conrado, amigo dele, e outro companheiro chamado Doca. Quando chegou na foz do Tejo, falou para o Doca: “Vamos embora compadre – que eles eram mesmo compadres – para nós tirarmos mais um ano?”. Doca respondeu: “Vamos embora compadre, vamos cortar mais um ano”. Nesse ano, contou meu pai, foram embora muitos seringueiros. Os dois, Doca e meu pai, voltaram. Meu pai já tinha saldo, mas achava que se aumentasse o saldo dele com mais um ano de trabalho seria melhor. Pensava em voltar para o Ceará. Todos que foram tinham saldo, pagaram as contas e foram embora. Papai e Doca também tinham, mas ficaram. O Doca foi embora para o Liberdade e morreu já velho por lá. O papai morreu velhinho aqui, no Cruzeiro do Vale, na casa do filho dele, o meu irmão, o Bento, em 24 de julho de 1974”.* (trecho de entrevista de

João Eugênio de Amorim a Augusto Postigo, em dezembro de 2004. POSTIGO, 2008, p.39)

Nesse ano em que o pai de João Gonzaga e seu companheiro decidiram ficar nos seringais do Alto Juruá a borracha brasileira já começava a perder força no mercado internacional. A primeira crise da borracha estava a começar.

As causas da crise tiveram início no ano de 1876, na mesma década em que os seringais do Alto Juruá estavam começando a ser ocupados pelos migrantes. Longe dali, em Santarém, na margem oeste do rio Tapajós, o inglês Henry Wickham coletava sementes de seringueiras para enviá-las ao jardineiro-chefe do Jardim Botânico Real de Kew, na Inglaterra, onde estas sementes seriam cultivadas e dariam origem a milhares de mudas de seringueiras (DEAN, 1989, p.40/51). As mudas e sementes seriam enviadas a outras regiões tropicais, em países africanos e asiáticos, onde se adaptaram melhor do que ao clima tropical amazônico.

Nos seringais da Ásia e da África as seringueiras puderam ser cultivadas em maior número em um pequeno espaço de terra. Enquanto na Amazônia elas estavam dispersas naturalmente pela mata, nos seringais de cultivo elas estavam alinhadas e próximas, aumentando a produtividade dos seringais e diminuindo os custos de produção<sup>19</sup>. Assim,

---

<sup>19</sup> “A produtividade nas plantações coloniais asiáticas, controladas por capitais ingleses, holandeses e franceses, estava entre 1 e 2 toneladas anuais por seringueiro e por hectare de plantação, enquanto a média amazônica se limitava a 400 quilos por seringueiro (embora seringueiros muito produtivos, em boas regiões como o rio Tejo, pudessem passar da marca da tonelada), em 400 hectares de floresta natural. Enquanto a Amazônia nunca passou das 42 mil toneladas atingidas em 1912, a Ásia já produzia 100 mil toneladas em 1915, passando de 1 milhão de toneladas nas décadas seguintes. Além disso, sempre fora um problema controlar o trabalho e fiscalizar a produção dos seringueiros espalhados pelas distâncias da floresta; nas plantações coloniais asiáticas porém o trabalho, sustentado quando necessário pela importação de coolies, era abundante e submetido a leis que regulamentavam as relações de trabalho com uma dura legislação criminal” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.117).

no início da década de 1910, a borracha brasileira passou a perder competitividade no mercado internacional e uma crise se instaurou nos seringais amazônicos.

Com a crise, os seringueiros já instalados na floresta amazônica, ocupando até as cabeceiras dos rios da bacia do Juruá, tiveram que sobreviver sem o suprimento das mercadorias que chegavam aos barracões financiadas dentro da cadeia do sistema de aviamento pelas empresas de importação e exportação sediadas em Belém e Manaus<sup>20</sup>. Eles tiveram que desenvolver modos de sobreviver sem depender das mercadorias que antes compravam com sua produção de borracha. Os moradores da floresta se encontravam agora isolados social e economicamente das metrópoles amazônicas e era preciso aprender a utilizar os recursos da rica floresta tropical para não depender apenas da produção de borracha para se alimentar.

Se para os seringueiros a falta de abastecimento de mercadorias com bons preços e quantidades suficientes nos barracões era um problema e era preciso desenvolver outras atividades produtivas para sobreviver, para os patrões era necessário manter aqueles trabalhadores da borracha ocupando as terras conquistadas.

Para conter um possível êxodo dos seringais pelo descontentamento dos trabalhadores com as condições de vida, os patrões passaram a liberar a prática de atividades antes restritas a poucos, ou proibidas. Atividades como caça, agricultura e criação de animais

---

<sup>20</sup> Há um relato do Padre Tastevin, de sua visita ao rio Tejo em 1913, que ilustra a situação em que se encontravam os seringueiros: *“Toda a região sofre de extrema escassez. Tudo o que há para comer é mandioca e feijão, e mesmo esses víveres ameaçam desaparecer. Em alguns lugares não há nem açúcar nem café. (...) Devemos lembrar que essa é a região por excelência da borracha, onde todas as mãos se ocupam com a extração da preciosa goma. Toda a alimentação e as bebidas são importadas por rio em vapores pertencentes às grandes casas comerciais de Manaus e de Belém. Portanto, quando os vapores deixam de chegar na época esperada, por uma razão ou outra, o espectro da fome aparece imediatamente”* (Tastevin, *Apud*, CUNHA & ALMEIDA, 2002, p. 118).

eram privilégio de pessoas de confiança do patrão, ou de índios *amansados*, e proibidas aos demais trabalhadores, para que estes continuassem exclusivamente no trabalho da borracha (WOORTMANN, 1998, p.175). Com a primeira crise esse quadro começa a se transformar e os seringueiros encontraram, então, liberdade maior para se dedicarem a outras atividades produtivas<sup>21</sup>.

Nessa mesma época em que outras atividades produtivas passaram a ser toleradas pelos patrões ocorreu outra mudança fundamental, que daria um novo rumo à história dos seringais: trata-se do aumento do número de mulheres na região. Índias capturadas e mulheres encomendadas começaram a adentrar os seringais e a se casarem com os moradores do Alto Juruá. Aos poucos, a discrepância no número de homens e mulheres, registrada em 1906, foi se desfazendo.

A antiga proibição de se constituir família nos seringais, imposta pelos patrões, foi retirada tendo como objetivo evitar o êxodo populacional. A maioria das mulheres que entraram na vida dos seringais neste período eram índias capturadas nas *correrias*, mulheres “livres” de Manaus e Belém ou as “nordestinas”<sup>22</sup>. Alguns seringueiros mandavam buscar suas famílias no nordeste, enquanto outros encomendavam “mulheres-mercadoria” nos barracões. Estas mulheres encomendadas eram avaliadas e

---

<sup>21</sup> A crise, além de maior liberdade produtiva, trouxe revolta entre os seringueiros. Foram muitos os protestos contra o enfraquecimento do poder de compra da borracha. Alguns protestos levaram a atos de revolta, como incêndio de barracões, assassinatos de patrões, expulsão dos gerentes dos barracões pelos seringueiros e suicídios (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.118).

<sup>22</sup> Mariana Pantoja Franco, em sua tese de doutoramento, relata detalhadamente a captura de duas crianças índias no Alto Juruá e como elas se inseriram na sociedade de seringal. Das duas meninas capturadas, em 1911, por um cearense de nome Raimundo, a mais velha foi dada ao patrão e a mais nova ficou sob os cuidados deste último até que se fizesse moça, quando Raimundo veio buscá-la para tornar-se sua esposa. A menina mais nova foi batizada como Regina e “passou o restante de sua vida em meio aos brancos, como esposa de seringueiros, parteira e curadora” (FRANCO, 2001, p.139).

dessa avaliação se chegava a um valor a ser pago em borracha por elas. É de se imaginar que as índias capturadas e as mulheres “livres” tinham um preço menor do que as valorizadas “nordestinas”, segundo sugere o relato de Ellen Woortmann (WOORTMANN, 1998, p.178).

O fato é que a entrada dessas mulheres no cotidiano dos seringais alterou drasticamente o modo de vida predominante na região. Com as mulheres se criou grupos domésticos que, livres das proibições produtivas impostas pelos patrões, puderam diversificar suas atividades econômicas. Aqueles seringueiros que se uniram a uma mulher conseguiram prosperar em uma nova situação onde a borracha já não tinha mais o poder de compra anterior e onde a diversificação da produção era essencial para a sobrevivência. Aqueles que permaneceram solteiros enfrentaram muitas dificuldades e muitos abandonaram os seringais.

Um relato do padre Tastevin, de 1926, mostra como, em um período de menos de 20 anos, a dinâmica dos seringais passou do isolamento requerido pelos patrões para a constituição de famílias, essenciais para o novo tipo de utilização dos recursos do território:

*“A vida só é boa aqui para as famílias numerosas, aquelas em que enquanto os rapazes vão colher a goma nativa o pai se entrega à pesca, a mãe e as moças às culturas, à lavanderia, à costura. Mas infeliz do homem isolado, sobretudo se ele vier a cair doente: sua vida não é mais que um longo martírio. Infeliz também aquele cuja família é muito pequena para ajudá-lo: ela não faz mais que aumentar sua carga”* (Apud CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.120).

Nesses anos, após o início da crise, o padrão de ocupação da região e a utilização dos recursos naturais começaram a se alterar. O predomínio anterior de colocações com homens isolados e dedicados exclusivamente à produção de borracha deu lugar a

colocações ocupadas por famílias inteiras, cujas atividades produtivas eram diversificadas e tiravam maior proveito da abundância de recursos da rica floresta. Os seringueiros se tornaram menos dependentes do patrão para sua sobrevivência<sup>23</sup> e a venda de borracha passou a ser apenas uma atividade que gerava lucro dentro de um modo de vida nascente e muito mais amplo<sup>24</sup>, que garantia a sobrevivência da família e onde cada vez mais ganhavam espaço a pesca, a caça, a agricultura e outras atividades de subsistência.

*“O modo de vida desse grupo de camponeses da floresta diferenciava-se bastante daquele seguido pelos seringueiros que chegaram nos primeiros tempos de expansão do preço da borracha. Com a crise, aos poucos, a esperança de voltar para a terra nordestina com fortuna teve que ser abandonada pelos que ficaram. A constituição de famílias, a prática da agricultura e do fabrico da farinha; a caça e a pesca como verdadeiras instituições cotidianas; a criação de pequenos animais; a construção de técnicas adaptadas à floresta; o artesanato com cipós, palhas e outros materiais da mata; o conhecimento das ervas da região para curar doenças; as visitas e as festas; tudo isso fez parte, junto com o trabalho de extração do látex, desse modo de vida novo, que deu a essas pessoas a possibilidade de continuar na região sem a “assistência” anteriormente*

---

<sup>23</sup> Antes da crise nos seringais, não era apenas a vontade de enriquecer que prendia os seringueiros exclusivamente à borracha. Todos os recursos da mata eram mediados por uma relação social com o patrão, o detentor por direito daqueles recursos, não se convertendo em fonte real de alimento para os seringueiros. A posse de armas, as licenças para caçar e plantar, tudo estava sob controle do patrão. O acesso aos recursos da natureza era mediado por uma relação social que pressupunha direitos e a suposta posse das terras dos seringais por parte dos patrões (WOORTMANN, 1998, p.174).

<sup>24</sup> Não só a vida dos seringueiros mudou nesse novo momento dos seringais. Os patrões, frente aos baixos preços da borracha, passaram a buscar fontes alternativas de recursos para manterem os barracões e o sistema de aviamento. Produtos florestais de alto valor, como pele de animais e madeiras nobres, começaram a ser comercializados nos barracões, proporcionando novas atividades também para os seringueiros (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.119/120)

*oferecida pelos patrões em troca do cobiçado produto das héveas” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.120/121).*

### ***A Segunda Guerra e o novo ciclo da borracha***

Na literatura sobre a história da região do Alto Juruá, o período entre a primeira grande crise da borracha e a Segunda Guerra Mundial é o menos explorado, sendo referência apenas como o período em que se desenvolveu um modo de vida típico dos seringais. De fato, foi durante este período que se desenvolveram as bases de uma nova economia dos moradores da floresta. O período posterior à crise da borracha deu origem a um modo de viver que seguiria pouco alterado até a criação da Reserva Extrativista<sup>25</sup>, e cuja base era a diversificação de atividades.

Houve, porém, um período entre o desenvolvimento do novo modo de vida e a criação da Reserva que impulsionou momentaneamente a atividade seringueira de volta para o centro da economia doméstica. Durante a Segunda Guerra as tropas japonesas assumiram controle dos seringais no sudeste asiático e controlaram as exportações de borracha das principais colônias dos Aliados. O abastecimento de borracha, utilizada em veículos e aviões de guerra, estava ameaçado e a produção de borracha passou a ser uma das frentes dos esforços de guerra. Em 1942 o governo brasileiro se junta às forças aliadas e faz um acordo com os Estados Unidos para lhe enviar toda a produção excedente de borracha. Esta política do governo brasileiro também determinava que a comercialização de borracha passasse a ser monopolizada pelo próprio governo e que

---

<sup>25</sup> Esta nova economia dos moradores da floresta seria vista por muitos pensadores brasileiros como uma economia miserável, de subsistência, que colocava novamente a Amazônia fora da dinâmica econômica nacional e de volta a viver em uma temporalidade anterior, atrasada, quase mítica. É como se a Amazônia tivesse sido protagonista em parte da “História do Brasil”, durante o auge da borracha, e depois fosse colocada à margem do processo (WOLFF, 1999, p.97/98; ver também FURTADO, 1965).

era preciso um esforço de guerra para levar trabalhadores para os seringais amazônicos e explorar toda capacidade produtiva das héveas (ALMEIDA, 1992, p.47).

A produção de borracha passou a fazer parte de um esforço de guerra e aqueles que migravam para os seringais eram considerados militares servindo no conflito, ficando conhecidos como *soldados da borracha*. Uma comissão oficial foi criada para recrutar e enviar homens do nordeste brasileiro para a Amazônia<sup>26</sup>. O governo arcava com os custos de transporte e alimentação, além de prover aos migrantes um kit para iniciar o trabalho de extração do látex<sup>27</sup>. Após entregue ao patrão, o seringueiro não mais era responsabilidade do governo. O seringueiro assinava um contrato com o patrão que previa seis dias semanais de trabalho e venda exclusiva de borracha para este, além do compromisso de saldar todas as dívidas antes de deixar o seringal.

Este esforço de guerra fortaleceu o poder dos patrões que estava enfraquecido com a queda no preço da borracha. Após o governo brasileiro declarar apoio aos aliados o preço da borracha instantaneamente dobrou, dando aos patrões novamente peso político e reintegrando-os como protagonistas na economia da nação. Localmente, os contratos assinados com os seringueiros, pautados pela legislação, oficializavam o monopólio já praticado pelos patrões no início do século.

Assim, novamente os patrões pressionaram os seringueiros a se dedicarem exclusivamente à produção de borracha, mas, desta vez, a configuração dos seringais já era muito diferente. A pluralidade de atividades que constituía o modo de vida dos

---

<sup>26</sup> Trata-se da *Comissão Administrativa para o Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia*, criada por decreto presidencial em 1943 (ALMEIDA, 1992, p.48).

<sup>27</sup> O kit era composto por roupas, chinelos, uma rede, um saco, e utensílios para se alimentar (ALMEIDA, 1992, p.48)

habitantes da floresta fez com que “a batalha da borracha” se tornasse um fiasco, ficando a produção de borracha muito aquém do esperado pelas autoridades brasileiras (ALMEIDA, 1992, p.50).

Mesmo depois do fim da guerra dois desdobramentos desse momento de retomada da borracha continuaram marcantes no cotidiano dos seringais do Acre: a nova onda de migração para a Amazônia<sup>28</sup> e o fortalecimento das elites patronais por parte do governo brasileiro.

Se os esforços de guerra não atingiram os objetivos iniciais, eles deram prestígio aos patrões e monopolizaram a compra da borracha nas mãos do governo que, a partir de então, passou a comprar toda produção dos seringais amazônicos, mesmo depois do fim da guerra, garantindo mercado para o produto. Através das políticas de guerra e dos pactos cumpridos no pós-guerra, o governo brasileiro passou a reconhecer e apoiar a estrutura de dominação dos patrões sobre os seringueiros através do incentivo de migração da mão-de-obra e da garantia de compra de borracha com preço estabelecido<sup>29</sup>.

No entanto, nos seringais, os moradores da floresta já tinham desenvolvido seu modo de vida e estavam menos suscetíveis a variações nos mercados internacionais e menos dependentes da produção de borracha para garantia de sobrevivência. Os poderes patronais estavam reforçados, mas não podiam mais atingir os níveis de controle que

---

<sup>28</sup> O número de migrantes teria chegado a 50 mil homens (ALMEIDA, 1992, p.50).

<sup>29</sup> “A Constituição de 1946 determinou que 3% do orçamento federal deveria ir para a Amazônia; em 1947, o monopólio federal sobre o comércio da borracha foi prorrogado; e em 1950 o controle governamental sobre o mercado e os preços da borracha foi estendido indefinidamente, a cargo do Banco de Crédito da Amazônia. Essa política sofreu, desde o início, a oposição da indústria de pneumáticos, que dependia crescentemente de borracha importada e queria libertar-se da obrigação de comprar a borracha nacional por preços controlados”. (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.125)

tinham no início do século. Mesmo os nordestinos chegados durante a Segunda Guerra logo aprendiam com os demais seringueiros como viver na floresta e como podiam se utilizar dos recursos disponíveis. As estruturas mais amplas de poder, como a legislação e o sistema de aviamento com seu monopólio e cadeia de dívidas, encontravam resistência localmente, no fazer cotidiano dos seringueiros que agora se dedicavam a uma pluralidade de atividades.

### ***As políticas de governo até a Reserva Extrativista***

No período posterior ao final da Segunda Guerra o governo brasileiro continuou garantindo a compra da borracha dos patrões. Na década de 1970 foi lançado um programa governamental de modernização da borracha que, assim como a “batalha da borracha”, aumentou mais ainda o poder local dos patrões.

*“Gerenciado pela Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), [o programa] tinha o objetivo de estimular os seringalistas a ampliar plantações de borracha na Amazônia, superando os obstáculos que haviam derrotado Henry Ford<sup>30</sup>. Os próprios seringueiros, contudo, não receberam financiamentos ou estímulos na fase inicial do programa, e no Alto Juruá nunca houve projetos orientados diretamente para eles. Uma falha básica da política adotada foi, de fato, a concentração de políticas de estímulo nos “patrões”, que já administravam seringais tradicionais, recebiam “rendas” pelas estradas de seringa, lucravam com os exorbitantes preços do monopólio dos*

---

<sup>30</sup> Referência à tentativa de Henry Ford de fundar uma empresa seringalista no Pará no final da década de 1920. Mais de um milhão de hectares de terras foram concedidas a Ford pelo estado, que também lhe concedeu isenções fiscais. A intenção de Ford era plantar seringueiras que pudessem abastecer sua indústria automobilística com borracha, mas ele encontrou vários obstáculos, dentre eles o desconhecimento da região e das técnicas de plantio das héveas, a falta de mão-de-obra, além de uma praga, conhecida como “mal-das-folhas”, que atacou suas seringueiras, plantadas muito próximas uma das outras (DEAN, 1989, p.107)

*barracões – e agora ganhavam do governo créditos subsidiados” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.126/127)*

Com os estímulos e subsídios governamentais os barracões se encheram de mercadorias novamente e os patrões ficaram mais fortalecidos<sup>31</sup>. Com todo o aparato governamental de seu lado, o que incluía a polícia, os patrões passaram a exercer de forma violenta o controle sobre a produção dos seringueiros e exigir o cumprimento do monopólio de venda da borracha nos barracões. Durante os anos 1970 e 1980 muitos seringueiros foram expulsos de suas colocações, sofreram violências, ou foram humilhados por desprezarem as leis dos patrões ou por não pagarem suas dívidas<sup>32</sup>.

As terras de seringueiros que eram expulsos começaram a ser utilizadas ou vendidas para outros fins, fazendo parte de um novo ciclo econômico que começava a atingir a região dos altos rios: a ocupação da floresta por fazendeiros e madeireiros, cuja investida sobre a terra estava ligada à derrubada da floresta.

Frente a este contexto de monopólio, violência, cadeia de dívidas e expulsão das terras, chega ao Alto Juruá, nos anos 1980, o movimento sindical, que passa a reivindicar o direito do seringueiro àquele território florestal. Uma das principais idéias divulgadas

---

<sup>31</sup> As terras do Alto Juruá nem sempre estiveram sob controle de um mesmo “dono”. Em 1936, elas foram vendidas por uma companhia de Belém do Pará para um proprietário local, Maurício Quirino, que as vendeu por volta de 1980 para a empresa paulista Santana Agropastoril Ltda. Apesar de não ter títulos válidos de propriedade, essa empresa “*passou a arrendar os seringais do Tejo por períodos trienais para seringalistas locais interessados em lucros rápidos. Vale lembrar que na primeira metade da década de 1980 estava em vigor o Probor II, generoso esquema de financiamento público de seringais*” (ALMEIDA, 2004, p.40).

<sup>32</sup> Os relatos de abusos cometidos por patrões nessas décadas são muito comuns nas conversas com os seringueiros. Um relato escrito de expulsão de uma colocação pode ser consultado na *Enciclopédia da Floresta*, página 126 (CUNHA & ALMEIDA, 2002).

por esse movimento era de que problemas entre seringueiros e patrões não eram caso de polícia, mas da justiça do trabalho, não sendo a violência a maneira de resolvê-los.

Recorrendo à *Lei do Trabalho*, uma lei de 1904 instituída por Gregório Thaumaturgo de Azevedo, os seringueiros também passaram a querer reconhecimento de posse sobre as estradas de seringa que abriam na mata e que fossem por eles conservadas. Dessa maneira, baseando-se em uma lei existente, o movimento sindical passou a questionar o pagamento da renda e a posse da terra, levando os seringueiros a suspenderem o pagamento obrigatório de borracha aos patrões (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.128).

O movimento sindical foi ganhando força ao longo dos anos 1980, representado principalmente por líderes como João Claudino e Chico Ginú (ALMEIDA, 2004), ambos delegados do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Em 1985 foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), cuja primeira reunião foi realizada em Cruzeiro do Sul. Líderes sindicais do Alto Juruá participaram dessa reunião e no ano seguinte levaram para os moradores do rio Tejo as idéias do CNS. A esta altura o movimento dos seringueiros já se articulava nacionalmente e tinha como reivindicação principal a “reforma agrária dos seringueiros”, um tipo de reforma que levasse em conta as especificidades da ocupação tradicional dos seringais e que não fracionasse a terra em lotes (*Idem*, p.129).

Ao lutar por uma “reforma agrária dos seringueiros”, esses moradores da floresta também lutavam contra grileiros, madeireiros e fazendeiros que se apoderaram ilegalmente das terras da Amazônia. O movimento colocava em risco o poder das elites locais e em várias partes do Acre ocorreram embates entre seringueiros e patrões, alguns, inclusive, terminando em atos de violência. Em um desses atos violentos, em 1988, fazendeiros ordenaram a morte de Chico Mendes, principal expoente do

movimento de seringueiros. A morte deste líder teve repercussão internacional e trouxe mais atenção por parte das autoridades à luta desses moradores da floresta.

No ano seguinte à morte de Chico Mendes foi financiado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o *Projeto de Desenvolvimento Comunitário – Reserva Extrativista da Bacia do Rio Tejo*, que levou à criação da Associação dos Seringueiros e Agricultores da Bacia do Rio Tejo, no mesmo ano, e à criação de uma cooperativa dos moradores que acabasse com o monopólio de compra e venda de mercadoria dos patrões.

Em 1990 a proposta de Reserva Extrativista saía do papel, em 23 de janeiro, quando o então presidente da República, José Sarney, assinou o decreto que criava a primeira Reserva Extrativista do país, a Reserva Extrativista do Alto Juruá.

## **Capítulo 2. As Mudanças e a Vila**

Desde a chegada dos primeiros migrantes até a década de 1980 os moradores do Alto Juruá desenvolveram um modo de vida baseado na pluralidade de atividades e se tornaram “camponeses da floresta” (ALMEIDA, 1992). Ainda hoje muitos moradores vivem de acordo com esse modo de vida, em suas colocações espalhadas pelos diversos rios e igarapés. Na última década, no entanto, uma tendência de mudança entrou em curso na Reserva e tem levado ao surgimento de focos de urbanização dentro da floresta. Concentrando a análise principalmente na região do Alto Rio Tejo, este capítulo tem por objetivo demonstrar, com dados sobre o cotidiano dos moradores e com histórias e relatos pessoais, como e por quais motivos camponeses da floresta trocaram suas casas das colocações pela vida em grandes comunidades e o que essa mudança acarretou em suas vidas.

### ***A Vila***

Visitei a comunidade Restauração em quatro oportunidades, entre os anos de 2006 e 2009. A primeira vez em que estive lá fiquei impressionado com o tamanho do lugar: aquilo era diferente de tudo o que tinha lido sobre a região até então. Durante a primeira viagem, em janeiro de 2006, a comunidade contava com cinquenta e uma casas, número de casas maior do que o de qualquer outra comunidade da Reserva. Na última visita que realizei, em agosto de 2009, segundo dados do agente de saúde local, havia na Restauração cento e quatorze famílias.

Trata-se de números assustadores para uma unidade de conservação. Pelos desenhos do morador Antonio Gomes do Nascimento, entre 1965 e 1985 (ver figuras 11 a 13 no capítulo seguinte), a Restauração dobrou de tamanho, tendo estabilizado o número de

casas até 1995. Após onze anos, em 2006, esse número havia aumentado de doze para cinquenta e uma casas, um crescimento de quatrocentos e vinte e cinco por cento! E durante um período de três anos (2006 a 2009), esse número dobrou novamente.

O aumento no número de residências na Restauração não foi a única mudança substancial na ocupação e organização local ao longo dos últimos cinquenta anos. Em 1965, 1975 e 1985 havia, além das casas, apenas um barracão e uma igreja católica. Em 1995, já criada a Reserva Extrativista, o barracão foi substituído pela cantina, fora construída uma hospedaria para as reuniões da ASAREAJ, uma casa de TV comunitária (o que significa que havia também um gerador de energia elétrica), uma escola, um posto de saúde e uma casa para a subprefeitura<sup>33</sup>. Já em 1995 a Restauração começava a apresentar vantagens em relação a outras comunidades: era um ponto político importante, onde reuniões da associação ocorriam, além de oferecer aos moradores acesso a educação (escola), saúde (posto) e entretenimento (casa de TV).

Ao longo da década de 2000 a Restauração consolidou ainda mais sua tradição como referencial para as demais comunidades e moradores do Alto Tejo. Se nos tempos dos patrões lá estava a sede do seringal com o maior barracão da região, juiz de paz e destacamento policial, a partir de meados da década de 1990 a Restauração passou a oferecer aos seus moradores acesso a bens e serviços materiais e culturais que nenhum outro lugar do rio Tejo podia oferecer.

---

<sup>33</sup> O município de Marechal Thaumaturgo foi desmembrado de Cruzeiro do Sul apenas em novembro de 1992. Até então as terras do Alto Juruá eram parte do município de Cruzeiro do Sul. A subprefeitura de Marechal Thaumaturgo na Restauração mostra a importância estratégica da comunidade. Esta, talvez, tenha sido a primeira decisão de governo a influenciar a aglomeração de pessoas ali. A subprefeitura, alguns anos após se instalar, demarcaria lotes para quem quisesse se mudar para a Restauração.

Em 2006, essas vantagens haviam atraído diversas novas famílias para a comunidade. As cinquenta e uma casas da Restauração agora tinham acesso também a mais três igrejas evangélicas recentemente instaladas, um açougue estabelecido por um dos moradores, dois comércios (um de um morador que abriu uma pequena venda, e um de um dos grandes comerciantes de Marechal Thaumaturgo), um telefone público, uma creche, posto de saúde e escola construídos em alvenaria (as antigas escolas e posto de saúde eram construídos como as casas dos seringueiros: em madeira).

Em 2009, a lista de atrativos aumentou ainda mais, incluindo uma barbearia, um hotel, mais dois comércios (o comércio aberto em 2006 pelo grande comerciante de Marechal Thaumaturgo havia fechado as portas), uma nova escola, pontos de internet instalados na escola e abertos à população, além de rede de internet sem fio.

Além disso, de 2006 a 2009, aumentou o número de profissionais qualificados atuando na escola e no posto de saúde. Em 2006, o atendimento do posto de saúde ficava a cargo de uma auxiliar de enfermagem local e um enfermeiro vindo da sede do município e que também exercia a função de professor de Ensino Médio, curso dado em módulos. As constantes idas do enfermeiro para a sede do município prejudicavam o atendimento no posto, sobrecarregando a auxiliar de enfermagem, e praticamente inviabilizavam o curso do Ensino Médio. No ano de 2006, apenas o módulo de Matemática havia sido concluído. Em 2009, o posto contava com um médico peruano e um enfermeiro da sede do município, que se alternavam a cada quinze dias na Restauração. Uma casa para o médico e o enfermeiro foi construída ao lado do posto que, portanto, ficavam à disposição dos moradores 24 horas por dia. O caso da escola não é diferente. Se, em 2006, o único professor do Ensino Médio era o enfermeiro, em 2009 havia professores que se dedicavam exclusivamente ao Ensino Médio e um prédio havia sido construído especificamente para essas aulas.

Com esse crescimento acelerado nos anos 2000, a Restauração mudou de *status* para os moradores e até mesmo para as autoridades locais. Se, em 2006, muitos moradores ainda se referiam à Restauração como uma comunidade, em 2009 não havia ninguém que negasse que o melhor termo para se referir ao local fosse *vila*. Vila, até então, era um termo utilizado apenas para se referir à sede do município de Marechal Thaumaturgo, a *vila* Thaumaturgo, mas que nos últimos anos passou a ser utilizado para outras duas localidades da Reserva: a *vila* Restauração e a *vila* Foz do Breu, outra grande comunidade da Reserva, na divisa entre o Brasil e o Peru<sup>34</sup>.

É o crescimento da Restauração o objeto principal deste estudo. As razões para esse crescimento serão buscadas através da análise de histórias de vidas de seringueiros que recentemente abandonaram suas antigas colocações e contribuíram para a formação de mais uma *vila* na região do Alto Juruá.

### ***Bé: mudança, melhoria de vida e olhar no futuro***

No final de 2003, José da Costa Ferreira e sua família se mudaram para Restauração, saídos de uma pequena localidade do igarapé Manteiga, a colocação Bom Futuro. Encontrei-os pela primeira vez em 2006, quando José, mais conhecido como Bé, e sua família moravam em uma pequena casa ainda por terminar, em que se misturavam as madeiras e materiais para a conclusão da residência e os demais pertences da família.

Durante três dias me hospedei na casa de Bé e Bia, sua esposa. De nome Maria do Nascimento de Holanda, ela era mãe de seis filhos e esperava o nascimento de mais um, todos filhos de Bé, seu único marido. Monaira, Monalizia, Marcelo, Monagila e Nasson

---

<sup>34</sup> Mais informações sobre a história da Foz do Breu e das famílias que lá habitam podem ser obtidas nos trabalhos de Andréia Martini (MARTINI, 1998; 2005).

dividiam com o casal a pequena casa que devia ter medidas de, no máximo, 7x6 metros. Monarbia, a segunda filha mais velha morava em outra localidade com a avó materna, a quem foi dada para ser criada, prática muito comum nos seringais.

A pequena casa, construída toda em madeira e coberta com telhas de alumínio, era dividida internamente apenas por uma parede que deixava de um lado a cozinha e o quarto e do outro a área da casa dedicada a atividades como a recepção de visitantes. A família dormia junta no pequeno quarto improvisado ao lado da cozinha, onde redes se sobrepunham a colchões de maneira a acomodar todos. Apesar do pouco espaço, e da necessidade de improvisos para acomodar tudo e todos, a casa era zelosamente cuidada por Bia, que tinha orgulho das panelas bem areadas penduradas nas paredes e do chão brilhoso.



*Figura 7: Bia, Bé e as crianças em casa, antes de irem ao culto, janeiro de 2006.*

Após alguns meses, em julho de 2006, retornei à Restauração e reencontrei a família. Marcelso, o filho mais novo, havia nascido. A casa não havia sido ampliada como os

planos de Bé previam; as tábuas de madeira continuavam empilhadas no cômodo de entrada da casa.

Como rotina, as crianças passavam um período do dia na escola e duas vezes por semana a família ia ao culto na Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Bia cuidava da casa e Bé procurava garantir a subsistência da família com caçadas, trabalhos no roçado<sup>35</sup> e trabalhos esporádicos para outras pessoas que lhe pagavam diárias.



**Figura 8: Bia e o bebê Marcelso em frente à casa inacabada, julho de 2006.**

Até se estabelecerem na Restauração com a rotina que presenciei quando os visitei, a família de Bé teve que se ajustar à dinâmica de viver em uma grande comunidade. A

---

<sup>35</sup> Quando um morador do Alto Juruá fala de “roçado”, está se referindo a alguma plantação. Há “roçado de banana”, “roçado de milho”, “roçado de arroz”, dentre outros. Quando o roçado é de mandioca, o morador se refere a ele como “roçado de roça”, ou simplesmente como “roçado”. O roçado de mandioca é o roçado por excelência. Cabe ressaltar também que, entre os moradores do Alto Juruá, roça, macaxeira e mandioca se referem à mesma coisa. Não há uma diferenciação local entre mandioca e macaxeira como em outros lugares da Amazônia.

inserção da família na vila foi um processo diferente do que a inserção de novos moradores nas pequenas colocações. Em primeiro lugar, nem Bé nem Bia tinham parentes na Restauração. Não foram convidados a morar ali. Simplesmente vieram e se colocaram em um espaço disponível entre uma casa e outra. Não tinham estradas de seringa, roçados, capineiras, criações, nada que lhes assegurasse a subsistência ou algum direito sobre o território.

Com carne de caça e a farinha que trouxe do Bom Futuro a família se sustentou alguns meses, suficientes para Bé acumular, através das diárias que recebia (por trabalhos variados em roçados, carregamento de madeira, dentre outros), uma quantia de dinheiro suficiente para comprar de outro morador, o Ó, um terreno na beira do rio com mandioca e milho, resolvendo o problema do acesso à terra e, conseqüentemente, o de parte da alimentação.

As visitas periódicas e o convívio na Igreja Assembléia de Deus também ajudaram na inserção da família na dinâmica da comunidade, pois a incluiu em um grupo de pessoas que têm sentimento de união e partilha, se referindo entre si como “irmãos”.

\*

A ida à Restauração não foi a primeira vez em que a família se mudava de um lugar para outro, muito menos a primeira vez que Bé o fazia. Nascido em um dos igarapés da bacia do rio Tejo, o igarapé Bagaço, afluente do Dourado, Bé conta que mudou muito de localidade ao longo da vida: “Meu pai gostava muito de trocar de colocação”, disse ele em uma entrevista em 2009.

Após seu nascimento, Bé passou dois anos vivendo no igarapé Bagaço, em seguida se mudando com a família para a Restauração, onde passaram um ano. Não tendo se adaptado muito bem, a família retornou para o rio Dourado e foi morar na colocação

Estrela, a última deste afluente do Tejo. Bé ficou lá até os treze anos de idade, indo com a família para o Bom Futuro posteriormente. No Bom Futuro, onde viveu cerca de quatorze anos, ele conheceu Bia, com quem se uniu. Aos 22 anos, já com filhos, foi com Bia morar em um local no rio Juruá, onde deságua o Tejo, a comunidade Foz do Tejo. Nessa época, seu pai já havia se mudado do Bom Futuro e ido morar em Cruzeiro do Sul, onde poderia receber regularmente sua aposentadoria.

*“O meu cunhado foi morar lá [no Bom Futuro] junto comigo também, aí foi pra Foz do Tejo e me convidou pra ir pra lá: ‘rapaz, vamo embora pra Foz do Tejo que lá é melhor de a gente viver, a dificuldade diminui mais’, essa dificuldade daqui, lá do Bom Futuro pra Thaumaturgo [a sede do município], às vezes a gente queria fazer, é muito difícil. A gente arrasta muita canoa nesse rio. Ele foi lá e fez a casa. Passou um ano, ele veio e me convidou, daí eu fui. E foi na época em que meu sogro separou-se mais a mulher dele, daí queria ir pra Foz do Tejo e queria nos levar, sabe? Aí, nós resolvemos ir. Aí, chegamos lá e passamos cinco meses. Foi até naquele período em que a Bia foi pra São Paulo, 2003. Aí, ela chegou, aí, tinha um trabalho pra fazer aqui [Restauração] de limpeza dos rios e varadouros e eu fui um dos que pegou essa empeleita<sup>36</sup>. Aí, voltei pra cá de novo. Vim fazer esse trabalho. Quando terminei o trabalho, resolvi vir e ficar na Restauração. [...] Aí, eu vim e achei que na Foz do Tejo não ia dar certo. Já tava percebendo que não ia dar certo, porque era muito imprensado, não tinha como a gente se colocar bem colocado, porque lá é terra dos outros já. Aí ficava imprensado e eu achei que não ia dar certo. ‘Rapaz, nós vamos voltar pro Bom Futuro ou pra Restauração’. E nós voltamos, nossas coisas estavam lá no Bom Futuro ainda. Nós voltamos, eu fui deixar minha esposa em casa, lá no Bom Futuro, e fui fazer a empeleita. Terminei de fazer e decidi vir pra Restauração. A minha esposa queria vir e eu fui-me embora. Lá não tinha escola pras minhas crianças estudarem. A escola mais próxima dava uma hora de viagem por terra. [...] E aí nós resolvemos vir. Queria colocar eles na escola. Nós viemos, chegamos aqui, compramos uma casinha dum rapaz que tinha ali, nesse trapicho,*

---

<sup>36</sup> Sinônimo de “empreitada”.

*bem miudinha a casinha. Aí, fui trabalhar naquela outra casinha que eu construí, aí hoje eu estou aqui”.* (entrevista, 18/07/2009)

Não tendo conseguido se “colocar” na Foz do Tejo, a família decide subir o Tejo novamente. Decidido a voltar para a região de onde tinha saído, Bé escolhe por um lugar diferente para o retorno. Faz a opção de vir morar na Restauração em detrimento do Bom Futuro, onde já se encontravam suas coisas. Quando questionei Bé sobre as razões que o levaram a escolher a Restauração, ele afirmou:

*“Porque, tipo assim, a gente morar em centro a dificuldade é muito grande. Na época nós cortávamos seringa, eu cortava seringa, foi até na época que nós produzíamos couro vegetal. Nós negociávamos com uma empresária de Rio Branco, chamada Bia, não sei se você conhece. Ela era nossa patroa e nesse 2003 ela resolveu não comprar mais os produtos que a gente fabricava pra ela, que era o couro vegetal. E aí, nós decidimos sair porque borracha não tinha mais na época, ninguém cortava mais pra fazer borracha, já tinha acabado. E aí, nós decidimos ir pra Foz do Tejo pra ver se lá a gente plantava, criava pra vender com mais facilidade. Porque a gente morar em centro, plantar e criar, o transporte fica mais ruim, né? Na época a gente não tinha motor, não tinha canoa, não tinha nada. Aí, nós decidimos ir trabalhar na agricultura lá. Mas aí não deu certo e a gente voltou pra cá [...]. Quando eu cheguei no Bom Futuro que eu decidi voltar pra Restauração, porque eu achei que aqui dava de a gente morar, aí eu vim e hoje eu estou aqui. [...] Aqui tinha o colégio pras minhas crianças estudarem e a gente ganhava alguma diariuzinha trabalhando na diária”.* (Idem)

O abandono da colocação do Bom Futuro se deu após a impossibilidade de continuar produzindo e vendendo borracha e, conseqüentemente, de conseguir comprar as mercadorias necessárias ao bom funcionamento da casa. A distância do centro de qualquer mercado consumidor dos produtos agrícolas que podiam ser produzidos pela família levou à escolha de descer mais o rio, chegando mais próximo da sede do

município (a Foz do Tejo fica a cerca de uma hora de canoa da vila de Marechal Thaumaturgo).

Não encontrando espaço suficiente para desenvolver as atividades essenciais à manutenção de seu grupo doméstico na Foz do Tejo, a família decide retornar ao Alto Tejo, mas desta vez para uma comunidade maior, onde começava a despontar oportunidades de conseguir dinheiro não apenas com a produção agrícola.

\*

Em 2009, encontrei a família já instalada em uma nova casa. Bé havia abandonado os planos de ampliar a antiga casa e tinha construído uma inteiramente nova. “Casa de dois pisos”, dizia ele orgulhosamente ao me apresentar a nova morada. Inspirado em construções de alvenaria da sede do município, Bé resolveu construir, em madeira, uma casa onde a cozinha e o quarto do casal ficassem em um primeiro andar e o quarto das crianças no segundo andar. No entanto, no período em que estive com eles, o “segundo piso” estava sem uso, pois as madeiras sobre as quais se anda haviam se quebrado. As crianças dormiam com os pais no andar de baixo, algumas junto com o casal, no quarto, e outras no amplo corredor que levava da cozinha para o quarto do casal, à direita, e, à esquerda, para o cômodo que abrigava o comércio que Bé havia montado.

Em um pequeno cômodo, que além do acesso pelo corredor central da casa tinha uma grande janela-balcão para uma ampla varanda, Bé estocava e comercializava combustível e óleo para motor de canoa e de moto-serra. A gasolina, o diesel, o óleo dois tempos, o óleo queimado, além das correias de moto-serra, lanternas e outros pequenos itens comercializados, eram todos comprados na sede do município ou em Cruzeiro do Sul, em viagens que Bé fazia para diversos fins ou, então, eram encomendados a outros viajantes. Sendo ele que comprava, Bé trazia todas as

mercadorias em sua canoa. Se encomendasse, pagava o transporte por item a quem o trazia a mercadoria. No final, os combustíveis eram vendidos cerca de 50% mais caros do que na sede do município.

Apesar do comércio montado por Bé, esta não era sua principal atividade econômica. A janela-balcão passava a maior parte do tempo fechada e, quando surgia um comprador, qualquer pessoa da casa o atendia, retirando a mercadoria desejada. Bé passava a maior parte do dia fora de casa, trabalhando em outras atividades. Como possuía uma motosserra, era constantemente requisitado por outros moradores para realizar trabalhos de serragem, seja para retirar madeiras para construções de casas e banheiros, ou para “derribar pau” para abrir novos roçados. As diárias de serragem e outras diárias representavam a maior parte da renda da família.

Enquanto Bé se ocupava principalmente de trabalhar por diárias, Bia e as crianças mantinham no quintal da casa uma horta, com grande variedade de legumes e verduras. Eram elas também quem cuidavam da limpeza e zelo da casa.

Bé, até há algum tempo tinha como principal ocupação a criação de gado. Em julho de 2009 ele havia vendido todo seu gado e também, diferentemente da maioria dos moradores da comunidade, era um dos poucos que não tinha um roçado com mandioca e milho, de onde normalmente se tira a farinha para alimentação e os grãos para as criações. Além de Bé, na Restauração apenas outras quatro casas não tinham roçado em julho de 2009: a casa de Zé Ripardo, a de Raimundo Capelão, a de Valdemarzinho e a de Eládio. Sendo os dois primeiros “comerciantes” como Bé.

Quando questionado sobre o fato de não ter nenhum tipo de plantação, além da horta, Bé respondeu:

*“Bé: - Tenho não, porque roçado dá muito trabalho [risos]. Eu tinha aquele localzinho ali, né, que hoje o pessoal está construindo a pista [de pouso], mas ali não era um canto adequado pra botar roçado, não. Muito baixo lá. Eu ainda plantei, quando eu cheguei aqui, eu plantei um roçado ali ainda. Eu cheguei era um roçado do Ó, aí eu fui e comprei o roçado dele com roça, tinha roça, tinha milho. Eu comprei dele, que ele queria mudar lá pro outro lado [do rio], aí, perguntou se eu queria comprar. Aí, eu digo: ‘ah, compro, que eu estou sem roça’. Eu dei trezentos reais pra ele. Aí, no outro ano eu broquei e plantei outro roçado, mas foi um roçado meio pequeno, porque a terra lá não era suficiente, muito cheio de gapó, e roça só dá onde não tem muita água, né? Aí, eu plantei, e só foi essa vez mesmo. Aí, não plantei mais não, plantei umas bananeiras lá também, tinha bananeira, mamão, tinha muito mamão. Aí, eu fiquei me alimentando ali, pegando algum mamão, alguma banana. Farinha, a gente desmanchou o roçado tudo de uma vez. Aí eu fiquei liberto, porque meu canto era ali, num era? Aí, eu não queria abrir outro local num outro canto não, só era ali mesmo. Mas aí, agora, eu doe pra fazerem a pista<sup>37</sup> e agora eu estou pensando em abrir um outro local pra cá, esse ano. Eu vou plantar uma roça, um milho.*

*Roberto: - Mas, você não disse que dá muito trabalho?*

*Bé: - Dá, mas é porque, tipo assim, eu me envolvia com o meu gadozinho que eu tinha aqui no campo. Daí, eu não podia trabalhar no campo e no roçado, porque era muito trabalho, ficava muito atarefado. Aí, agora eu vendi o gado todinho e eu estou liberto, agora eu posso trabalhar no roçado. Ao invés de trabalhar no campo eu vou trabalhar no roçado. Gado, assim, come muito capim, né? E é preciso brocar um roçado muito grande e todo mês é preciso bater o campo, senão o mato invade tudo e não dá nada. E roçado não, você broca um roçadinho pequeno, né? E dá muita coisa. Meio hectare de mata brocada pra plantar uma roça, um milho, dá muita coisa. E meio hectare é bom de a gente zelar ele”.*  
*(Idem).*

---

<sup>37</sup> Na realidade, Bé vendeu o terreno para a prefeitura construir a pista de pouso, uma prática que está se tornando comum na Restauração, mas que desrespeita as leis da Reserva. Voltaremos a essa discussão posteriormente.

Ao longo dos três anos em que realizei visitas à família, as fontes de alimento da casa mudaram algumas vezes, notadamente no caso da farinha que, ao lado da carne, é o principal alimento da dieta local. Depois da mudança, quando trouxeram farinha do Bom Futuro e algum dinheiro para continuar comprando farinha, a família passou a produzir farinha a partir das mandiocas do roçado comprado. Mais tarde, terminadas as roças do terreno, a área foi transformada em pasto, onde Bé começou a criar gado. A farinha novamente era comprada com o dinheiro do gado vendido e das diárias avulsas que Bé conseguia.

O terreno que Bé comprou para ser seu roçado, e que mais tarde foi transformado em capineira para o gado, foi comprado pela prefeitura de Marechal Thaumaturgo, que tinha a intenção de construir uma pista de pouso na comunidade. A prefeitura, então, fez uma oferta a Bé por seu terreno e todo o gado que estava nele, que seria utilizado para a alimentação dos homens que trabalhariam na construção da pista. Bé aceitou a oferta e vendeu todo seu gado, pensando em investir o dinheiro parte em uma criação de galinha e parte em um teclado musical para tocar durante os cultos da Igreja Assembléia de Deus.

As mudanças nas atividades e na produção de alimentos de Bé indicam que desde que parou de produzir couro vegetal, ainda no Bom Futuro, ele e sua família têm buscado maneiras e atividades para se manterem e se estabilizarem na Restauração, um lugar que acreditam ser vantajoso pelas oportunidades de comercialização mais intensa de produtos e mercadorias, de ofertas de diárias, e pelas oportunidades escolares para as crianças.

Desde que chegou na Restauração, Bé tem exercido diversas atividades e tem passado de uma a outra, de acordo com o momento e com a lucratividade de cada produção. Em

2006, criar gado era um desejo de muitos moradores da REAJ, pois era uma atividade lucrativa. Em 2009, o preço de venda de um boi era praticamente o mesmo de 2006, enquanto as demais mercadorias haviam quase que dobrado de preço. Assim como Bé, todos aqueles que tinham algum dinheiro a mais tinham investido na criação de gado nos anos anteriores, levando ao aumento na oferta da carne bovina para os comerciantes, que passaram a pagar um valor mais baixo pela carne e a comprar com condições que não atraíam mais os criadores. Na última vez em que estive na Reserva, muitas foram as pessoas que me disseram querer abandonar a criação de gado, vendo em outras atividades a possibilidade de lucrar mais. O pensamento de Bé não era diferente, tendo ele se adiantado e vendido seus bois para a prefeitura na primeira boa oportunidade que teve.

Em 2009, Bé via vantagens em outras atividades e pensava em criar galinha, segundo ele, “um bicho bom de criar”. Ele calculava que, com a regionalização da merenda escolar em 2010 (ou seja, a merenda seria comprada de produtores locais), seria bom montar uma pequena granja, porque a escola ia ter que comprar tanto a carne da galinha como verdura, que ele produziria em grande quantidade adubada com o estrume da galinha. Juntos, fizemos uma conta sobre quanto lucro uma galinha poderia dar para ele. A conclusão a que chegamos é que se criada da maneira como se faz hoje, se Bé comprasse o milho necessário à criação, ele teria prejuízo. A venda de galinhas só daria lucro se ele também plantasse o milho para alimentar as galinhas<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Fizemos as seguintes estimativas: uma saca de milho de R\$25,00 alimenta 50 galinhas durante 5 dias. Uma galinha leva 180 dias para crescer e poder vender. Fazendo uma conta com o tanto que será gasto de milho, se ele for comprado dará R\$900,00 de milho ( $180/5*25$ ) e a venda das galinhas a R\$15 dá R\$750 ( $15*50$ ), um prejuízo de R\$150.

A idéia que fiquei após essa conversa era de que, independente da atividade que Bé exercesse, o modo de vida dele só poderia se manter dada a diversidade de atividades que ele realizava. Não era possível ser apenas criador de gado, ou apenas comerciante, ou ainda, apenas caçador, atividade à qual Bé se dedica semanalmente.

Mesmo com essa inconstância nas atividades produtivas a que se dedicou nos últimos três anos, Bé avaliava a mudança para Restauração como positiva. Para ele, a vida da família havia melhorado em muito, desde o trabalho até a alimentação:

*“Lá no centro, o que eu tinha lá era roça, milho, as criações que eu criava lá era galinha, pato, tinha muito pato, e aqui eu não tenho, mas eu trabalhava mais no pesado, está entendendo? Lá eu me esforçava mais. Pra cá, depois que eu cheguei, no ano em que nós chegamos, eu já montei esse comércio<sup>39</sup>. Aí, eu trabalho mais pouco e me alimento melhor. O recurso financeiro aumentou mais e lá eu não tinha esse capital de giro que eu tenho hoje e hoje rende mais dinheiro, ajuda financeira rende mais do que lá. Então, é melhor do que lá.*

*Roberto: - Mas, o que é se alimentar melhor?*

*Bé: - É ter dinheiro pra comprar mais coisa pra gente se alimentar.*

*Roberto: - Você acha que come mais hoje do que lá?*

*Bé: - Ah, claro! [...]. Estamos comendo melhor e o trabalho diminuiu mais, é mais maneiro o trabalho aqui. A dificuldade diminui mais. Porque só o transporte daqui pra onde nós morávamos, vixi, é muito longe. Tu não andou lá não, não? De pés, neguinho, pra lá eram seis horas de viagem, de pernada, e por água, quando tem água mesmo suficiente, que a gente vai de canoa, é duas horas de canoa, e no verão, começo assim do verão, é um dia todinho e ninguém num*

---

<sup>39</sup> Nas visitas que fiz em 2006 na casa de Bé não notei nada que me chamasse a atenção para anotar em meu diário sobre um comércio que ele tinha. Não vi nenhum produto à mostra na pequena casa, nem mesmo vi alguém indo até lá para comprar qualquer mercadoria.

*chega lá não, arrastando a canoa por cima de pau e pedra. É um negócio meio complicado morar em centro” (Idem)*

Após avaliar a vida atual como uma melhoria em relação à vida que levava nos centros por onde morou, Bé se lembra com ironia, doses de saudosismo e certo preconceito do tempo dos seringueiros:

*“Rapaz, a gente observando, na época em que o pessoal cortava seringa e morava nos centros, era um pessoal velho, tudo feio, cabeludo e amarelo [risos]. Não dormia que prestasse, né? Passava quase a noite toda acordado, andando pela mata, cortando seringa, e quando chegava ia pro roçado trabalhar. Chegava de tarde, tomava um banho, ia dormir, só dormia aquele soninho, três horas da madrugada tinha que estar acordado pra ir correr na estrada o dia quase todo, né? Chegava de tarde ia pro roçado às vezes, buscar macaxeira, buscar milho pra dar pras galinhas. Ninguém parava não. E hoje, não. Hoje a gente vê diferença. Hoje todo mundo tem uma casa. Naquele tempo era casinha de palha, né? Tinha deles que tinha até a casa cercada de palha. Casinha de paxiúba, bem feitinha, toda cobertinha de palha, mas ninguém não passava bem, não. Quando muito tinha, às vezes era um quilo de açúcar, um pacotezinho de café, pra fazer um café de manhã. E muitas vezes não tinha, não. Quando tinha o açúcar, aí faltava o café, fazia chá. Ah, nós bebemos muitas vezes chá de folha de laranja, de folha de abacateiro. É bom, né, pra saúde? [risos]. Folha de graviola, bebia muito. Antigamente, na época da seringa, pra você encontrar um pai de família em casa, você tinha que ir na boca da noite pra ver ele na casa dele, ou então, de madrugada, bem cedinho, porque se você chegasse lá seis horas você não topava ele em casa, não, porque ele já andava na mata, jogado. E hoje você chega na casa do cidadão, bate, sete horas, oito horas, e ele está dormindo, de calma, se acorda e ainda acorda abusado [risos]. E não falta nada. Tem açúcar, tem óleo, tem café, toma café com leite, tem pão, tem bolacha pra merendar. Aí, nós vemos esse lado, que hoje está melhor pra gente viver do que antigamente. Antigamente ninguém vivia desse jeito, não. Hoje quase todo mundo dorme numa cama boa, num colchãozinho de esponja. Nessa época que eu estou falando, ninguém falava em colchão de esponja, não, pra gente dormir. A gente dormia em colchão cheio de palha de bananeira [risos]. Muitos deles iam na mata, derribava algodoeiro,*

*que solta uns algodão, aí tirava aquele monte de algodão e fazia um saco, do tamanho de um colchão mesmo, sabe? Aí, enchia de algodão e dormia em cima. Um rolo de menino dormia em cima daquele colchão. Só que era bom. Colchão bem maciozinho. E hoje o cara não quer mais usar um colchão desse, não. Tem que comprar um colchão daqueles bons, bem fofinho. Aí, tudo está melhor hoje. A facilidade está mais fácil da gente conseguir as coisas. Na época era difícil”.* (Idem).

Em outra conversa, Bé disse que tinha “raiva” de quem corta seringa e de que dinheiro de seringa nunca enriqueceu ninguém. Relembrou uma ocasião em que seu pai entregou a produção de borracha no barracão e retirou um saldo em dinheiro que dava “mais de cinco quilos de dinheiro” e que, segundo Bé, “não deu pra nada, não”. “Parece até que dinheiro de seringa é amaldiçoado”, disse ele.

Bé também contou o encontro que teve na sede do município com um primo de sua mulher que antigamente morava na mesma colocação que ele, o Bom Futuro, e que tinha ido embora aos dezessete anos para Cruzeiro do Sul.

*“Eu perguntando como é que ele tava: ‘ah, rapaz, como é q você está?’ Ele disse: ‘ah, negão, estou bem aqui’. Eu digo: ‘e aquela vida de seringueiro?’ ele disse: ‘ah, negão, aquela vida de seringueiro foi um tempo muito perdido que eu passei acolá naquelas matas’. Eu digo: ‘por que?’. ‘Porque a gente mora no meio da mata, ninguém não aprende nada não, porque não tem quem ensine a gente’. Ele disse: ‘Você pra aprender alguma coisa, você tem que ir pra onde tem escola, tem desenvolvimento. Aí, você aprende’. Ele tava dizendo: ‘Hoje eu sou professor, estou dando aula aqui em Thaumaturgo’.*

*Depois que ele foi daqui ele começou a estudar. Hoje ele é professor e ganha o salariozinho de professor. Ele disse: ‘se eu tivesse lá no meio da mata, que nem vocês ficaram lá naquela época, o que eu tinha lá era muito menino pra criar’. E é por isso que eu digo que eu tenho é raiva quando fala em seringa. É um tempo perdido mesmo [...] hoje todo mundo está vivendo sem precisar de seringa. Se ele plantar milho, ele vende. Se ele plantar melancia, ele vende. Se ele plantar um*

*feijão, ele vende. Se ele criar uma galinha, ele vende. Se ele criar um porco, ele vende. E tudo cria com mais facilidade, negão. A seringa você tem que dormir pouco e andar muito durante o dia. Todo dia você tem que fazer aquela mesma coisa e não é brincando, não. E hoje todo mundo tem as suas coisinhas em casa. A gente anda por aí. Na época em que cortava seringa, ninguém ouvia falar em televisão não. Aonde tinha uma televisão, quase no final de acabar a seringa, era aqui na Restauração. E hoje você sobe nesses igarapés aí, quase toda casa tem uma televisão e um gerador lá no canto da parede. Motor, ninguém não ouvia falar em motor, não; a gente andava mais no varejão<sup>40</sup>. E hoje, quase toda casa tem um motor ou dois. Motorzinho no pé da parede ali, um hondinha [referência à marca do motor: Honda]. Moto-serra lá no outro canto. De primeiro ninguém ouvia falar em moto-serra, era só no machado mesmo, né? Até dois motores: um pra andar na água, um pra casa de farinha. Tudo é mais fácil, negão. De primeiro ninguém ganhava dinheiro porque a dificuldade era grande demais. Pra você derrubar um roçado, você passava cinco, seis dias derrubando pau no machado. E hoje tem a facilidade que você vai com moto-serra e num roçado que você passava cinco dias, você derruba em duas, três horas de moto-serra, está tudo derrubado. A viagem que a gente gastava cinco, seis dias, dez dias daqui pra Thaumaturgo, no varejão, hoje tem gente que sai daqui da restauração, vai em Thaumaturgo e quando é de tarde está aqui de novo. Então, as coisas estão mais fáceis. E onde tem a facilidade tem a vantagem de ganhar dinheiro mais fácil. Aonde tem a dificuldade, o dinheiro é mais difícil. O pessoal tem um ditado que quem trabalha muito, muito esforçadamente não vê dinheiro não, porque passa do dinheiro, trabalhando. E o dinheiro fica pra trás e quem ganha é os outros. O cara tem que trabalhar pouco e trabalhar com inteligência pra ganhar mais alguma coisa. E eu acho que é mesmo. É assim as coisas”. (Idem)*

Trabalhar pouco e de preferência na sombra. É isso que Bé deseja para sua vida e de seus filhos. Ele quer aproveitar as “facilidades de hoje em dia” para ganhar dinheiro sem muito esforço e em quantidade suficiente para manter seus filhos na escola. Ele não quer que seus filhos encontrem a mesma dificuldade que ele encontrou durante a vida:

---

<sup>40</sup> O varejão é uma longa vara de madeira utilizada para movimentar canoas em águas rasas.

não quer que eles cortem seringa, que morem nos centros, longe do “desenvolvimento”, que “trabalhem no pesado”. Foi por isso que Bé se mudou para a Restauração: para dar a oportunidade aos filhos de estudarem. É isso que ele sempre repete, seu objetivo maior. As atividades produtivas são indiferentes pra ele; elas precisam ser suficientes para ele se manter em uma localidade onde seus filhos possam estudar.

Mesmo com todas as mudanças, que considera melhorias, em seu padrão de vida desde que se mudou para a Restauração, Bé não está completamente satisfeito com o local de morada. Pergunto:

*“Roberto: - E você está gostando da Restauração?”*

*Bé: - É, eu estou gostando. Só que eu vejo assim: se não melhorar os estudos, porque tem estudo até o primeiro grau aqui, se não tiver outro estudo, eu penso em construir uma casa pra mim em Thaumaturgo, a qual eu já tenho uma madeira lá pra eu fazer essa casa. Estou com a madeira toda serrada. Foi o ano passado que eu serrei lá. O cara me deu uma madeira, eu fui lá e serrei, e está lá a madeira serrada debaixo da casa do cara pra eu construir uma casa lá. Já visando esse lado, porque se não melhorar, se não tiver estudo suficiente pros meus meninos estudarem, eu vou ter que ir pra lá pra eles estudarem, né? E a minha idéia não é colocar meus filhos na casa de ninguém pra estudar. Aqui tem muitos que colocam os filhos pra estudar lá em Thaumaturgo, na casa de um parente, de um irmão, até mesmo de um avô, uma avó. Mas isso não é bom, não. Os filhos vão pra lá estudar, passam um ano, dois anos, é difícil um que volte pra dentro da casa do pai. De lá mesmo já toca a vida como ele quer mesmo. E eu acho que isso não é bom não, né? Colocar os filhos da gente pra estudar na casa dos estranhos. Pode ser parente, mas às vezes os parentes não acham muito bom, né? Acha que a despesa aumenta na casa dele. Porque muitos deles quando vão pra estudar, é só pra estudar mesmo, não fazem outra coisa, né? Não trabalha, não faz nada. Aí, pra gente sustentar uma pessoa assim, que não trabalha, não faz nada, é chato, né? Aí, eu vejo esse lado aí, mas vamos torcer que dê tudo certo e que melhore os estudos aqui, porque aqui é bom e lá em Thaumaturgo precisa a*

*gente ter uma ajuda financeira maior, porque lá os gastos são mais do que aqui. Aqui a gente ainda caça, mata animal aí pela mata pra gente se alimentar. Não é bom não, mas ainda pega até bem ainda. E lá em Thaumaturgo ninguém caça, não, né? Tem que ser tudo do comprado. Tudo do comprado lá. Lá é mais difícil. Mas, com toda dificuldade, se não melhorar, eu encaro tudo pra ir pra lá. O saber é, as pessoas sempre dizem que hoje o primeiro lugar é o saber. Tem que saber pra conseguir alguma coisa na vida. Ter um salário bom. Então, eu não tenho saber. Por que que eu não tenho saber? Porque na época de eu aprender, indo pra escola, não tinha essas oportunidades. A minha vida, por onde eu morei nesses centros velhos, não existia escola. É por isso que eu não aprendi. Eu morava... assim, que nem hoje, quase todo canto tem escola... capaz de eu ter aprendido alguma coisa. Por isso que eu trabalho muito no pesado. Aí, eu vejo esse lado aí, se eu não batalhar pelos meus filhos, aí vão ficar do mesmo jeito do que eu, né? Toda vida trabalhando no pesado. E hoje quem não tem saber, sempre trabalhando, faz que nem o Almir [outro morador da Restauração], num ambiente mais educado, né? [risos] um lugar mais adequado, mais maneiro, na sombra, é melhor. É por isso q a gente batalha e sabe que a sabedoria, quando a gente consegue ela, ninguém dá pra ninguém. Ela é conseguida com esforço e quando você morre você não deixa ela pra ninguém, leva ela. Ninguém fica com ela. Então o saber é importante”. (Idem)*

A Restauração foi, para Bé, uma escolha acertada. A principal preocupação dele era, e continua sendo, a educação de seus filhos: ele recorrentemente toca no assunto e demonstra profundo respeito a pessoas que “completaram os estudos”. Na Restauração ele encontrou escola para os filhos, conseguiu construir uma boa casa e comprar várias mercadorias e produtos que considera essenciais para uma “vida boa”. Além disso, no novo lugar de morada ele pôde voltar a freqüentar a Igreja Assembléia de Deus, à qual tinha começado a freqüentar quando viajou a Cruzeiro do Sul e “aceitou Jesus”, pôde ter acesso a telefone e internet, podendo se comunicar com pessoas distantes sem precisar andar pelos caminhos cerrados da mata, ou pelos canais secos do rio.

Bé apenas se preocupa com a continuidade da vida que conseguiu construir na Restauração. A falta de professores na escola de Ensino Médio o preocupa e, ele estaria pensando em mudar para a sede do município, inclusive tendo já a madeira para construir sua casa. Pode ser que ele procure um lugar mais “elevado” para morar, mesmo que “a dificuldade seja maior”, mas onde a escola funcione perfeitamente. Segundo ele, o problema dos estudos na Restauração está relacionado com o abandono do trabalho pelos professores que vão para lá. Para Bé, os professores de Ensino Médio que foram até hoje à Restauração têm mais “competência” e não gostam de lugares “atrasados”:

*“E agora já tem uma sala que o governo do estado fez do segundo grau. Só que não funciona normal, não. Funciona dois, três meses, daí pára, passa um ano pra funcionar mais dois meses, três meses. Porque não tem professor. Alguns que vêm não gostam daqui do lugar. Têm que estar na cidade, têm a competência mais alta, têm que estar num canto mais elevado. Aqui é muito atrasado. Mas acho que agora vai dar certo, porque os professores que foram treinados pra dar aula no segundo grau são daqui mesmo”. (Idem)*

Sobre a importância dos estudos:

*“Quem hoje não tem informática e faculdades e mais faculdades, não sabe de nada, né? Aí, eu penso assim: no futuro, eu educando meus filhos, quem sabe eles vão estar em uma posição melhor, ganhar mais um dinheiro em um trabalho que venha dar rendimento pra eles me ajudarem, né? Porque eu tenho dito pra eles: ‘rapaz, nós saímos lá do centro pra vocês estudarem e estamos passando dificuldade’, não muita, que o pobre sempre passa, né? ‘mas é pra vê, vocês um dia terem um futuro melhor na vida e saberem que isso nós conseguimos com dificuldade’. Sempre eu faço reunião aqui [em casa] com as minhas crianças: ‘Senta aí na mesa e vamos embora conversar’. Conversa, debate, e eles concordam. [...] Porque eu vim de lá obrigado por eles, colocar eles pra estudar, né? Essa última reunião que eu fiz com eles eu até falei assim: ‘se vocês não se interessarem em estudar, nós vamos voltar pra um centro desse aí, plantar criar e*

*vocês vão ter que trabalhar no roçado, que nem eu trabalho’. ‘Ah, não, nós queremos estudar’. ‘Então tem que estudar e tem que aprender mesmo. Tem que se interessar. Estamos aqui com dificuldade, é pra vocês estudarem, não é pra brincar, não’” (Idem).*

A volta para o centro, o trabalho no “pesado” do roçado, debaixo de sol, a privação de poder estudar: a vida que Bé passou como seringueiro, às vezes lembrada com carinho, hoje é descrita como ameaça para as crianças. Não há mudança mais potente do que a das idéias.

### ***Elenilton e Valdecir: histórias de mudança***

Partindo da Restauração e andando um dia pelos caminhos abertos na mata se chega à colocação Vitória. Um caminho alternativo para ir até esse distante lugar do rio Tejo é viajando algumas horas de canoa pelo rio que a cada curva se estreita mais. Seja qual for o caminho escolhido, ao final do trajeto, o viajante se impressiona com a beleza e a tranqüilidade dessa localidade das cabeceiras do Tejo.

Em minha primeira viagem pelo Alto Juruá estive durante três dias na comunidade Vitória. Comunidade pequena, o lugar tinha ares distintos em relação aos demais locais por onde tinha passado. Havia casas cobertas de palha e a maioria dos habitantes dessas casas estava conectada entre si por laços de parentesco. As plantações eram fartas, as caças eram abundantes e as formas de trabalho cooperativo eram praticadas. Lembrando os relatos de monografias sobre o Alto Juruá, era esdrúxulo e ao mesmo tempo inevitável pensar que, no passado, as outras colocações da região fossem como aquele lugar que eu estava vendo.

Mesmo admirado com o lugar, fui impedido por uma doença de permanecer ali por mais tempo, retornando à Restauração para ser atendido no posto de saúde. Voltei com a

sensação de que aquele lugar que havia ficado para trás seria o mais belo que encontraria até o fim de minha jornada.



*Figura 9: Comunidade Vitória em janeiro de 2006.*

Naquela ocasião, eu não era o único que iria fazer esse percurso. Francisco Elenilton Coelho dos Santos, conhecido apenas por Elenilton, ou Nilton, planejava realizar com a família a mesma viagem rio abaixo.

Foi Elenilton quem me hospedou em sua casa quando estive no Vitória, em janeiro de 2006. Ele me contou que seu pai havia se mudado de lá para a sede do município em 2002 e que, desde então, estava pensando em se mudar também. A mudança dos moradores para outros lugares, iniciada pelo pai de Elenilton, continuaria nos próximos anos e, já em 2009, não haveria mais habitantes naquela que era a última colocação rio acima.

Segundo um dos ex-moradores da comunidade, Valdecir de Freitas, nos tempos em que a produção de borracha estava em alta, havia três colocações acima do Vitória: Vista

Alegre, Ponte de Balsa e Bruxelas. Em 2006, o Vitória já era a última localidade do Tejo, sendo que já estava em processo de abandono. Das treze casas que existiam na comunidade no início da década, apenas quatro ainda estavam habitadas.

O êxodo da comunidade foi impulsionado pela saída do morador mais velho: seu Gilde, o pai de Elenilton, que se mudou em 2002 para a sede do município, onde poderia receber com mais facilidade o dinheiro de sua aposentadoria.

Elenilton, que, quando o conheci, já tinha planos de deixar a comunidade, mudou-se de lá em 2007. Foi com a esposa e os quatro filhos para a Restauração, para onde já havia ido seu sogro, seu Camurço, dois anos antes, também partindo do Vitória.

O último morador a deixar a comunidade foi Valdecir, que no início de 2009 foi de vez para a Restauração, após dois anos dividindo a morada da família entre o Vitória e a Restauração.

Os motivos desse êxodo e as formas como ele se dá são nossos interesses principais ao olhar para a trajetória desses moradores das cabeceiras do Tejo ao longo dos últimos dez anos.

\*

Quando estive no Vitória, Elenilton me hospedou em sua casa e me levou para conhecer seus roçados e a diversidade de cultivos que mantinha neles: café, diferentes tipos de mandioca, cana, milho, arroz, além de uma variedade enorme de frutas. A colocação também era farta em carne de caça, sendo muito comum o abate de animais de grande porte.

Mesmo em meio à fartura e à tranquilidade de morar em uma colocação (extremamente fascinantes para um habitante da cidade), Elenilton me disse que pensava em se mudar

do Vitória nos próximos meses. Ele, já em janeiro de 2006, tinha um roçado de roça e milho plantado entre o Vitória e a Restauração, a cerca de quinze minutos de viagem da última. O roçado estava colocado ao lado do roçado do pai de sua esposa, que um ano antes havia deixado o Vitória com mais dois filhos para morarem ao lado da Restauração.

O pai de Elenilton também já havia ido embora para a sede do município em busca de estudo para seus quatro filhos, que ainda moravam com ele, e de receber mais facilmente sua aposentadoria e a de sua esposa.

Elenilton ao ver seus parentes se mudando da comunidade, aos poucos, foi reforçando a idéia de que deveria se mudar do Vitória, até que um acontecimento levou-o a tomar uma decisão definitiva. Em seu diário de monitoramento socioambiental, em 31 de janeiro de 2007, Elenilton escreve:

*"Nós viemos de morada para a Restauração, deixando o Vitória porque não vai ter mais aula na escola. Motivo: outros vizinhos irem embora e não ter como a escola funcionar com bem pouquinho aluno. Aí, eu vim para a Restauração, onde os meus filhos vão estudar. Eu já estou terminando de fazer minha casa do crédito-moradia". (Francisco Elenilton Coelho dos Santos, diário de agricultura 2006/2007, arquivo CERES)*

Assim sendo, em janeiro de 2007, Elenilton sai de uma pequena comunidade, onde se criou e passou a maior parte de sua vida, para uma *vila* localizada rio abaixo, onde teria acesso a escola para seus filhos e facilidade no escoamento de sua produção. Elenilton estava trocando a tranqüilidade do Vitória pela vida social mais intensa da Restauração; a abundância de caça pela abundância de diárias; o isolamento da colocação pela “facilidade” da grande comunidade.

Essa saída de um lugar para outro não se deu, como dito, por uma escolha de momento. Foi uma idéia que ia amadurecendo na cabeça de Elenilton e que, com o fechamento da escola, se impôs a ele, caso quisesse manter os filhos estudando.

Elenilton sabia que com a mudança de seus vizinhos para outros lugares, mais cedo ou mais tarde ele precisaria também deixar o Vitória. Assim, ele foi preparando aos poucos condições para que pudesse deixar a antiga comunidade e se estabelecer rio abaixo. Durante fevereiro de 2006 e janeiro de 2007, foram muitas as visitas de Elenilton à Restauração, seja para preparar seu novo lugar de morada ou para conseguir algum tipo de serviço ou atendimento do qual não dispunha no Vitória.

O primeiro relato de ida à Restauração que aparece em seus diários de monitoramento socioambiental foi em 15 de fevereiro de 2006. Nesse dia, Elenilton e Manoel, seu vizinho, foram até a Restauração para pegar emprestada a canoa do sogro de Elenilton. No dia seguinte, eles retornariam ao Vitória com a canoa e à tarde levariam um carregamento de farinha para vender na vila.

No dia 16 de abril, Elenilton foi novamente à Restauração para limpar o roçado que tinha plantado lá. Retornou para o Vitória quatro dias depois.

No quinto dia de junho Elenilton e Valdecir foram para a *vila* levando uma saca de feijão e quatro de farinha para vender. O sogro de Elenilton, seu Camurço, comprou a saca de 66 quilos e Edimilson, um comerciante local, comprou as quatro sacas de farinha. Elenilton e Valdecir retornam ao Vitória três dias depois.

Dois dias após ter retornado da viagem anterior à Restauração, Elenilton baixou novamente o rio, desta vez acompanhado da família. No dia 11 de junho, ele levou a mulher e os filhos até a casa de seu Camurço. O principal motivo da viagem era a consulta de sua esposa grávida no posto de saúde, em função do pré-natal. As crianças

também passaram por uma consulta médica. Dois dias depois estavam todos de volta ao Vitória.

A quinta ida de Elenilton à Restauração foi quase um mês depois da visita do pré-natal de sua esposa, no dia 7 de julho. Elenilton estava construindo uma canoa no Vitória e foi à *vila* para conseguir uma moto-serra para poder finalizar a canoa. Retornou no dia seguinte.

No dia 23 de julho Elenilton retornou novamente à Restauração, desta vez chamado pela coordenação da equipe de pesquisa e monitoramento socioambiental. Esta foi a segunda vez em que me encontrei com Elenilton. Na ocasião, conversamos sobre a produção dos diários e distribuí a ele material para que continuasse a trabalhar na pesquisa. Também houve o pagamento de parcela da bolsa de monitoramento socioambiental<sup>41</sup>.

Mais de dois meses depois de ter ido conversar comigo, Elenilton retorna à Restauração em 02 de outubro, para votar nas eleições para presidente, governador, senador e deputados. A Restauração provavelmente foi a única comunidade com urnas em todo Alto Tejo.

Em 24 de outubro Elenilton, esposa e filhos, vão à Restauração novamente. Elenilton vai se encontrar com a coordenação da equipe de pesquisa e monitoramento, desta vez chamado pela antropóloga Mariza Luna, Raimundo Farias Ramos, o Caboré, e Antonio Barbosa de Melo, o Roxo. Elenilton espera dois dias até a chegada da equipe e, nesse meio tempo, vai cuidar de seu roçado. A estadia da família na Restauração é prolongada

---

<sup>41</sup> Durante o projeto Pesquisa e Monitoramento da Diversidade Biológica e Cultural no Alto Juruá para o Desenvolvimento Regional - Desenvolvimento de métodos de pesquisa e monitoramento dos ecossistemas e da qualidade de vida na Reserva Extrativista do Alto Juruá, parte dos monitores socioambientais receberam uma ajuda de custo para realização das atividades de pesquisa.

até o dia 31 de outubro, para que pudessem se cadastrar no programa *Bolsa Família* durante visita de cadastradores oficiais à Restauração.

No dia 11 de novembro a família vai novamente para a Restauração, para fazer farinha com as macaxeiras plantadas por Elenilton em 2005. Ficam no trabalho da farinha até dia 18. Essa data é praticamente a data de mudança de Elenilton e sua família para a Restauração. Sua esposa e filhos não retornariam mais para o Vitória e ele só o faria para buscar alimento para continuar a farinhada<sup>42</sup> e a construção de sua casa que se iniciaria.

No dia 19 Elenilton volta sozinho para o Vitória para buscar uma vaca de seu Camurço. No dia seguinte chega com a vaca do sogro.

No dia 20 a família retoma a farinhada, que seria interrompida nos dias 23 e 24, por doença de Elenilton e de sua filha, respectivamente. A farinhada vai até o dia 12 de dezembro com algumas interrupções no meio, como entre os dias 27 e 28, em que Elenilton vai até o Vitória deixar a merenda na escola e buscar um porco para servir de alimento durante os dias restantes de farinhada.

Entre os dias 14 e 15 de dezembro, Elenilton vai à sede do município comprar combustível necessário para a moto-serra que o serrador utilizaria para construir sua nova casa.

No dia 18 de dezembro Elenilton vai procurar na mata madeira apropriada para construir sua casa. Até 31 de janeiro ele só se dedicaria à construção da casa, tendo pagado diárias para serrador e trocado dias de trabalho com algumas pessoas que o

---

<sup>42</sup> Atividade de fabricação da farinha. A farinhada normalmente é feita coletivamente e compreende várias etapas de trabalho, dentre elas arrancar a mandioca do solo, descascar, lavar, sevar, prensar e torrar. (cf. CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.268)

ajudaram na construção<sup>43</sup>. Durante esse período ele retornaria apenas duas vezes ao Vitória. A primeira foi em 24 de dezembro, quando foi buscar uma porca para alimentar o serrador enquanto trabalhava. A última vez em que Elenilton relata em seu diário uma ida ao Vitória é em 14 de janeiro de 2007, quando vai buscar duas sacas de feijão e duas sacas de farinha para trazer para a Restauração. No dia 31 de janeiro ele escreve em seu diário o trecho já reproduzido acima, firmando de vez a mudança de localidade.

\*

Entre a primeira visita relatada por Elenilton e o início da farinhada de novembro que julguei ser o real momento de mudança da família, que não retornaria ao Vitória até o término das anotações de Elenilton em seu caderno, passaram-se cerca de oito meses. Nesse período Elenilton foi à Restauração dez vezes: duas vezes para buscar equipamento (canoa e moto-serra); uma vez para ir ao posto de saúde (pré-natal da esposa e consulta médica dos filhos); duas vezes chamado pela equipe de pesquisa e monitoramento; uma vez para votar nas eleições; duas vezes para vender seus produtos (farinha e feijão); uma vez para limpar seu roçado (embora também tenha feito isso em outras visitas, essa viagem à Restauração teve como maior motivo a limpeza da roça); e uma vez para farinhada (depois dessa visita a família não mais retornou ao Vitória).

Em média, Elenilton realizou o trajeto do Vitória à *vila* mais do que uma vez por mês. O caminho de um dia de viagem foi feito por dez vezes em um período de cerca de oito meses. Além disso, em três ocasiões, ele ainda viajou à sede do município: para comprar combustível para construção da casa, para receber o pagamento do “crédito-

---

<sup>43</sup> Elenilton trabalhou 21 dias de janeiro de 2007 na construção de sua casa. Contou com 14 diárias de ajudantes, entre serrador, ajudante para carregar tábua e construir a casa.

moradia<sup>44</sup>”, com o qual ia construir a casa, além de uma viagem de oito dias, para a qual ele não informa a finalidade no diário.

Na maior parte das vezes em que esteve na Restauração ou em Marechal Thaumaturgo, Elenilton buscava acesso a algo que não tinha no Vitória. Foi atrás de moto-serra e de uma canoa grande, de posto de saúde, de gasolina, de participação política e nos projetos de governo (*Bolsa Família* e “crédito-moradia”), de acesso a mercados consumidores de sua produção agrícola. Foi se encontrar com a equipe de pesquisa em duas ocasiões em que o único acesso ao Vitória eram os caminhos pela mata.

As vindas de Elenilton à Restauração rompiam não só seu isolamento geográfico, mas o isolamento em relação ao acesso a direitos básicos de cidadão e à participação em processos de alcance mais amplo do que a colocação. O motivo da principal e definitiva viagem à Restauração foi a escola do Vitória, que no ano seguinte encerraria atividades por falta de alunos. Ao ver a possibilidade de perder acesso a mais um benefício como a escola, Elenilton decide descer o rio com toda a família.

Após a saída de Elenilton do Vitória, no início de novembro de 2006, nota-se uma diferença na sociabilidade que Elenilton tinha na antiga comunidade e a que passou a ter em seu período de estabelecimento na Restauração. Essa fase de transição em que Elenilton deve refazer laços de amizade e redes de sociabilidade representa certo isolamento em relação ao restante dos moradores nos primeiros dias vivendo na nova comunidade.

---

<sup>44</sup> Conhecido localmente como “crédito-moradia”, trata-se de um financiamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para construção de casas, oficialmente chamado *Crédito Instalação*. Inicialmente concedido como benefício para moradores de assentamentos do INCRA, o programa foi expandido em um convênio com o IBAMA para unidades de conservação.

Essa falta de laços e isolamento inicial se reflete nas descrições que ele faz em seus diários de agricultura. O único “parente” com quem Elenilton contava na Restauração era seu sogro, seu Camurço, que em 2005 o havia cedido um pedaço de terra para botar um roçado. As disparidades nas descrições das farinhadas que Elenilton fazia no Vitória e na Restauração podem ilustrar esse fato:

*“25/08/1999 – Elenilton, Valdo, Gilson, Manoel e Edimilson. Saímos às oito horas da manhã para arrancar roça para fazer farinha. Começamos a arrancar às oito e meia. Maria e Aulerinda iam descascando. Quando eram onze horas paramos de arrancar. Aí, fomos descascar. Quando eram onze e cinqüenta e cinco, a Elineide, Sirleide, Déia, e Zezinho vieram deixar o almoço e paramos de descascar. Aí, Raimundinho, Déia, Zezinho e Antonio foram carregar as mandiocas e acabamos de descascar às duas horas da tarde. Aí, Maria, Aulerinda e Sirleide foram lavar as mandiocas. Aí, Elenilton foi sevar as mandiocas e o Valdo foi colocar a massa na prensa. Começamos às duas e meia e terminamos três e trinta e cinco. Aí, Elenilton e Valdo agachamos a prensa. Aí, viemos para casa às cinco horas da tarde e chegamos em casas às cinco e meia”* (Francisco Elenilton Coelho dos Santos, diário de agricultura 1999, arquivo CERES).

*“15/11/2006 – Eu, Elenilton, e Maria José [sua esposa], fomos descascar mandioca. Nós começamos às seis horas da manhã, que as mandiocas eu tinha arrancado no outro dia. E quando foi nove e cinqüenta, nós terminamos de descascar. Aí, eu fui carregar e a Maria José foi lavando mais os meninos [os dois filhos mais velhos do casal] e também os meninos carregaram água para lavar as mandiocas. E quando foi dez e trinta eu terminei de carregar. Aí, eu fui ajudar a lavar e quando nós terminamos, enchemos o banco de mandioca. Aí, eu fui sevar e deu dois bancos. E quando eu terminei eu fui colocar a massa na prensa. E quando eu terminei eu acochei para torrar a massa no outro dia e parei o serviço era duas horas da tarde”* (Francisco Elenilton Coelho dos Santos, diário de agricultura 2006/2007, arquivo CERES).

A descrição da farinhada de 1999 relata treze pessoas diferentes participando das atividades normais do feitiço da farinha. Já a farinhada de 2006, feita no roçado da Restauração, durou por quase dois meses com pequenas interrupções e teve a participação constante de apenas quatro pessoas, todas moradoras de uma mesma casa; Elenilton, sua esposa e filhos. Apenas algumas mulheres, que não consegui identificar quem são, participaram pouquíssimas vezes do trabalho em troca de parte da produção.

Essa diferença no número de participantes demonstra certo isolamento em relação ao restante da comunidade. Elenilton não podia mais contar com seus ex-vizinhos e parentes do Vitória. Assim como no caso de Bé, relatado anteriormente, ele precisava se inserir aos poucos no novo contexto. Se Bé comprou um espaço para ser seu roçado, Elenilton o conseguiu de seu sogro. Bé, mais tarde, se integraria a um grupo de “irmãos” da Assembléia de Deus, que seriam a maior parte das pessoas com quem ele se relaciona. Elenilton encontraria mais tarde com seus ex-vizinhos do Vitória que também estavam descendo para a Restauração. Dentre eles estava Valdecir de Freitas, o Valdo, casado com Maria, irmã de Elenilton.

\*

Valdecir foi o último morador a deixar o Vitória. Ele assistiu a um esvaziamento da comunidade que entre 2002 e 2009 perdeu os moradores de suas treze casas. Valdo acredita que esse êxodo da comunidade tem razões claras: o abandono da produção de borracha, a dificuldade de transporte até o local e a busca por escolas para os filhos. Quando perguntei os motivos pelos quais as pessoas saíram do Vitória, ele me respondeu:

*“Saíram, assim, porque através de dificuldade de estudo dos filhos. O filho quando estava na 4ª série, já precisava deslocar o filho pra Restauração, porque*

*já não tinha mais estudo pra ele, né? Aí, aquele que chegava naquela posição tinha que sair pra vim. Aí, quando dava um intervalinho, umas feriazinhas, [era] muito distante pra voltar lá na casa do pai de novo, aí, já precisava voltar rápido de novo. Aí, quando tinha uma parte dos filhos já indo pra quarta série, já precisava vim quase tudo mesmo. Aí, saíram, vindo. Aí, os pais acharam que fossem acompanhando, assim, os filhos. Eles dizem que os filhos ficando muito tempo fora, assim, perde o amor de casa. Aí, tem que vir tudo acompanhando, aí, fica tudo liberto, sabe? [risos]. [...] Pois, sim. O problema que o pessoal saíram mais, assim, foi por causa de escola, que lá não tinha mais estudo, assim, pras crianças estudarem. E também pela dificuldade de tiração de produto, assim. Porque na época, no tempo em que a seringa dava dinheiro, muito dinheiro, né? Aí, a pessoa era só fazer borracha e atirar na água de qualquer jeito mesmo, só com a corda amarrada, né? Podia vim só arrastando [pelo rio] a corda assim. Aí, quando chegava era só tirar de dentro da água e estava boa do mesmo jeito. E o preço ficou assim uma coisa sem valor, aí, foi preciso se envolver com feijão, com arroz, com farinha até, pra trazer. Aí, muitas vezes, as pessoas traziam aquele produto, chegava tudo molhado. Nas cachoeiras se precisa tirar do barco, botar acolá, poder passar o barco, poder colocar dentro de novo. E nesse tira e põe de novo, chegava com o saco todo furado, tinha muitas vezes que molhava o produto, a farinha, essas coisas assim. Aí, o pessoal saíram esvanecendo, devido à distância e ao trabalho. Se fosse um rio que navegava, que pegasse o produto lá e colocasse e viesse até o local certo. Só que a dificuldade das cachoeiras, que o cara põe, aí, tira, embarca de novo. Chega com o produto todo mal organizado. Aí, o pessoal foi esvanecendo. E também a despesa grande, também. Teve uma vez que nós fomos fazer uma farinha, aí, motor a diesel ninguém tinha nessa época. Aí, motor pequenininho era um Montgomery de 12 [HP] que queimava mais gasolina que o fogo mesmo assim. Aí, inventamos: ‘vamos fazer uma farinha e vamos levar pra vender em Thaumaturgo pra comprar gasolina pra nós desmanchamos aqui uma roça. Então, vamos’. Arrumamos cinco litros de gasolina emprestados, até com o seu Camurço ali, mais umas que tinham por lá, ajuntamos tudo, e pegamos dezesseis sacas de farinha, e o pai dele [de Elenilton] tinha uma canoa que cabia dezesseis sacas de farinha com dois: motorista e outro lá na proa. Foram pra Thaumaturgo. Chegaram lá e venderam lá a farinha e compraram tudo de gasolina o valor da farinha. ‘Aí, vamos voltar’. Quando*

*chegaram em casa, a gasolina que sobrou só deu mesmo pra pagar o empréstimo, não sobrou nem ao menos um litro [risos]. Foi todinha na despesa. Só sobrou os cinco litros. Ficou só o trabalho e a despesa de ir. Acabou-se tudo”. (Valdecir de Freitas, entrevista, 18/07/2009).*

Valdo ainda passou cerca de sete anos morando no Vitória depois que os primeiros moradores começaram a deixar a comunidade. Mesmo gostando do lugar onde morava, ele se viu obrigado a matricular os filhos em uma escola rio abaixo, pois a do Vitória fecharia por falta de alunos. Assim, ele envia seus onze filhos para a Restauração para poderem estudar, enquanto ele continuaria no Vitória cuidando das plantações e das criações.

*“Foi saindo um, depois saiu outro, teve um ano que saíram dois, ou foram três moradores. Aí, eu sempre achando bom lá, né? E hoje eu estou por aqui [na Restauração]. Mas só que depois que os outros moradores saíram tudinho, fecharam escola, aí, ficou tudo mais difícil lá pra gente. Ficamos dois anos ainda. Aí, a mulher começou a reclamar: ‘vamos sair daqui, com muito filho pra estudar, e só aqui na mata, nós só comendo, sem nenhuma direção assim, isso não vai dar resultado’. Eu pensei, assim, que fosse uma coisa real mesmo o que ela estava dizendo. Aí, nós viemos pra cá. Eu fiz essa casinha aqui pra que os meninos estudassem, viessem pra cá. Mas também pros meninos ficarem sozinhos, acho que sozinhos iam passar muita necessidade também, né? Aí, a mulher veio também pra cá, cuidar dos meninos. Porque a mulher estando, sempre ajeita uma coisinha pra aqui e pra acolá e faz uma comidinha, né? E os meninos comem. Aí, eu fiquei lá um ano só, né? Depois eu consegui um companheiro pra ficar lá mais eu e ficou um ano mais também. Aí, resolveu sair. Aí, quando foi nesse ano passado agora, em fevereiro desse ano, aí foi que nós trouxemos as galinhas, porque galinha é um bicho que não pode ficar muito tempo só. E o gado, os porcos e as ovelhas podem ficar pelo menos uma semana assim só, que eles comem do capim assim mesmo. Tem como ficar mais um tempo”. (Idem)*

Em fevereiro Valdo se mudou para a Restauração, trazendo consigo as galinhas. Chegou dois anos após seus filhos e sua mulher, a quem visitava apenas esporadicamente para trazer alguma coisa que produzia no Vitória. Lá deixou os porcos, o gado e outras criações que requerem menos atenção, mas que obrigam Valdo a viajar ao menos duas vezes por mês para sua antiga casa.

Em julho de 2009, ele estava esperando o período de chuvas para que pudesse trazer os animais, quando o transporte rio acima ficasse mais fácil e permitisse trazer grandes cargas na canoa.



***Figura 10: Rio Tejo próximo ao Vitória, em janeiro de 2006, tempo das chuvas.***

Entre 2007 e 2009 Valdo ficou morando distante de sua família. Enquanto sua esposa e filhos estavam na Restauração, ele trabalhava no Vitória para garantir o sustento de todos. Valdo permaneceu no lugar onde havia as plantações, as criações e as matas em que ele sabia caçar para garantir a possibilidade de manter seus onze filhos estudando na escola da vila.

Em narrativas que descrevem a vida que passou nesses dois anos longe da família, morando sozinho na última localidade do rio Tejo, Valdo descreve o Vitória como um lugar desértico, habitado por “feras”, como gosta de dizer: onças e demais animais perigosos que viviam nas matas que rodeavam seu campo. Como proteção das feras e únicas companhias, ele tinha quatro cachorros que ficavam divididos durante a noite em dois grupos, um para tomar conta da porta dos fundos da casa (a porta da cozinha) e um para tomar conta da porta da frente, garantindo que “se viesse qualquer fera os cachorros davam notícia”.

Valdo fazia tudo sozinho: plantava, colhia, fazia farinha, caçava, cuidava das criações. Passava dias sem ver uma pessoa sequer. Questionado, ele relatou como foi esse período de solidão.

*“dois anos lá sozinho e a família aqui. Aí, quando a gente tinha uma condiçãozinha, trazia um produto pra cá e deixava um bocado aqui e vendia um bocado do outro lado pra ver se arranjasse um dinheiro pra ao menos a despesa de voltar de novo, que é meio longe, né? Daí, fiquei dois anos lá só. Nesse período eu passei lá só. Eu acho bom assim, mas só que a gente sozinho assim, a gente fica... que nem na época de verão, passava de 3, 4 semanas sem ver ninguém. O lugar mais perto de morador é com três horas de viagem, que é no Machadinho, lá embaixo. Na época de inverno, não, porque os caçadores sempre estavam indo pra lá. Era muito difícil uma semana que não viessem dois, três e ficavam dois, três dias lá mais a gente e voltavam. Mas, na época de verão, que o rio estava raso, aí, pronto, eram duas, três semanas sem falar com ninguém, sem gente com quem conversar”. (Idem)*

A solidão do tempo das secas era contrastante com as freqüentes visitas que Valdo recebia no inverno, o tempo das chuvas. Canoas com vários caçadores subiam, e ainda hoje sobem, até o Vitória para caçadas prolongadas na mata, que duram no mínimo três dias, contando a data de saída e retorno. Muitos desses caçadores são moradores da

Restauração, que encaram a longa viagem ao Vitória para caçar na floresta abundante em animais, e que voltam de viagem com suas canoas carregadas de animais de grande porte abatidos e repartidos entre todos.

As cabeceiras do Tejo e a região do Machadinho, um afluente do Tejo, são famosas entre os moradores da REAJ como áreas de extrema riqueza biológica, com grande número de animais e de diversidade de espécies. Segundo eles, lá se encontram animais que não ocorrem em mais nenhum lugar do Alto Juruá. A baixa densidade populacional dessa região do Alto Tejo, que prevalece após o fim da atividade de produção da borracha, também contribui para o aumento de animais circulando por essa área: não há mais tantos caçadores, nem cachorros para espantar as caças para longe.

Assim sendo, os caçadores vão ao Vitória e ao Machadinho com a certeza de que retornarão com suas canoas repletas de carne dos mais diversos tipos de animais: veados, queixadas, caititus, várias espécies de macacos, jabotis, dentre muitos outros. Se na Restauração os moradores encontram enorme dificuldade para caçar grandes animais nas matas do entorno da vila, nas cabeceiras do Tejo a caça é abundante e essa abundância é, em parte, garantida pela dificuldade de acesso à região, que leva a caçadas esporádicas nesse pedaço da Reserva que funciona quase que como uma área de refúgio para os animais silvestres.

### ***Mudança no Cotidiano***

Essa abundância de recursos da mata é sempre lembrada nas narrativas das pessoas que deixaram comunidades rio acima para morarem na Restauração. O contraste entre a abundância de caças e de plantações das colocações e a escassez da vila é tema recorrente. Em uma conversa entre mim, Valdo e João, irmão de Elenilton que foi para

Thaumaturgo, além de Pedro, antigo morador da comunidade Barraquinha, no Riozinho, o tema foi abordado. Logo após Valdo dizer as razões pelas quais deixou o Vitória, seguiu-se o seguinte diálogo:

*“Pedro: - Só que lá no Vitória é bom. Depois que o cabra está lá dentro. Se não tiver outros compromissos...”*

*João: - Era bom demais, não era?*

*Valdo: - Só é ruim assim, a saída, quando a gente sai de lá e o deslocamento pra trás. Mas quando chega lá é uma beleza. É bacana lá.*

*João: - Se não fosse tão distante...”*

Logo depois desse diálogo, pergunto a Valdo se, afinal, ele está achando bom morar na Restauração

*“Valdo: - Por um lado, dá de ir passando, né? Porque até porque, assim, os filhos tudo estudando, né?”*

*Roberto: - Mas o que é que você está sentindo de diferença de lá pra cá?*

*Valdo: - É o negócio do rancho. Porque lá em cima não faltava o rancho de jeito nenhum e aqui falta mesmo. Lá em cima, eu vinha aqui, trazia um produto, vendia aqui, aí comprava [trecho incompreensível] pra casa, aí sobrava um pouquinho e levava pra lá. Aí passava de três meses assim. Cinquenta reais eu levei, aí sobrava assim um pouquinho. Eu levava cinquenta reais, estava lá, passava três meses e não mexia com ele. Não tinha precisão. Não tinha onde gastar mesmo. Só éramos nós lá mesmo. Agora, aqui consegue duzentos reais, uma semana, duvido, que não tem mais. É preciso comprar de tudo, né? Só não a farinha, que a farinha nós estamos trazendo de lá ainda, mas outras coisas, até o negócio da carne tem que comprar aqui, que não tem, que é meio difícil na mata” (entrevista com Valdecir de Freitas, João Raimundo dos Santos e Pedro Santana da Cunha, 18/07/2009).*

Em seguida, pergunto a Pedro, que mudara com a família para a Restauração em 2003, se ele acha que a vida dele melhorou depois que veio para a vila.

*“Pedro: - Um pouco, né? Porque aqui é mais fácil um pouco, já. Lá em cima, Deus o livre, adoecia uma criança da gente, precisa o cabra sair. Quem mora aqui vai pra Thaumaturgo, quem mora no centro vai pra Restauração atrás de doutor, tá entendendo? Daqui, se o doutor não dá jeito, o cabra vai pra Thaumaturgo. Vai hoje, amanhã já chega.*

*Roberto: - E o que é pior aqui?*

*Pedro: - Rapaz, o problema aqui que é mais ruim é por causa, assim, do negócio do alimento. Porque aqui é difícil o cabra arrumar da mata, mais é do bolso. E lá em cima não precisa tirar do bolso, não. Tirar do bolso é só pra comprar a munição. Lá é mais melhor em alguns pontos e pior por outros”* (entrevista com Pedro Santana da Cunha, 18/07/2009).

Procurando compreender se a comparação de Pedro e Valdo entre a fartura de alimentos, sobretudo de caça, das antigas colocações dos afluentes e cabeceiras do Tejo e da Restauração não era apenas uma forma de romantizar o passado, busquei dados nos diários de monitoramento socioambiental de moradores da Reserva para comparar a quantidade de animais caçados por diferentes unidades domésticas de diferentes localidades.

Foram utilizados para análise diários de caça do ano de 2006. O primeiro foi de Elenilton, em um período em que ainda morava no Vitória. O outro diário foi de Alcir de Freitas, irmão de Valdecir que mora na Restauração e que é um dos mais assíduos caçadores da comunidade.

O diário de caça de Elenilton tem registros do dia 25 de janeiro de 2006 até o dia 21 de outubro de 2006, totalizando um período de informação de 270 dias. Durante esse

período houve 75 eventos de caça, entre caçadas e vizinhança recebida<sup>45</sup>. Em média, a cada 3,6 dias algum evento de caça ocorria, seja Elenilton saindo para caçar ou o recebimento de carne de algum dos vizinhos. Excluindo os peixes pescados ao longo do ano e incluindo os animais que Elenilton criou e matou, a quantidade média de carne que a família consumiu nesses 270 dias foi de 1,8 kg de carne por dia<sup>46</sup>.

O diário de Alcir cobre o período entre 1 de fevereiro de 2006 e 18 de agosto de 2006, totalizando 199 dias. Durante esse período, o diário registra 63 eventos de caça. Em média a cada 3,16 dias ou Alcir ia caçar, ou recebia carne de vizinhança.

O primeiro ponto a que chegamos com essa comparação é que Alcir e seu grupo de vizinhança ligeiramente se ocupam mais com atividades de caça do que Elenilton e aqueles com quem faz vizinhança.

Agora, comparando os animais abatidos que foram descritos em cada diário, temos a seguinte tabela:

---

<sup>45</sup> Estou considerando como evento de caça toda ocorrência registrada nos diários de algum caçador do grupo de vizinhança que sai para caçar, sendo bem sucedida ou não a caçada. Como grupo de vizinhança, entendo um grupo de casas conectadas que troca entre si constantemente parte da carne da caça abatida (cf. CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.313). A vizinhança é uma prática tradicional entre os moradores do Juruá em que se estabelece entre algumas residências a troca de alimentos, sobretudo de caça e pesca. Quando se mata uma caça ela é repartida entre uma rede de casas que retribuem em outras ocasiões.

<sup>46</sup> Elenilton informa em seus diários quanto pesou cada animal abatido.

**Tabela 2: Número de Animais Abatidos por Diário de Caça**

<b>Animal<sup>47</sup></b>	<b>Diário Elenilton</b>	<b>Diário Alcir</b>
<i>Anta</i> ( <i>Tapirus terrestris</i> )	1	0
<i>Caititu</i> ( <i>Tayassu tajacu</i> )	22	7
<i>Cutia</i> ( <i>Dasyprocta fuliginosa</i> )	6	5
<i>Guariba</i> ( <i>Alouatta seniculus</i> )	7	0
<i>Jaboti</i> ( <i>Geochelone</i> )	3	5
<i>Jacamim</i> ( <i>Psophia leucoptera</i> )	0	1
<i>Jacaré</i> ( <i>Alligatoridae</i> )	1	1
<i>Jacu</i> ( <i>Penelope jacquacu</i> )	4	1
<i>Macaco</i> ( <i>diversas espécies</i> )	4	2
<i>Nambu</i> ( <i>Tinamidae</i> )	2	6
<i>Paca</i> ( <i>Agouti paca</i> )	13	10
<i>Quatipuru</i> ( <i>Scirius spp</i> )	2	8
<i>Queixada</i> ( <i>Tayassu pecari</i> )	21	19
<i>Tatu</i> ( <i>Dasypus, Cabassous</i> )	2	8
<i>Tucano</i> ( <i>Ramphastidae</i> )	0	2
<i>Veado</i> ( <i>Masama sp</i> )	14	7
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>82</b>

Considerando que o diário de Elenilton tem mais registros de dias de caçada do que os de Alcir, o número de animais caçados a mais não chega a ser tão significativo.

Dividindo o número de caças abatidas pelo número de dias com ocorrência de caça nos diários, temos que para cada ocorrência de caça de Elenilton aparecem em média 1,36 animais. Nos diários de Alcir a média é de 1,3, aproximadamente. As caçadas de Elenilton e seus vizinhos apresentam níveis um pouco melhores referentes ao número de animais caçados por evento de caça.

Agora, se fizermos uma conta considerando apenas as “caças grandes” ou apenas as “embiaras”, os dados apresentam uma diferença maior. As caças grandes estão

---

<sup>47</sup> O nome científico dos animais foi extraído da dissertação de Carla de Jesus Dias sobre os caçadores do Alto Juruá (DIAS, 2004, p.98)

destacadas na tabela anterior pelas linhas acinzentadas. Trata-se de animais considerados “caça” pelos moradores do Alto Juruá. São esses animais, normalmente, que são partilhados nos grupos de vizinhança e cuja carne são bastante apreciadas. São animais de grande porte, considerados “a caça” por excelência. Os demais animais são considerados “embiaras”, animais de pequeno e médio porte que não têm o mesmo prestígio entre os moradores e caçadores (cf. CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.315). Um caçador volta para casa mais satisfeito se matar uma “caça grande” ao invés de uma “embiara”<sup>48</sup>.

Se dividirmos as caças entre esses dois grupos, teremos que Elenilton registrou 58 ocorrências de “caça grande” e 44 de “embiaras”. Já Alcir registrou 33 ocorrências de “caça grande” e 49 ocorrências de “embiaras”. Dividido pelo número de ocorrências de caça, os dados são os seguintes: Elenilton e seus vizinhos, para cada ocorrência de caça do diário, abatiam em média 0,8 “caças grande” e 0,6 “embiaras”. Já Alcir e seus vizinhos abatiam cerca de 0,5 “caças grande” e 0,9 “embiaras” por ocorrência de caça nos diários. Em porcentagem, significa dizer que as “caças grandes” representam cerca de 57% do número de animais abatidos por Elenilton e seus vizinhos no Vitória, enquanto na Restauração o número de Alcir e seu grupo de vizinhança não passava de 40%. Sendo maior o número de “caças grandes”, a média de peso para cada animal abatido por Elenilton e seu grupo de vizinhos também é maior.

---

<sup>48</sup> Os moradores do Alto Juruá são muito hospitaleiros. Várias vezes fui convidado a visitar a casa de pessoas que nunca haviam falado comigo antes. Em muitos desses convites uma promessa era feita, a de que, se eu fosse até a casa de quem estava convidando, ele iria caçar e traria um veado ou um queixada para comermos. Servir uma dessas duas caças é, sem dúvida, um grande orgulho para um seringueiro que recebe alguém em sua casa. Para mais detalhes sobre a preferência das carnes de “caça”, ver o trabalho de Carla Dias (DIAS, 2004)

***Tabela 2: Ocorrências nos Diários de Caça por tipo de animal***

<b><i>Dados dos Diários de Caça</i></b>	<b><i>Diário Elenilton</i></b>	<b><i>Diário Alcir</i></b>
<i>Número de animais por ocorrência de caça nos diários</i>	1,4	1,3
<i>Número de “caça grande” por ocorrência de caça</i>	0,8	0,5
<i>Número de “embiaras” por ocorrência de caça</i>	0,6	0,8
<i>Porcentagem de ocorrências de “caça grande”</i>	57%	40%
<i>Porcentagem de ocorrências de “embiaras”</i>	43%	60%

Há várias hipóteses que podem explicar essa diferença na porcentagem de “caças grandes” abatidas no Vitória e na Restauração. A principal delas é a quantidade de caçadores que caçam em cada mata. A pressão sobre as áreas do entorno da Restauração é muito maior, pois há muita gente caçando nessa região, o que acaba afastando as caças para longe porque elas “ficam mais brabas” com o barulho das espingardas e dos cachorros e fogem para outros lugares onde a ação humana é menor, como dizem os moradores.

A despeito da explicação que possa se dar a essa variação nos números, o certo é que os moradores sentem a diferença na pele quando saem para caçar na Restauração. Para Pedro, sair para caçar já não é mais tão vantajoso como nos tempos em que ele morava na Barraquinha. Para matar um animal tanto nas matas de lá como nas matas da Restauração continua sendo preciso “só comprar a munição”, mas, segundo ele, nas colocações é quase certo que o caçador matará algo em sua incursão pela mata. Já no entorno da vila a incerteza de matar algum animal não compensa o dia de trabalho que ele perderia e que poderia ser utilizado para trabalhar na diária, uma renda garantida.

Abandonar atividades tradicionais e trabalhar na diária é a saída procurada pelos moradores recém-chegados à Restauração estudados aqui. Assim como Bé, Pedro vê na diária o caminho para ganhar uma renda que antes era proveniente da seringa. A diária

tem papel fundamental na economia desses moradores, sobretudo nos primeiros meses após a mudança de localidade, quando as plantações ainda não cresceram.

Valdo e Pedro dizem que os primeiros anos após a mudança para a Restauração costumam ser os mais difíceis, pois tem que se construir tudo: a casa, abrir novos roçados, abrir campo para as criações. Segundo eles, depois que se constrói tudo e as plantações passam a produzir fica “mais fácil”, pois a vila seria um mercado excelente para os produtos. “Dá pra vender de tudo. Até banana dá pra vender bem. Vende tudo e ainda fica gente querendo comprar”, diz Pedro.

É certo que enquanto houver pessoas se mudando para a comunidade haverá compradores para os produtos daqueles que estão a mais tempo no lugar. Basta saber se, depois que todos estiverem com suas plantações produzindo, o mercado para a venda de produtos continuará tão bom assim para os produtores ou se eles terão que buscar novamente uma nova atividade produtiva e um novo padrão de ocupação do território, como se deu na passagem da predominância da seringa para a predominância atual da agricultura.

### ***Barraquinha e Vitória: semelhanças***

As histórias contadas por Pedro, Valdo e João durante o diálogo que tivemos apontam semelhanças entre os processos de mudança de diferentes moradores da Restauração. Elas mostram como ocorreu o abandono das colocações, iniciado nos dois casos por uma pessoa influente na comunidade. Abaixo seguem relatos dessas histórias da Barraquinha e do Vitória, que podem elucidar um possível padrão de aglomeração e dispersão das pequenas comunidades do Alto Juruá.

Até o ano 2000 eram muitas as pessoas que ainda faziam borracha no Vitória. Segundo Valdo, a produção de borracha da comunidade foi parando aos poucos, até que cessou em 2004. Desde o início do declínio da borracha, seu Gilde, pai de Elenilton e João, mostrava preocupação com a situação de isolamento do local onde morava frente à necessidade de produzir produtos agrícolas que deveria escoar com certa frequência. Nas palavras de João:

*“ele achava uma dificuldade estar num lugar daquele [como o Vitória], porque se a pessoa, tipo assim, a pessoa ia fazer um produto, uma farinha, por exemplo, fazia tantas sacas de farinha. Nós chegamos a fazer até cento e poucas sacas de farinha. Aí, o pai foi lá em Thaumaturgo primeiramente pra fazer o transporte. Aí, o transporte nós fazíamos até o Machadinho ali. Tinha uma cachoeira grande ali, que se chamava cachoeira do Manixi, que o rio lá, quando enche, é da noite pro dia, vaza. Aí, o pai arrumou uma baleeira<sup>49</sup> e subiu lá de Thaumaturgo. Aí, veio. Trouxe pra lá. Nós fazíamos só até a cachoeira do Manixi porque a água era pouca, né, pra voltar rápido. Aí, fizemos um jirau<sup>50</sup> por lá. Aí, eu sei que carregamos pra lá. E viemos pro Machadinho. Pois bem, aí, isso a pessoa fazia, comprava gasolina, comprava óleo diesel e precisava alugar a baleeira. Só dava mesmo pra despesa. Não lucrava nada, não. Então, é uma dificuldade grande pra pessoa. Acho que lá é só bom pra comer mesmo”.* (João Raimundo dos Santos)

Seu Gilde, frente às dificuldades de morar em um local distante e da logística necessária ao transporte de produtos agrícolas consulta a família sobre a possibilidade de se mudarem para Thaumaturgo.

*“Na época em que nós viemos embora, sabe? Aí, o pai... eu ouvia sempre falar de vir embora pra Thaumaturgo, até que um dia o pai... era de manhazinha e a gente ia tomar café lá na mesa, o pai convidou tudinho nós lá pra mesa e falou: ‘rapaz,*

---

<sup>49</sup> Embarcação feita de madeira, com capacidade de carga maior que de uma canoa e equipada com motor de popa e leme na proa. As canoas, quando motorizadas, têm apenas o motor de popa, com timão.

<sup>50</sup> Construção temporária, feita com varas, paus e folhas.

*vocês querem ir embora pra Thaumaturgo mesmo? Porque se tudinho concordar pra ir, nós vamos. Agora, se tiver um que não concorda, não vamos'. Aí, todo mundo ficou assim. Aí: 'rapaz, vamos'. Aí, nós: 'então vamos'. A pessoa só sabe de um lugar que a pessoa mora se experimentar o lugar, né? Aí, fomos. Graças a deus, até hoje... valeu ter ido, né, do que estar num sofrimento desse daí. Porque um lugar desse daí é muito ruim, né? Que nem o Valdo tava dizendo, muito ruim mesmo. A lonjura, a cachoeira que tem pra gente passar. É muita dificuldade mesmo um lugar desse" (João Raimundo dos Santos, 18/07/2009).*

Depois da saída de seu Gilde, em 2002, seus filhos e filhas que moravam nas outras casas da comunidade passaram também a abandonar o Vitória em busca de melhores condições de vida em outras localidades. Valdo seria o último a sair, levando a família para a Restauração em 2007, mas permanecendo sozinho na comunidade até 2009.

O caso da Barraquinha não é diferente. Após a crise da borracha e a decisão de saída de um morador que é referência para a comunidade toda, ela começa a se desfazer aos poucos, não restando mais moradores.

*"Lá na Barraquinha morava o Pebinha, morava o Adelino [pai de Pebinha, Alcir, Delmar e Valdecir], morava o Delmar, morava o Naia, morava eu e o Adenilton. O primeiro que veio [pra Restauração] foi o Delmar. Tudo bem, veio que veio. Aí, o Pebinha disse que ia embora pra Thaumaturgo. Aí, foi pra Thaumaturgo e não deu certo. Aí, ajeita lá pra ir embora: 'rapaz, vamos embora pra Restauração'. Veio ajeitar um roçado. Aí, estava com dois anos que ele veio... não, estava com um ano, o Adelino veio também, o pai dele. Aí, fiquei eu. Aí, estava com dois anos 'rapaz, eu vou-me embora pra Restauração também'. Vim. Aí ficou só o Naia e o Adenilton lá. Aí, o Adenilton veio embora também pro Depósito. [...] Aí, hoje está vadiando lá. Não tem mais ninguém" (Pedro Santana da Cunha, 18/07/2009).*

Pedro é casado com Maria Jurlete, filha de Pebinha, conhecido também por Peba. Para ele, Peba era a liderança da comunidade e sua saída levou os demais moradores a

também deixar a Barraquinha que, até então, era a última localidade habitada do Riozinho.

*“e comunidade tem isso, se sair o chefe... é do jeito de um bando de queixada. Está o bando aqui, tu matou o chefe de lá, os outros ficam tudo perdido atrás do chefe, está entendendo? Comunidade é assim, aqui [Restauração] não, não é comunidade, é uma vila, né? Se sair o velho Assis, seu Assis vai embora, nós não vamos, não estamos nem aí. Mas comunidade, se o chefe sair ‘rapaz, vou sair também’. O pai dele aqui [do João], saiu, aí as filhas ficam assim e diz ‘meu pai foi embora, eu vou também’. Aí, os genros ‘rapaz, eu vou embora também’ e é assim. [...]. Lá na Barraquinha era bom, mas depois que saiu o Peba, que era o chefe de lá, né? ‘rapaz, vou embora também, que o Peba foi embora, está se dando lá, eu vou embora também’. Foi desse jeito”. (Idem).*

Peba deixou a Barraquinha em 2004. Segundo o relato de Pedro, em 2009 saiu o último morador da comunidade. Assim como no Vitória, após o fim da produção de borracha a comunidade perde sua liderança e em um período de cerca de cinco anos se desfaz completamente.

A maioria dos moradores da Barraquinha e do Vitória foram morar na Restauração, o foco de mudança de quem desce as cabeceiras do Rio Tejo. Ali eles se reencontraram com seus antigos vizinhos que mudaram antes e restabeleceram conexões entre as casas através de vizinhança, troca de dias de trabalho e ajuda mútua.

## **Capítulo 3. Do Passado ao Futuro: processos de urbanização e novos desafios**

A Restauração sempre foi uma localidade de interesse para a compreensão das formas de organização e sociabilidade no Alto Juruá. Desde a fundação dos seringais, até os dias atuais, essa localidade foi parte integrante e importante dos processos históricos da região. Olhar para a história da Restauração é também, de certa maneira, olhar para a história da Reserva Extrativista como um todo. Os processos de mudança que acontecem nessa comunidade não têm apenas alcance interno, como visto no capítulo anterior, e modificam dinâmicas de comunidades que estão mais acima ou mais abaixo no rio.

O interesse deste capítulo é apresentar as mudanças ocorridas na Restauração nas últimas décadas, mostrando como moradores antigos sentiram no cotidiano essas transformações, sobretudo as ocorridas na última década, e indicar quais os conflitos e aspirações que surgem do contato entre vários tipos de visão sobre a comunidade.

### ***Restauração, quatro décadas em desenhos***

É onde as águas do Riozinho se encontram com as águas do Tejo que se localiza a Restauração, um lugar em que um grande número de moradores da floresta tem concentrado suas moradias, vivendo em uma comunidade maior do que qualquer outra comunidade existente na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

Trata-se de um local historicamente importante, tendo sido sede de seringal com um grande barracão no tempo da borracha e também palco do mais famoso embate contra

um patrão dentro do rio Tejo, até hoje lembrado em detalhes pelos moradores<sup>51</sup> (FRANCO, 2001).

A antiga sede de seringal da Restauração era capaz de controlar todo fluxo de pessoas e mercadorias por via fluvial das produtivas colocações do Alto Rio Tejo e de seus afluentes. Segundo mapa elaborado por Almeida, ainda na década de 1980, o barracão da Restauração era um dos maiores do Tejo (ALMEIDA, 1992). Cabia ao barracão e seus trabalhadores o controle de toda circulação de mercadorias e de borracha na região do seringal Restauração, que incluía todos os afluentes do Tejo e que se localizava em uma região altamente produtiva, dada a quantidade e a qualidade das seringueiras.

Além de ser sede de seringal, contando com um grande barracão, a Restauração também era formada por algumas colocações, já que ali havia seringueiros que cortavam as estradas do entorno. Como em qualquer outra colocação a ocupação do território seguia um padrão de baixa densidade populacional, devido à necessidade de adaptar a organização do espaço e a produção à distribuição natural das seringueiras. Assim, em meados do século XX, a Restauração era habitada por poucas famílias de seringueiros, além do patrão e de outros funcionários da sede do seringal.

Mapas produzidos por um antigo morador da Restauração, Antonio Gomes do Nascimento, mostram como era a distribuição de casas na Restauração em meados do século XX e como se deu a transformação da comunidade ao longo de mais de quarenta

---

<sup>51</sup> O confronto ocorreu durante uma reunião do movimento dos seringueiros, em 7 de março de 1989, realizada na Igreja da Restauração, e que contava com a presença de Antonio Macedo e Chico Ginú. Na ocasião, o patrão da Restauração, o Zé Silva, agrediu Antonio Macedo com um soco e em seguida tirou uma tesoura dos bolsos para furar o líder do movimento. Na ocasião a família de seu Milton se envolveu na confusão contra o patrão, que acabou baleado no braço por um segurança de Antonio Macedo. A história do embate logo correu pela região como exemplo de vitória da organização dos seringueiros contra a violência dos patrões (FRANCO, 2001, p.426 e ss.).

anos. A partir desses mapas é possível analisar o crescimento do número de casas da comunidade ao longo da segunda metade do século passado.



Figura 11: Mapa da Restauração em 1965, por Antonio Gomes do Nascimento

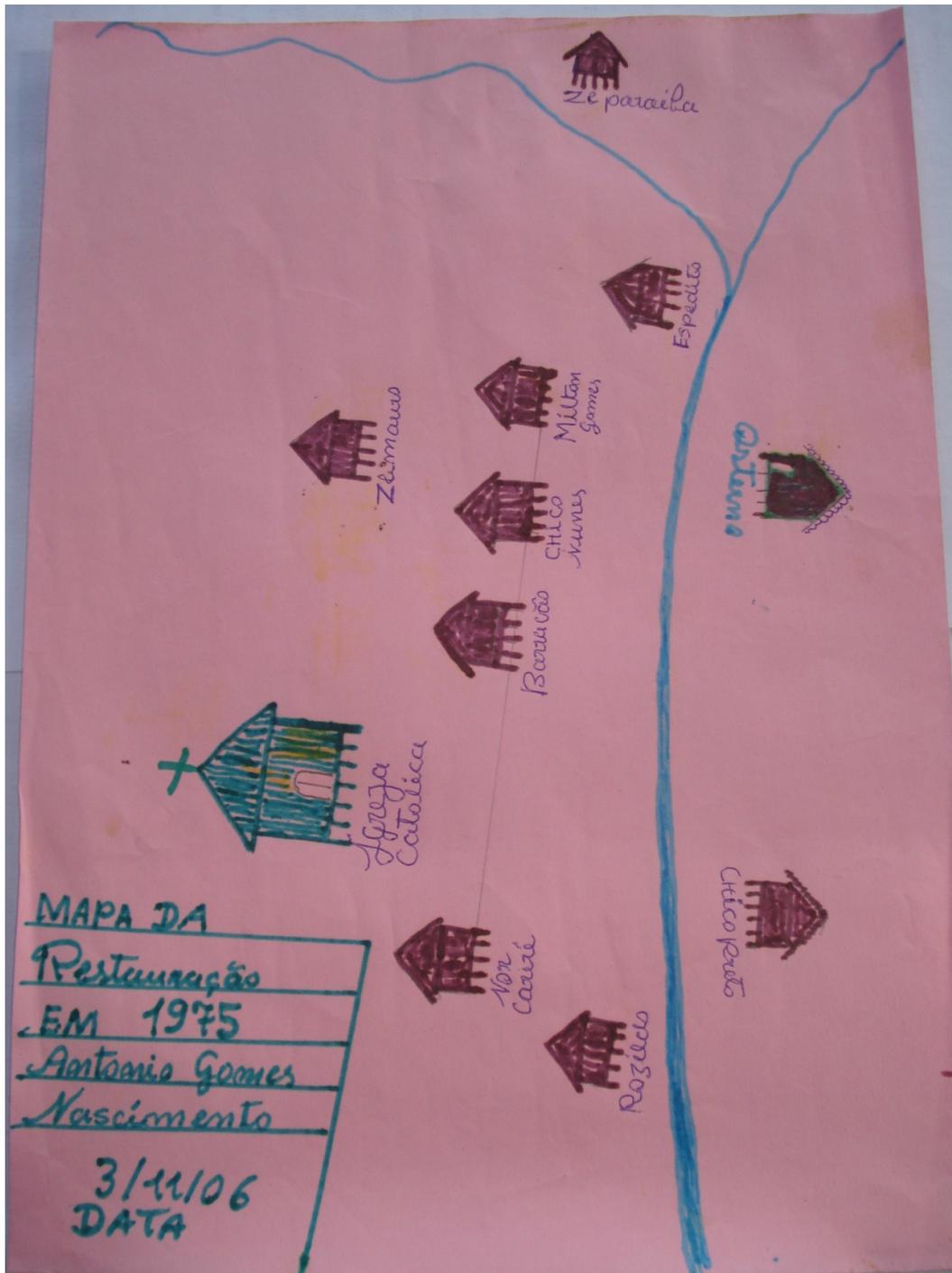
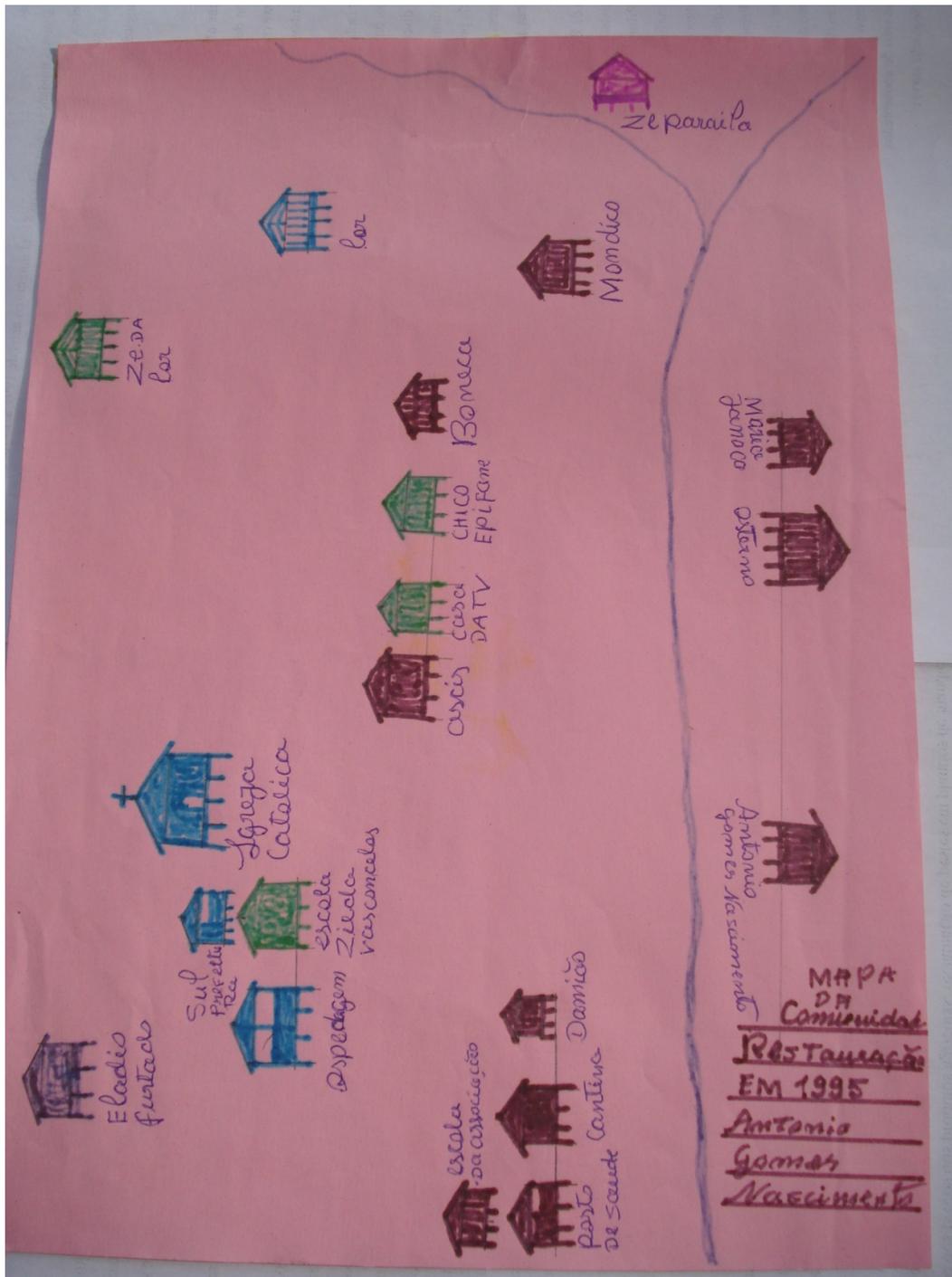


Figura 12: Mapa da Restauração em 1975, por Antonio Gomes do Nascimento



Figura 13: Mapa da Restauração em 1985, por Antonio Gomes do Nascimento



**Figura 14: Mapa da Restauração em 1995, por Antonio Gomes do Nascimento**

Analisando os mapas das décadas entre 1960 e 1990, vemos que durante esse período houve um crescimento no número de residências na Restauração, mas trata-se de um

pequeno crescimento se comparado ao que ocorreu na década de 2000. Para o ano de 1965, Antonio registrou sete residências, além de um barracão e uma igreja católica. Dentre estas residências estava a de Renato Lebre, patrão na época; para 1975 desenhou nove residências, além de um barracão e uma igreja católica; para 1985 desenhou doze residências, além de um barracão e uma igreja católica; para 1995 também foram doze residências, além de uma cantina da associação (que substituiu o barracão após a criação da Reserva), uma igreja católica, uma hospedaria, uma casa de TV, uma subprefeitura e duas escolas.

A Restauração era considerada na década de 1950, segundo Mariana Pantoja Franco, “território dos *Nascimento*”, um grupo de parentes identificados e unidos em torno da figura de Francisco Feitosa do Nascimento, um cearense que migrou para o Alto Juruá nas primeiras levas de seringueiros. Os desenhos de Antonio mostram que, ainda em 1965, Francisco habitava a Restauração com seu filho João Nascimento e com sua filha Mariana, casada com Milton Gomes. Dez anos depois, dos descendentes de Francisco Feitosa do Nascimento, apenas sua filha Mariana continuava lá. A Restauração perdia, então, o domínio dos *Nascimento*<sup>52</sup> e, segundo o mapa de 1985, passava a ver Milton Gomes começar a aglutinar em torno de sua pessoa um grupo de parentes dominantes na região, que ficaria conhecido na década de 1990 como *os Milton* (FRANCO, 2001). Apesar do domínio da nova parentela, nunca mais um grupo atingiu um grau de controle

---

<sup>52</sup> Esses dados condizem com os relatos reproduzidos no capítulo anterior sobre o abandono de comunidades pelos moradores do Alto Juruá. As ondas de mudança de comunidade são, muitas vezes, iniciadas com a saída ou morte de uma pessoa que é referência para as demais na comunidade. Na Restauração, a saída de Francisco Nascimento levou à dissolução da parentela até então dominante na localidade, abrindo espaço para que uma nova parentela pudesse substituí-la.

sobre o território como *os Nascimento* parecem ter conseguido<sup>53</sup>. A região que antes era “território dos *Nascimento*” perdia a referência direta e dominante a um único grupo de parentes.

Em resumo, a Restauração assistiu em quarenta anos, a um aumento discreto no número de residências. Entre 1965 e 1995, período em que o crescimento no número de casas foi modesto comparado com a década de 2000, todos os chefes de família haviam se mudado dali. Antonio, o responsável pelos desenhos e Damião, seu irmão, parecem ser os únicos que permaneceram por todo esse tempo ali, sendo que em 1965, ainda crianças, moravam na casa dos pais<sup>54</sup>.

Se em 1950 a Restauração era território dos *Nascimento*, com organização em torno de um grupo de parentes dominantes, em 1995 não se podia afirmar que outro grupo de parentes ocupou o lugar de dominante. *Os Milton*, um grupo de parentes que de certa maneira era parto do grupo d'*os Nascimento* (seu Milton era genro do velho Nascimento), provavelmente eram maioria, mas havia na localidade mais cinco ou seis famílias dividindo o território e a utilização dos recursos.

A importância histórica da Restauração na dinâmica regional do Alto Tejo e a possível falta de predominância política de um grupo familiar sobre o território, que se diluirá junto com a existência de uma força hegemônica representada pelos patrões nos

---

<sup>53</sup> A história do grupo de parentes de Milton Gomes e o importante papel dos *Milton* na luta contra os patrões e pela criação da Reserva Extrativista estão detalhados no livro de Mariana Ciavatta Pantoja Franco (FRANCO, 2001)

<sup>54</sup> A família de seu Milton esteve sempre morando nas proximidades da Restauração, tendo passagens pela Foz do Machadinho, rio acima, e também rio abaixo, na localidade Sete Estrelas, ambos os territórios do antigo seringal da Restauração.

seringais<sup>55</sup>, podem ser apontados como fatores relevantes para explicar a situação encontrada atualmente na comunidade.

### ***A política regional no processo de surgimento da Vila***

No início da década de 1990, após a criação da Reserva Extrativista e com o aprofundamento da crise da borracha e a presença mais efetiva do estado nacional na região, começam a surgir transformações que possibilitaram a formação da Vila Restauração.

Já em 1989 o governo federal passa a financiar ações autônomas dos seringueiros através do *Plano de Desenvolvimento Comunitário*, elaborado entre CNS e Unicamp, nas pessoas de Antonio Luiz Batista de Macedo e Mauro W. B. de Almeida, e aprovado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Tal plano deu apoio a atividades diversas, dentre elas a compra de mercadorias para diminuir a dependência dos seringueiros aos barracões e aos patrões, e durou até 1992, adentrando o período posterior à criação da Reserva.

Em 1991, em um convênio entre a associação local e o IBAMA, é realizado um cadastramento e levantamento sócio-econômico, além da produção de mapas colaborativos com os moradores e do *Plano de Utilização*, que definiu as regras de uso dos recursos naturais dentro da unidade de conservação.

Após a criação da Reserva, com apoio do CNS e assessoria do professor Mauro Almeida e seus alunos, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva

---

<sup>55</sup> A partir de 1995 se cria alguns serviços na comunidade. A família de seu Milton, que havia participado ativamente do processo de criação da Reserva, ocupou os postos de trabalho na escola, na cantina da Associação e no posto de saúde. Já na casa de TV, na subprefeitura e na escola municipal, eram outras famílias que ocupavam os postos.

Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ) busca recursos com instituições governamentais e passa a desenvolver atividades dedicadas à melhoria da qualidade de vida da população, levando as primeiras escolas e postos de saúde<sup>56</sup> para dentro da Reserva, além de realizar trabalhos de mobilização política e formação de lideranças.

Entre 1995 e 1998 a associação local consegue se integrar ao *Projeto Reservas Extrativistas*, financiado pelo *Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil* (PPG7), no âmbito do CNPT-IBAMA, recebendo mais recursos para implementação de políticas sociais e mobilização política.

*“Em resumo, no período de 1988 a 1998, foram realizadas duas experiências de planejamento na Reserva Extrativista do Alto Juruá. A primeira, com duração de 1989 a 1992, teve resultados políticos e organizacionais positivos, e resultados econômicos negativos. Os resultados positivos foram a mobilização de novas lideranças que se acrescentaram às lideranças sindicais já existentes, a criação da Associação dos moradores e a destruição do sistema de barracões na área, dando impulso ao movimento que levou ao decreto federal criando a primeira Reserva Extrativista”* (ALMEIDA, 1998, p.14.)

Esse período de dez anos, em que o financiamento governamental incidiu sobre a associação local, representou uma mudança de foco das políticas públicas na região. Se até então o governo federal financiava o que chamava de “desenvolvimento regional” através do fortalecimento dos “seringalistas” (termo oficial para se referir aos patrões), agora as verbas aplicadas na região não mais focavam o fortalecimento da indústria da borracha, mas a melhoria da qualidade de vida dos moradores, seja investindo em acesso a direitos básicos de cidadão, como educação e saúde (ALMEIDA, 1998), ou então no fortalecimento da própria associação, conseqüentemente formando um

---

<sup>56</sup> Os postos de saúde e a formação de agentes locais de saúde foram resultado do projeto *Saúde Sem Limites*, parceria entre a ASAREAJ e a Associação Saúde sem Limites, uma associação civil.

contexto político para garantir ampla participação política dos moradores locais na gestão do território e dos recursos (cf. COSTA, 1998).

\*

A criação da Reserva Extrativista e o financiamento governamental de atividades da Associação minaram o poder da antiga elite patronal sobre a região da Reserva. Com a perda do controle sobre a terra e com o declínio cada vez mais acentuado da borracha, nos anos de 1990, os antigos patrões foram encontrar nos cargos políticos uma maneira de equilibrar novamente forças na disputa política com seus antigos seringueiros.

Um dos arrendatários de seringais no momento de criação da Reserva, Orleir Cameli, cujos planos frente à crise da borracha era iniciar a extração madeireira na região, é um exemplo de patrão que se envolveu com a política, sendo eleito, em 1994, governador do Estado do Acre<sup>57</sup>.

Mas não foi apenas o grande comerciante de Cruzeiro do Sul, Orleir Cameli, que se lançou na política para recuperar o prestígio perdido com o fim dos seringais. Muitos foram os ex-patrões que se envolveram na política regional. Na atual gestão municipal, o prefeito é filho de um ex-prefeito, que à época do movimento dos seringueiros era o delegado de polícia e queria prender os líderes do movimento em nome do direito

---

<sup>57</sup> Quando se criou a Reserva, Cameli era o principal arrendatário dos seringais do Rio Tejo. Cameli era industrial (dono da principal olaria em Cruzeiro do Sul, fabricando material de construção), empresário de transportes e combustíveis (dono de ferry boat, dono de distribuidora de combustível), dono de supermercados, dono de construtoras, e além disso arrendava seringais como o rio Tejo. Em 1994, Cameli elegeu-se governador, tendo sido antes prefeito de Cruzeiro do Sul. Seu primo Carlos César Correia de Messias também foi prefeito de Cruzeiro do Sul e atualmente é vice-governador do estado do Acre (informações de Mauro Almeida: comunicação pessoal).

patronal, e o vice-prefeito é filho de um ex-patrão do rio Bagé<sup>58</sup>. Eliza Lozano Costa, em sua dissertação de mestrado, nos dá indícios de como foi a relação entre as antigas elites locais e a associação de moradores da Reserva após a criação do município de Marechal Thaumaturgo:

*“Em 1992 é criado o município de Marechal Thaumaturgo, com prefeito, vice-prefeito e vereadores. Em 1994 o conflito da prefeitura e dos vereadores do município com a Associação é absolutamente explícito. O vice-prefeito (e atual prefeito) era delegado de polícia em 89, responsável pelo uso de violência física a Antonio Macedo e Chico Gínu [duas lideranças do movimento à época] quando da implantação da cooperativa [cuja criação era parte dos trabalhos do Plano de Desenvolvimento Comunitário financiado pelo BNDES]. Além destes, haviam os comerciantes locais, os marreteiros e regatões, aumentam [sic] a presença no local, também se colocando contra a Associação, porque a cooperativa esbarrava nas suas relações comerciais” (COSTA, 1998, p.68)*

Com a criação do município de Marechal Thaumaturgo, a prefeitura da cidade passa a rivalizar com a ASAREAJ, que, a partir de 1992, atravessa dificuldades por falta de financiamento e descrédito criado por má administração de recursos da cooperativa.

Grande parte dos moradores do município recém-criado se encontrava no interior da Reserva, que representa cerca de 65% do território de Marechal Thaumaturgo<sup>59</sup>, sendo tanto membros da associação como eleitores do município. Os membros da prefeitura e da associação começam, então, a disputar prestígio junto à população, com vistas a alcançar o cargo dos rivais e ocupá-los com seus aliados. Surge, nesse período, um

---

<sup>58</sup> Esse ex-patrão do Bagé é conhecido como Chiquinho Praxedes. Seu filho, Maurício José da Silva Praxedes, é hoje vice-prefeito de Marechal Thaumaturgo. O atual prefeito é Randson Oliveira Almeida, filho do ex-prefeito Leandro Tavares de Almeida.

<sup>59</sup> Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a área total do Município de Marechal Thaumaturgo é de 7.744km<sup>2</sup>. Já a área da Reserva Extrativista, segundo dados do ICMBio, é de 5.061,86km<sup>2</sup>.

quadro político complexo em que associação e prefeitura traçam alianças com poderes estaduais e federais em busca de seu fortalecimento na região (cf. COSTA, 1998).

Nessa disputa entre prefeitura e Associação ao longo da década, a primeira parece ter saído mais fortalecida. Os acontecimentos que se sucedem já nos anos 2000 mostram como a disputa de forças entre essas duas instâncias representativas levou ao fortalecimento do poder da prefeitura dentro da Reserva Extrativista.

Enfraquecida por má gestão de sua diretoria e pela ausência do CNPT-IBAMA atuando efetivamente dentro da unidade de conservação e fazendo valer as leis de gestão, a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá se enfraquece de vez e cai em descrédito junto à população em meados dos anos 2000<sup>60</sup>.

Em 2006, duas novas associações são criadas para ocupar o vazio deixado pela crise da ASAREAJ. Apoiadas pela prefeitura, são criadas uma associação para a bacia do rio Tejo e outra para a bacia do rio Juruá<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> A história do enfraquecimento da Associação é longa e cheia de detalhes que não serão explorados aqui. Pela presidência da Reserva passaram moradores da região da Restauração (Chico Ginú e Milton Gomes, ambos muito próximos a Antonio Macedo), e moradores de outros lugares (Dolor Farias, do rio Bagé, Orleir Fortunato, do Juruá, e Antonio de Paula). Como em qualquer experiência inédita, a gestão da Reserva teve altos e baixos em seus primeiros anos, vide a criação do *Plano de Utilização* e o fracasso da cooperativa. Porém, no final dos anos 1990 a Reserva elege como presidente Orleir Fortunato, cuja administração é suspeita de desvio de verbas e má aplicação de recursos. Orleir passa a se envolver com a política partidária da região. Mesmo assim, Orleir se reelege com recursos fraudulentos e é acusado de desviar recursos da Associação para campanhas políticas de seu partido. Durante seu segundo mandato, quando a Associação está endividada e as instituições de governo suspendem o envio de recursos para a ASAREAJ, Orleir é preso por tráfico de drogas do Peru para o Brasil, deixando a administração para o vice-presidente que, na prática, não participava da gestão.

<sup>61</sup> ASATEJO (Associação Agroextrativista do Rio Tejo) e ASAJURUÁ (Associação Agroextrativista do Rio Juruá). Essas associações se aproveitaram do descrédito da ASAREAJ e passaram a assinar convênios com órgãos federais. O principal deles foi o “crédito-moradia” do INCRA.

Na Restauração, todos esses momentos da política regional, desde o tempo da borracha, passando pelo auge da Associação e seu subsequente declínio, assim como o fortalecimento do poder municipal na região, tiveram reflexos diretos na organização local.

Como localidade importante do Alto Tejo, a Restauração sempre contou com infraestrutura e serviços que outras comunidades do Tejo não tinham. Desde o início dos seringais até os anos de 1980 a Restauração teve, em um ou outro momento, um ferreiro, uma igreja, um posto policial e até um juiz de paz (cf. FRANCO, 2001).

Com a criação e fortalecimento da Associação, a comunidade continuou a ser foco de ações e ter acesso a bens que a diferenciava de outras localidades. Como mostra os desenhos de Antonio Gomes, a Restauração recebeu durante o início dos anos de 1990 a primeira casa de televisão com gerador de energia elétrica da região do Alto Tejo. Além disso, a Associação, através de suas parcerias com instituições externas, levou para a comunidade sua primeira escola oficial e um posto de saúde, além da cantina da cooperativa, que comercializava mercadorias em troca da borracha<sup>62</sup>.

Um dos mapas de Antonio se refere ao ano de 1995. Ele retrata um momento em que o município já havia sido criado e quando a ASAREAJ já vinha perdendo força política na disputa com a prefeitura. No mapa já aparecem construções feitas pela administração municipal, incluindo até uma subprefeitura e, conseqüentemente, um subprefeito, que se instalaram na localidade. Uma das escolas do mapa, a Escola Zilda Vasconcelos, existe

---

<sup>62</sup> Já havia uma sala de aula informal junto à casa de seu Milton Gomes e outras pessoas ensinando crianças e adultos voluntariamente pela Reserva. Porém, foi a Associação que trouxe para Restauração a primeira escola oficial, cujos professores eram pagos por um convênio com a prefeitura, a cantina da cooperativa e o posto de saúde, além de um sistema de comunicação de radiofonia.

até hoje, e foi mais uma construção da prefeitura no período em que, além de erguer o prédio, passou a ser responsável pelo sistema de ensino cuja instalação de escolas se iniciou com atividades da Associação.

*“Antes da criação do novo município, a ASAREAJ já havia tomado a iniciativa de construir quatro escolas (Restauração, foz do Machadinho, Alegria e Volta Grande), além de acolher nas suas instalações da foz do Tejo os alunos e professores daquela localidade. Em alguns locais, como o Belfort e o Vitória, por exemplo, a escola funcionava em instalações providenciadas pelos próprios moradores. No ano de 1994, a ação da prefeitura, fortemente direcionada para a ampliação da rede escolar, já fazia sentir seus efeitos: 32 escolas funcionavam na Reserva, sendo 20 na zona do Juruá e 12 na bacia do Tejo”.* (ALMEIDA, 1998, p.45)

A subprefeitura e a nova escola da Restauração foram os primeiros passos do fortalecimento da prefeitura na comunidade. Muita coisa viria em seguida.

Durante a primeira visita que realizei à Restauração, em 2006, anotei em meu caderno de campo que a prefeitura já havia construído uma escola e um posto de saúde. Mas, apenas em minha terceira visita, realizada em 2009, notei o verdadeiro papel que a subprefeitura tinha na organização comunitária e nas mudanças que vinham ocorrendo na comunidade.

Durante essa visita, fui convidado a jantar na casa do subprefeito da Restauração. Na ocasião, estava na comunidade para realizar trabalhos referentes ao desenvolvimento de um *Plano de Manejo Participativo* para a Reserva Extrativista. Durante o jantar o subprefeito relatou alguns dos trabalhos que a prefeitura já tinha feito ou promovido na comunidade.

Uma das ações realizadas pela prefeitura era a demarcação de lotes para pessoas que desejassem se mudar para a Restauração. Para se mudar para a comunidade, bastava a

um morador da Reserva conversar com o subprefeito para que lhe fosse demarcado um lote de vinte por trinta metros, onde a construção da casa seria feita. A subprefeitura passou a demarcar lotes um ao lado do outro, formando uma fileira de casas conhecida na comunidade como “mutirão”.

O loteamento da terra tem conseqüências diretas e óbvias no sistema de propriedade da Reserva Extrativista. Segundo o *Plano de Utilização*, escrito tendo como base práticas costumeiras entre os seringueiros, a mudança de localidade deveria ser precedida pelo aceite dos moradores da comunidade para a qual se pretende mudar. Nesse caso, a ação da prefeitura vai contra dois princípios legais de gestão da Reserva Extrativista

Segundo o “item 39” do *Plano de Utilização*, elaborado por um coordenador técnico, lideranças da Reserva e pelos moradores presentes à IV Assembléia Geral da ASAREAJ, “quando um seringueiro ou agricultor solicitar transferência de uma colocação para outra, a Associação pode permiti-la desde que a colocação esteja bem zelada em todos os seus aspectos conforme o presente Plano de Utilização estabelece” (IBAMA, *Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, <http://www.ibama.gov.br/resex/ajurua/plano.htm>, verificado em fevereiro de 2010).

Ao demarcar lotes, a prefeitura não pergunta a quem se muda qual a situação de sua antiga colocação, se foi bem zelada ou se não infringiu nenhuma regra do *Plano de Utilização*.

Porém, esse é o menor problema causado pela prefeitura ao demarcar lotes. O loteamento da terra promovido pelo poder municipal pode ser considerado como contrário a uma das principais idéias relacionadas à criação das Reservas Extrativistas: a concessão e usufruto coletivos da terra. A prefeitura está criando entre os moradores um conceito de propriedade individual de lotes demarcados que não existia no tempo dos

patrões e nem no início da Reserva. Não que os seringueiros não lidassem com a posse individual ou não reconhecessem direitos individuais sobre as colocações, mas eles sabiam que estavam apenas exercendo o usufruto sobre um território e seus recursos que a eles pertencia apenas pelo zelo que dedicavam àquele território<sup>63</sup>. Ao se mudar de localidade, um seringueiro pegava suas coisas e ia para alguma outra colocação já existente, ou ainda ia abrir uma nova colocação na mata. Hoje, na Restauração, como mostraram os relatos de Bé no capítulo anterior, a terra demarcada é comercializada pelos que se mudam, ou comprada pela própria prefeitura para construir suas obras na comunidade. Antes, mesmo no tempo dos patrões, havia transações entre moradores. Naquela época, o que se vendia era a “benfeitoria”, ou seja, na prática, o roçado.

Não bastasse a demarcação de lotes para novos moradores, a subprefeitura da Restauração age como se as áreas que não estão delimitadas pelos lotes, e que são de uso comum, fossem suas.

Um dos mais antigos moradores da Restauração, Pedro Gomes do Nascimento, tem tido problemas com a subprefeitura, que insiste em utilizar uma área próxima da sua casa como depósito de lixo. Segundo ele, o lixão, onde se deposita todo tipo de material, incluindo pilhas, está contaminando a água de sua cacimba<sup>64</sup>. Pedrinho, como é conhecido, chegou a procurar o subprefeito e fez um acordo para que não mais fosse

---

<sup>63</sup> O direito de uso tornou-se um tema discutido depois da criação da Reserva, já que podia haver diferentes justificativas para ele: o uso efetivo do lugar como titular das estradas no período dos patrões; o registro no cadastramento dos moradores feito nos primeiros anos da Reserva; a transmissão de pai para filho ou de pai para genro, ou por algum outro mecanismo no âmbito familiar. Esses argumentos são ilustrados no artigo de Almeida e Pantoja (2004)

<sup>64</sup> Uma cacimba é um buraco aberto na terra onde se sabe que há um olho d’água que o encherá. É parecida com um poço, com a diferença de que não é tão profunda e de que na maior parte das cacimbas a água enche o buraco aberto até próximo da altura do chão. É de lá que os moradores costumam tirar água para beber e para diversas outras atividades cotidianas, como cozinhar, lavar louça, ou ainda tomar banho.

utilizado aquele local para o despejo do lixo. Porém, após regressar de uma viagem que o deixou longo período fora de casa, ele constatou que a área estava novamente sendo utilizada como lixão. Frente a essa situação, Pedrinho desabafou e ameaçou não permitir a passagem de ninguém pelo terreno de sua casa, que é cercado<sup>65</sup>.

A atuação da prefeitura no cotidiano da Restauração não se resume apenas ao destino do lixo dos moradores. Além do lixão e de cestos de lixo espalhados pela comunidade com os escritos “P.M.M.T.” (Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo), das escolas de Ensino Fundamental e Médio e do Posto de Saúde, a prefeitura foi a responsável pela construção de um “trapicho”<sup>66</sup> que atravessa parte da comunidade, pela construção de uma ponte que atravessa o igarapé<sup>67</sup> que corta a vila, pela construção e manutenção da rede de iluminação pública, além de ser a responsável pelo gerador de energia elétrica, que funciona das seis da tarde às nove da noite com combustível, parte cedido pela prefeitura e parte comprado pela comunidade através de um “talão de luz”, cujo pagamento é feito pelos moradores diretamente ao subprefeito.

Apesar da força que a prefeitura tem na Restauração e na Reserva como um todo, há outros órgãos e instituições que têm influência na região e que, com ações pontuais, contribuem para a mudança das condições de vida na Restauração e para a crescente onda de mudanças para a comunidade.

---

<sup>65</sup> O ato de cercar o terreno das casas era pouco difundido nas localidades do Alto Juruá. Nos últimos anos, sobretudo em grandes comunidade, tem se tornado cada vez mais comum o uso de cerca delimitando o espaço de cada família.

<sup>66</sup> Trapicho é um tablado suspenso de madeira, geralmente localizado em frente à entrada das casas dos seringais. Na Restauração, a prefeitura construiu um grande trapicho que liga várias casas e passa por parte da comunidade.

<sup>67</sup> Igarapés são pequenos cursos d’água, mais estreitos e rasos que os rios, e que são muito comuns na região.

Recentemente, em meados de 2009, o centro Yorenka ãtame, fundado e administrado pelo povo Ashaninka do Rio Amônia (cf. <http://apiwtxa.blogspot.com>), em parceria com a subprefeitura da Restauração, promoveu o reflorestamento e o plantio de mudas na comunidade. No espaço entre os lotes, onde se encontram gramados e ruas, que antes era utilizado como pastagem para o gado, foram plantadas cerca de cinco mil mudas de árvores frutíferas e de madeiras nobres.

O Centro Yorenka ãtame também intermediou com o governo federal, através do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Comunicações e do Ministério da Cultura, a instalação de pontos de internet via satélite na Reserva, incluindo uma antena para a Restauração. Outras grandes comunidades também receberam suas antenas: Belfort, Foz do Breu e Foz do Bagé.

A Secretaria de Estado de Extensão Agro Florestal e Produção Familiar (SEAPROF) do governo do estado do Acre também tem atuação permanente na região, através de seu escritório na sede do município, e suas ações contribuem como incentivo à aglomeração de pessoas: em 2009, o responsável pelo escritório local informou que a secretaria dispunha de cento e cinquenta milhões de reais para investimentos em áreas rurais e que, no Alto Juruá foram criadas “Zonas de Atendimento Prioritário”, por sua vez compostas de “Comunidades Pólo”, a saber, Belfort, Foz do Breu, Foz do Bagé e Restauração<sup>68</sup>. São as quatro maiores comunidades da Reserva que receberam e recebem programas de incentivo à produção agrícola e segurança alimentar, além de um programa piloto para a criação de “agrovilas”, o que só aumenta a disparidade de

---

<sup>68</sup> Na ocasião, Luiz Ferreira, o responsável regional da SEAPROF, também reclamou que as ações da secretaria só não são melhor sucedidas pela má-vontade da prefeitura, que é de oposição ao governo estadual.

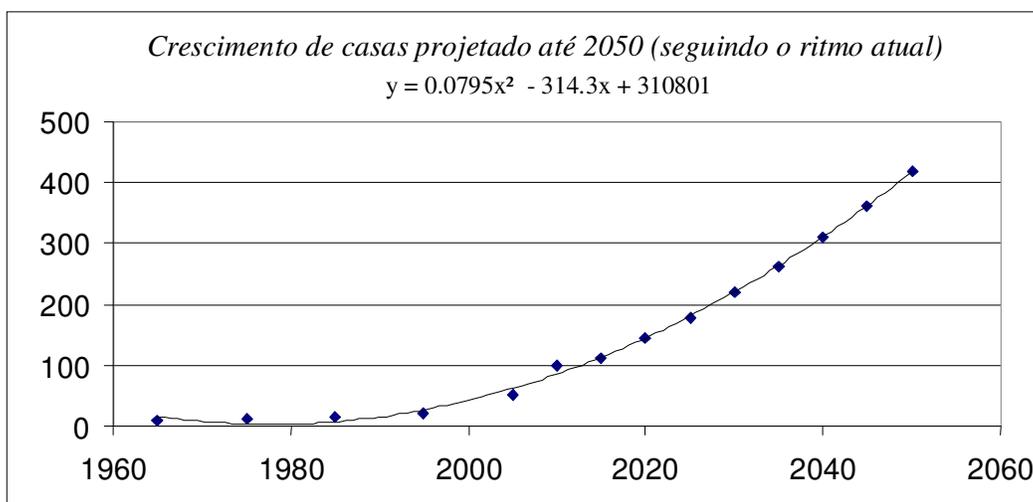
oportunidades de trabalho e melhoria de renda encontradas nessas comunidades e nas colocações isoladas.

O “crédito-moradia”, programa do INCRA, oficialmente chamada *Crédito Instalação* foi o incentivo que faltava aos moradores para se aglomerarem em grandes comunidades. Com vários órgãos e instituições implementando programas e serviços em “comunidades pólo”, não é de se espantar que muitos moradores de colocações menores desejassem se mudar para esses lugares. O “crédito-moradia” foi o programa certo na hora errada. Foi um benefício que propiciou a cada morador da Reserva ter uma casa nova. No entanto, não foi levado em consideração o local onde as pessoas desejavam construir casas naquele momento, ocasionando o inchaço de algumas localidades e o abandono de outras.

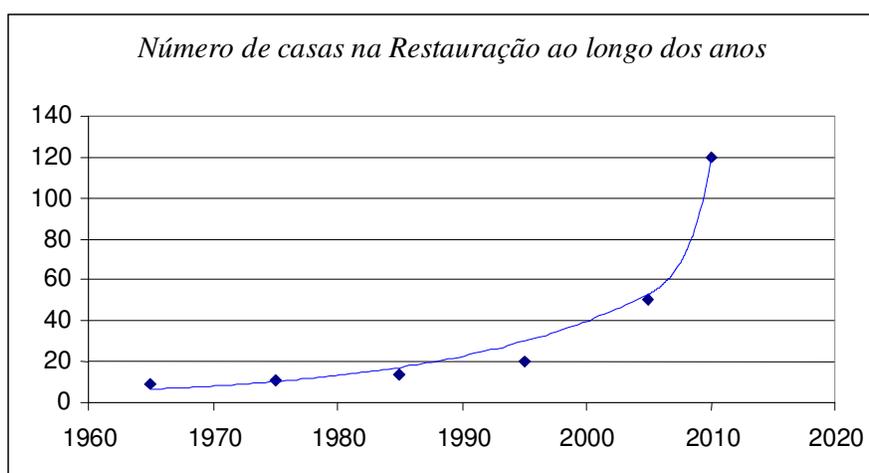
### ***Os novos problemas e os antigos moradores***

Com o contexto local favorecendo a mudança de tantas famílias para a Restauração em meados da década de 2000, os antigos moradores da comunidade passaram a conviver com um tipo de sociabilidade nova, à qual não estavam acostumados. O inchaço da comunidade trouxe novos problemas, típicos de contextos urbanos, e também novas formas de conflito. Aqueles moradores que estão há mais tempo na comunidade são os que sentem mais profundamente as transformações e os problemas que as recentes mudanças trouxeram.

O que os diagramas abaixo mostram é evidente: o crescimento da localidade é linear de 1965 a 1985 (antes da criação da Reserva), e do tipo exponencial de 1995 a 2005 (depois da reserva). Se projetarmos um crescimento exponencial, quantas casas deverá ter o local no futuro?



**Figura 15: Crescimento projetado de casas até 2050 (por Mauro Almeida)**



**Figura 16: Número de casas ao longo dos anos (por Mauro Almeida)**

Um dos problemas gerados por esse crescimento exponencial é o do lixo, tão reclamado por Pedrinho, que há anos mora na comunidade, e que não afeta apenas a ele. Com centenas de moradores<sup>69</sup> produzindo lixo e dejetos, o igarapé que corta a comunidade e corre paralelamente ao rio não é capaz de absorver todas essas impurezas. Localizado

<sup>69</sup> Em 2006, a partir dos dados da responsável pelo posto de saúde, Maria do Socorro Teixeira, contamos 294 moradores na Restauração. Nessa época havia cerca de 50 casas na comunidade. Hoje o número de casas está próximo de 120.

em uma baixada entre duas terras mais altas, o caminho d'água, antes utilizado para tomar banho e lavar roupas, e que hoje está cercado de pequenos banheiros de madeira que despejam os dejetos no solo, não serve mais para essas atividades e até mesmo os peixes são raros de se encontrar.

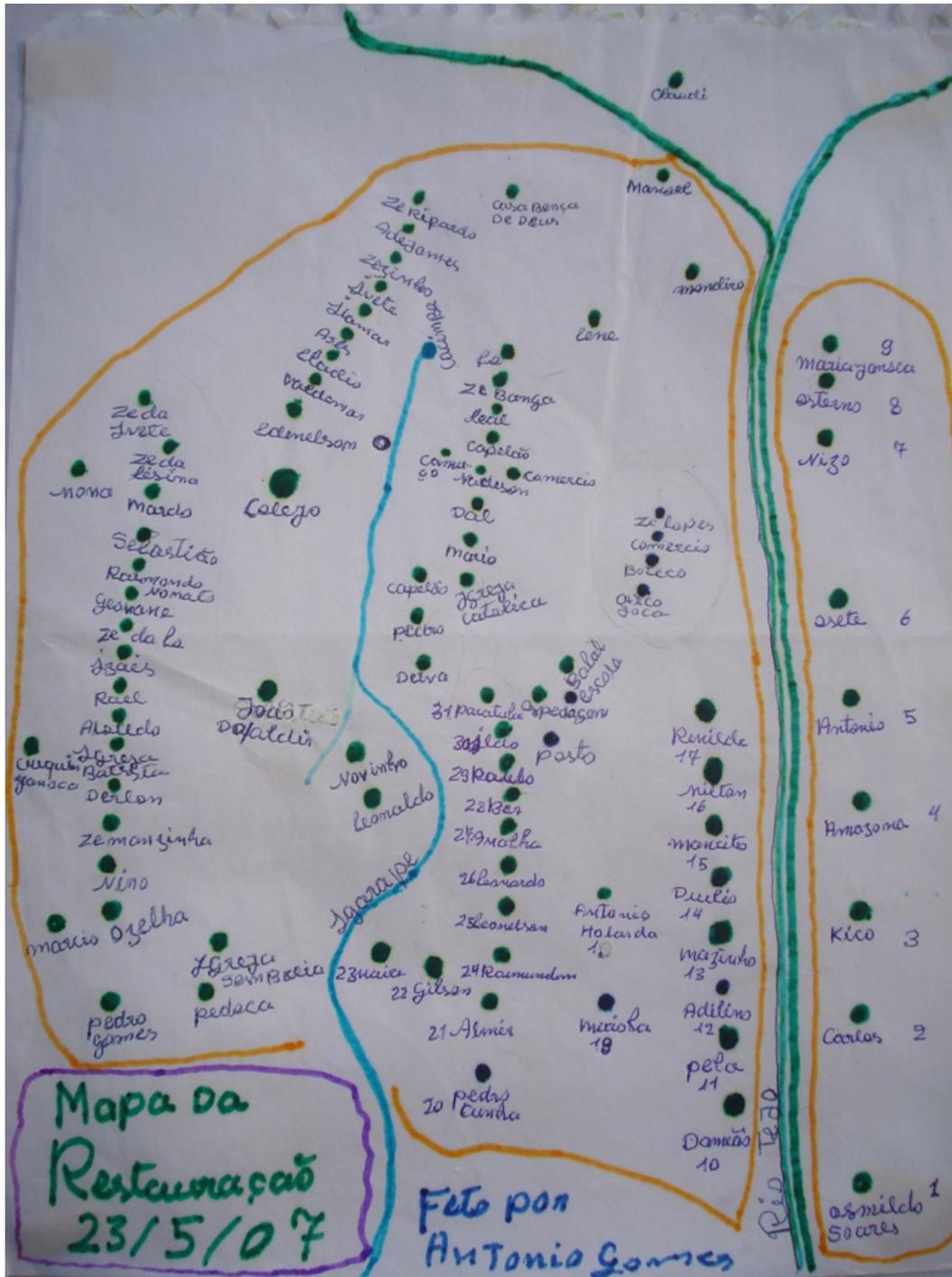


Figura 17: Mapa da Restauração em 2007, por Antonio Gomes do Nascimento. Em azul, o igarapé que corta a comunidade. A fileira de pontos mais à esquerda representa o “mutirão”.



*Figura 18: “Mutirão” ao fundo, cercas e banheiros na baixada do igarapé (foto: Mariana Pantoja Franco)*

Muitos outros problemas da Restauração me foram relatados em 2009, quando tive uma conversa com um dos mais antigos moradores da Restauração, Antonio Osterno da Silva. Seu Osterno, como é conhecido, chegou à Restauração em meados da década de 1960, acertado com o patrão para cortar uma estrada de seringa. Osterno se lembra de que, quando chegou à comunidade, ela era formada por poucas casas. “Quando eu estava com quase vinte anos, eu vim pra Restauração. Só que aqui na Restauração era tranqüilo, pouca gente, só umas cinco casas”.

Osterno se lembra do tempo dos patrões como um tempo bom, mas onde o seringueiro não tinha muitas liberdades e ficava preso ao custoso pagamento da renda pelas estradas

de seringa. No entanto, acredita que a criação da Reserva foi uma melhora na vida dos moradores.

*“Eu achei melhor quando aconteceu a Reserva, ficou. Eu ainda fiquei até por fora assim, porque eu não sabia. Eu ainda tinha medo que aquele tempo voltasse, sabe? Mas, aí quando eu comecei a conhecer eu achei que depois de Reserva ficou mais libertado, né? Nós não tínhamos direito a nada. Agora nós somos libertos. Quer vender pra qualquer algum canto, a gente vende, né? Eu gostei. Agora aqui na minha comunidade, sinceramente, eu não estou gostando muito porque é assim, porque naquela época se a gente ia caçar, se a gente não matasse caça, matava embiara, né? Eu cansei de defumar [borracha] e depois pegar a poronga, fachear e pegar uma ruma de peixe, né? E hoje o cara não vê mais. O pessoal se fechou tudo aqui, aí complicou, né? A gente passa muita fome aqui. Tudo é difícil. É uma quentura medonha. Pra todo canto é derrubada a mata, né? Não respeitaram nem seringa”.* (Osterno, entrevista, 14/08/2009)

Osterno, logo no início de nossa conversa, levanta vários problemas que já haviam surgido nas conversas com Bé e Valdecir, mas que não haviam sido apresentados com tanta ênfase. A principal delas é a falta de caça. Para ele, o excesso de moradores diminuiu o número de caças e as espantou. Enquanto Bé acha que sua alimentação melhorou depois de ter saído do centro, mesmo tendo mais dificuldade agora para matar caça, Osterno tem uma percepção distinta, achando que a alimentação de um morador da Restauração piorou muito e que a comunidade atravessa uma situação de fome<sup>70</sup>.

*“Mesmo aqui, uns cinco anos pra trás, andava caça por todo canto aqui. Os caititus comiam a roça do pessoal, né? Andava aqui de trás na minha casa, só faltava sair no campo, né? E, hoje, os caras vão pra mata, dormem na mata, aí,*

---

<sup>70</sup> Seria preciso realizar uma discussão mais detalhada sobre o que é fome para os seringueiros, que não caberia nesse trabalho, que se importa mais com a percepção dos sujeitos sobre suas condições. As refeições costumam ser compostas principalmente por farinha e carne de caça. Quando um desses elementos falta no prato, os seringueiros falam em falta de comida, mesmo havendo abundância de frutas e outros alimentos.

*num vêem nada de noite, passam o dia todinho e ainda chegam sem nada. Como ontem, chegou um sobrinho meu, saiu de manhã, passou a noite, dormiu num centro velho sozinho acolá. Parece que ia matar a paca e não matou, veio de lá pra cá e não matou nada. Aqui quase tudo é boca velha de estrada, igarapé e tudo [trecho ininteligível] de gente, estrada chega é murcho o mato. Todo canto anda gente, é de dia e de noite. Eu moro aqui, qualquer hora da noite que o cara se acordar vê gente conversando e andando por aí. Está feio o rancho aqui. Pra mim que os caras vão desertar se for do jeito que vai. Porque não tem, não tem mesmo de onde tirar e não tem mercado, né? [...] A maioria estão comendo do rio, mas do jeito que vai, das pescas que o pessoal está fazendo...” (Idem)*

Pela citação acima, percebe-se que a diminuição no número de caças coincide com o aumento no número de habitantes e com a chegada da escola de Ensino Médio na comunidade, que ocorreu em 2005, exatamente quatro anos antes da entrevista, realizada em 2009. Desde então, Osterno sente que tem encontrado dificuldades maiores para conseguir a alimentação de sua família<sup>71</sup>.

A situação da alimentação na comunidade parece ser mesmo complicada. Em 2009, estava acontecendo um grande debate entre os moradores sobre a possibilidade de os moradores comprarem carne de caçadores e pescadores, prática proibida pelo *Plano de Utilização* e, no caso da caça, pela legislação ambiental brasileira (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: *Lei de Crimes Ambientais*, art.29). Durante os trabalhos do *Plano de Manejo*, os moradores da Restauração quiseram colocar em debate a possibilidade de se alterar a lei que proíbe a venda de carne de caça e de peixes. Segundo eles, era impossível para alguns moradores conseguirem caça, pois muitos estavam trabalhando

---

<sup>71</sup> No início dos anos 1980, o Riozinho, rio da região da Restauração era descrito pelos moradores como “rio da fome”. Não se via bandos de queixadas, nem antas, e caítitu era coisa muito rara. Depois da criação da Reserva, que coincidiu com a queda no preço da borracha e a saída de muitos seringueiros, a caça ficou mais abundante no Riozinho (Mauro Almeida, comunicação pessoal). Parece que nos anos 2000 a situação de escassez de caça voltou junto com o crescimento populacional.

como assalariados e não tinham tempo para caçar. Outros, como professores e médicos, que não cresceram na região, não tinham nem o conhecimento das matas e nem das técnicas de caçada.

Durante o debate, muitas pessoas disseram já ter comprado carne de caça e que, a venda de jabotis era muito comum. Uma das professoras da comunidade indagou se, caso ela estivesse sem comida em casa e com dinheiro em mãos, que mal havia em comprar a carne de um animal que já havia sido caçado. Frente a esse questionamento, muitos disseram já ter comprado peixes de outras pessoas. Em reação, outros moradores demonstraram preocupação com o fato de que, se fosse permitido comprar caça, muitos moradores se tornariam exclusivamente caçadores e deixariam a caça mais difícil de ser encontrada para quem fosse caçar apenas esporadicamente e não tivesse dinheiro para comprar carne dos caçadores.

Na mesma semana, dias antes dessa reunião, moradores haviam discutido por causa de pesca para comércio e um deles acabou esfaqueando a outro no braço. O motivo da discussão foi o método predatório de pesca utilizado por um deles que, segundo a vítima do esfaqueamento, estava acabando com os peixes.

O homem que esfaqueou ao outro é famoso na comunidade por pescar em grandes quantidades para vender aos demais moradores e também por utilizar um método de pesca predatória que vem se disseminando pela Reserva, conhecido como “pesca de bicheiro”. O “bicheiro” é uma espécie de arpão: um pedaço de pau, com várias pontas de metal em formato de ganchos. É que é utilizado juntamente com uma máscara, que permite ao pescador mergulhar e enxergar os peixes na água barrenta do rio e fisgá-los.

A reclamação dos moradores é que a pesca de “bicheiro” é capaz de capturar peixes naqueles que são seus últimos locais de refúgio e que permitem a reprodução dos

mesmos. Com a máscara e o “bicheiro” é possível pescar os peixes que se escondem embaixo dos troncos e paus que caem no rio, não deixando sobrar nada. O “bicheiro” é capaz de rasgar o peixe com suas pontas e, algumas vezes, o peixe consegue fugir e a ferida o mata depois da fuga, ou seja, o “bicheiro” ainda pode matar o peixe sem que ele seja consumido pelo homem.

Dias depois da reunião, o pescador que causou toda a confusão apareceu com a mão enfaixada. Disse que havia sido furado pelo esporão de um peixe, provavelmente enquanto pescava de “bicheiro” para venda, prática predatória e, conseqüentemente, proibida pelo *Plano de Utilização*. O furo causado pelo esporão do peixe foi o único problema que esse pescador encontrou. De resto, continuava a pescar de “bicheiro” e a vender seu peixe, ameaçando aqueles que reclamavam com ele e encontrando compradores para o recurso que deveria ser coletivo e que tem regras de apropriação específicas.

A sensação de impunidade, tanto pela venda ilegal como pela violência, e a existência de compradores para o peixe fizeram com que o pescador em questão continuasse a praticar a pesca predatória. Muitos outros moradores também já adotaram a pesca de “bicheiro”, dizendo que é a única maneira deles conseguirem alimento para suas famílias, já que, se um pescar de “bicheiro”, cada vez vai ficando mais difícil conseguir o peixe com tarrafa.

Enquanto muitos adotavam o discurso de que, se não pescassem de “bicheiro” não iam conseguir alimento, outros queriam discutir o fato de que, se todos pescassem com esse método, no ano seguinte não haveria peixes no rio, pois se pescando os peixes que estavam embaixo dos paus, eles não conseguiriam se reproduzir. A comunidade estava dividida entre um grupo de pessoas que pensava nas dificuldades de alimentação que

encontravam naquele ano e outro grupo que pensava nas dificuldades que viriam no ano seguinte.

Na seqüência desse debate, veio o da possibilidade de se vender o peixe. Os que defendiam o fim do uso do “bicheiro” diziam que, se o método fosse abandonado, haveria peixes suficientes para todos que pescassem com tarrafa. O rio ficaria muito mais farto e a dificuldade de pescar diminuiria muito, não sendo necessário comprar de moradores que, cada vez mais, se tornavam pescadores profissionais especializados em buscar o peixe nos locais mais difíceis.

Por outro lado, como já dito, boa parte dos assalariados da comunidade era favorável à venda de peixe e de certos animais da mata. Alegavam falta de tempo e conhecimento técnico para conseguir o alimento e que dependiam de outras pessoas para conseguir carne.

Em um local como a Restauração em que, desde sua formação, a ocupação dos moradores sempre foi muito parecida e baseada na pluralidade de atividades, começava a se defender abertamente uma divisão do trabalho mais demarcada, onde funcionários estatais e municipais assalariados comprariam alimentos daqueles que se dedicassem exclusivamente à exploração de recursos naturais específicos e limitados. Tal defesa vai contra as regras do *Plano de Utilização*, a legislação sobre as Reservas Extrativistas e o costume local.

Uma das principais regras estabelecidas pelos seringueiros durante a elaboração do *Plano de Utilização* da Reserva, em 1991, foi a proibição da venda de recursos naturais que não fossem por eles cultivados ou criados: assim ficaram proibidas as vendas de caça, peixes, madeiras da floresta e da terra. Todos os recursos que não fossem criados

pelos seringueiros não poderiam ser comercializados. Um porco criado no terreiro, por exemplo, poderia ser comercializado, um porco caçado na mata não<sup>72</sup>.

Esse código legal, registrado no *Plano de Utilização*, parece ter sido criado a partir de uma tradição baseada em um princípio de que o homem só pode vender aquilo que ele cria. Dessa maneira, o *Plano de Utilização* aproximou dois discursos distintos: o discurso da tradição local e o discurso do Estado de direito, do código escrito. O *Plano de Utilização* serviu como um espaço onde os seringueiros puderam aproximar esses dois mundos distintos e estabelecer um ponto de concordância.

O que se vê na Restauração hoje é um embate entre distintos discursos. O discurso tradicional, que proibia a comercialização do que o homem não criou, tem rivalizado com o discurso que defende a comercialização de qualquer recurso, desde o peixe até a terra. Esse discurso, que se mostrou ao longo de várias conversas que tive com moradores da comunidade, muitas vezes se baseia em um princípio de escassez, de que não há comida para todos e de que é preciso gastar muito tempo para se obter alimento, tempo que muitos assalariados não têm.

A idéia defendida e praticada por estes moradores da vila Restauração tem conseqüências tanto nas regras da tradição dos seringueiros como na lei que eles criaram para a Reserva. Por um lado, essa nova prática de compra e venda de recursos acaba com instituições tradicionais, como a vizinhança e o respeito a poderes da mata

---

<sup>72</sup> Esta prática é muito semelhante à das populações rurais colombianas, que defendem que o que é feito por Deus não pode ser vendido pelo homem. Ver o trabalho de Gudeman e Rivera (GUDEMAN, 1990). Os autores aproximam este modelo de pensamento com o modelo de pensamento dos fisiocratas, surgido na Europa no século XVIII.

como o caipora, que castiga os caçadores que desrespeitam as caças<sup>73</sup>. Por outro lado, os moradores da Restauração também esbarram na lei criada durante as assembléias gerais dos moradores e que proíbem todas essas práticas.

Em meio às leis que proíbem a venda de caça e peixes, vai surgindo na Restauração uma situação onde pessoas com trabalhos especializados defendem a livre comercialização de recursos obtidos por outros, prática que se feita nos moldes atuais pode levar à extinção de determinados recursos.

\*

A discussão sobre a pesca predatória levou, em seguida e devido ao caso de esfaqueamento, à discussão sobre a segurança na comunidade. Osterno foi um dos primeiros a defender a instalação de um posto policial na comunidade, recebendo apoio de parte significativa da comunidade. Seu Zé do Lopes, que há muitos anos mora pouco abaixo da Restauração, contra-argumentou dizendo que a polícia não resolveria nada em uma comunidade desorganizada e que, se polícia fosse sinônimo de segurança, a cidade de São Paulo devia ser o lugar mais seguro do Brasil, pois é onde há mais policiais.

Mais importante do que atentar para as soluções propostas por ambos, é ressaltar a concordância desses dois antigos moradores sobre a situação da Restauração, onde, segundo a percepção dos habitantes, roubos e violência têm aumentado na mesma proporção que o tamanho da vila.

---

<sup>73</sup> Um dos efeitos para quem desrespeita as regras de caçada e os acordos com o caipora é a *panema*: quando o caçador está *empanemado* ele não vê os animais na mata, ou então vê, mas não consegue atirar. Quando consegue atirar, os tiros não pegam nos animais. A *panema* impossibilita o acesso do caçador às caças. Para se acabar com a *panema* é preciso fazer um acordo com o caipora, ou então recorrer a banhos ou defumações com plantas especiais.

Osterno, durante a entrevista, deixou a entender que há uma relação entre o crescimento da vila, a falta de terras e recursos naturais para todos e o aumento da violência. Quando a conversa passava pelo assunto da situação da alimentação na comunidade, ele afirmou:

*“E é isso aí que eu to achando ruim, sabe? No rio não tem, no aceiro<sup>74</sup> não tem mais. Comprar conserva<sup>75</sup>, o cara não agüenta. O cara dá cinco reais numa lata de conserva e é uma comida ruim, né, que o cara uma vez, já nas duas vezes não quer comer mais. Criar aqui... a gente não pode criar muito gado, porco não pode. Além disso, tem muita gente já desse lado, né? Galinha quando o cara cria mais, os caras roubam. Aí, fica difícil, né? Pato nem pensar. Pato aí, não passa uma semana, pato grande já se some [...]. A gente planta e nem colhe aqui. São os outros quem colhem. A gente planta banana, quando chega lá só vê o canto do cacho. O cara já tem tirado, né? Já está tudo tirado. É macaxeira, é tudo... roubam do roçado da gente. Milho... roubam mesmo. A maioria não faz nada, né? O pessoal mesmo, hoje em dia, eu não sei em outros cantos, mas no interior quando começam a estudar, o pessoal novo fica tudo preguiçoso, né? Não querem fazer mais nada, só estudar e jogar bola, né? Os meus aqui vão porque eu mando mesmo, não porque vão de gosto não, esses mais novos. Agora os mais velhos não, porque foram criado, assim, no pesado mesmo. O cara tem que agüentar, quer que os filhos da gente aprenda também, né? Aqui é difícil, na Restauração. Aqui merece ter polícia. O que acontece, que não acontecia mesmo, de valentia, de o cabra puxar arma pro outro. Já não pode deixar mais nada que os caras carregam tudo mesmo. Pra mim, que se tivesse polícia que melhorava mais”.*  
(Idem)

Criar gado em grande quantidade não é possível pelas regras da Reserva Extrativista.

Criar porco é uma maneira de gerar conflito com os vizinhos, pois são animais que

---

<sup>74</sup> Aceiros são faixas de vegetação entre roçados e a floresta, ou mesmo entre dois roçados.

<sup>75</sup> Quando os moradores do Alto Juruá dizem “conserva”, se referem à carne bovina processada e enlatada em conserva.

costumam invadir os roçados da vizinhança se não estiverem bem cercados<sup>76</sup>. Patos e galinhas são roubados. Osterno não vê muitas perspectivas de manter uma boa alimentação na Restauração, em grande parte pela falta de segurança quanto a suas plantações, passíveis de roubos que não serão punidos, mesmo que se saiba quem foi o ladrão.

Com essa preocupação, ele e seus filhos se lançaram sobre a construção de um açude no fundo de seu quintal. Passaram meses sob o olhar desconfiado dos outros moradores, que não acreditavam na construção de tal obra sem a ajuda de um trator. Após terem terminado o açude, o povoaram com alevinos vindos de Cruzeiro do Sul e dali passaram a tirar parte do alimento de suas refeições.

Osterno conta que, durante o período de Páscoa, quando os moradores não comem carne de caça, de porco, frango ou gado por tradição católica, as pessoas não conseguiram pescar em quantidades suficientes no rio e que ele, além de vender parte de seu peixe, ainda deu parte de sua produção para algumas famílias da Restauração.

Terminada a Páscoa, seu açude estava novamente despovoado e era preciso comprar mais alevinos. Osterno fez uma encomenda de alevinos em Cruzeiro do Sul. A carga atrasou no aeroporto e chegou à sede do município já com boa parte dos alevinos mortos.

Osterno, após construir com seus filhos e com muita dificuldade um açude, esbarra na distância entre a produção de alevinos e o açude. Ele contou ter esperanças de que com a construção da pista de pouso na Restauração pudesse encomendar alevinos diretamente de Cruzeiro de Sul, dando continuidade à produção.

---

<sup>76</sup> Mariza Luna apresenta alguns conflitos entre moradores do Alto Juruá que envolviam porcos e roçados, e suas respectivas resoluções, em sua dissertação de mestrado (LUNA, 2003)

Além dos problemas de alimentação, Osterno também deixa a entender na entrevista que o crescimento dos roubos pode estar relacionado à nova educação dada às crianças. Ele acredita que a educação tira as crianças e os jovens do trabalho que os mais velhos faziam quando novos, fazendo com que aqueles fiquem “preguiçosos” e não “trabalhem no pesado”, levando à facilidade do roubo.

\*

Por ter vivenciado as transformações ao longo dos últimos anos e conhecer a situação anterior ao inchaço da comunidade, Osterno sente mais profundamente as mudanças ocorridas. Ele vê com mais pessimismo a situação da comunidade, percebendo situações de insegurança alimentar, de clima muito quente, e outras tantas situações que o deixam incomodado.

Dentre estas situações que Osterno apontou, uma delas o incomoda em especial; o desrespeito aos direitos dos antigos moradores sobre as estradas de seringa e os antigos espaços por eles ocupados, além da falta de ação das instituições responsáveis pela gestão da Reserva com esses casos onde as regras de propriedade costumeiras e escritas no *Plano de Utilização* não são respeitadas.

Osterno disse que nenhum dos novos moradores veio pedir autorização para ele para se mudar para Restauração, mas que, mesmo assim, vieram aos montes.

*“Aí, começou a vir e veio todo mundo. Só que disseram [o IBAMA] que se a pessoa viesse pra cá só teria direito no canto da casa, e hoje eles quase que tem mais direito que nós [os antigos moradores], né? [...] Aí, chegaram aí e não falam com ninguém e jogam roçado onde querem. Derrubam seringa. [...] Cresceu muito, né? A gente achava que se ao menos eles tivessem tirado a madeira lá nas colocações deles e tivessem trazido pra cá... Mas chegaram aqui e invadiram tudo mesmo. Minha estrada, eu pelejava pra ver se eles não acabavam com tudo,*

*mas eles subiam pelo rio e tiravam assim mesmo. Aí, derrubavam cedro. Às vezes cedro assim fino, que eu coloquei na minha estrada, só pra derrubar com raiva de mim. Eu fui com o Ibama, na época em que eles estavam invadindo minha estrada, e o que responderam pra mim é que eles tinham que fazer mesmo. Aí, eu não pude fazer mais nada, porque eles que são órgão que tem potência disseram isso pra mim, né?” (Idem).*

Osterno, se referindo ao antigo costume do seringal de que os locais zelados por um seringueiro a ele pertenciam, defende que os moradores mais antigos da Restauração deveriam ter “mais direito” do que os novos moradores que chegaram sem pedir licença a ninguém. Ele acha que ele e os outros, que já moravam há muito tempo na Restauração e passaram anos zelando pela integridade das estradas de seringa e dos recursos naturais, deveriam ter garantias e controle sobre os territórios que cuidaram por tanto tempo, além de serem terras em que passaram anos pagando renda.

Revoltado com o descaso que as autoridades demonstraram para com as reclamações que ele levou de desrespeito às regras da Reserva Extrativista, Osterno desabafou:

*“Eu acho que a gente [antigos moradores] tinha que ter mais direito. Porque, pelo tempo de renda que nós pagamos, se nós fossemos ajuntar desde o tempo em que eu comecei a cortar seringa, desde a idade de oito, até agora, até os cinquenta anos eu ainda cortei seringa. Se eu for ajuntar esse tanto de borracha dá pra eu já comprar minhas parselhas de estrada... e pra não ter direito... eu penso assim”. (Idem)*

Para Osterno, um dos exemplos de como os novos moradores têm desrespeitado o direito dos antigos é o caso de Antonio Gomes do Nascimento. Antonio morava há muitos anos na comunidade. Sua casa ficava na margem direita de quem desce o rio, a parte onde hoje se encontra a maioria das casas. Sendo um dos mais antigos moradores da Restauração, Antonio não se adaptou à nova dinâmica comunitária e, incomodado, se mudou para a margem esquerda, ao lado da casa de Osterno.

Segundo a esposa de Antonio, Maria do Socorro Teixeira, eles não conseguiam conviver com o barulho e as bebedeiras que parte dos vizinhos faziam com frequência. Não tendo a quem recorrer para resolver o problema, a família decidiu negociar uma troca da sua casa pelo “crédito-moradia” de outra pessoa, para se transferirem para o outro lado do rio, onde havia poucas moradias. Maria também era a enfermeira do posto de saúde e disse que, com o aumento da comunidade, ela não tinha descanso em sua casa, pois a todo momento era chamada para atender algum doente. Segundo ela, após a mudança para o outro lado do rio, ela passou a ser menos requisitada.

A mudança de Antonio e Maria para o outro lado do rio, no entanto, foi temporária. Menos de um ano depois de terem se mudado, eles foram viver em Thaumaturgo. Antonio, ainda morando na Restauração, me disse que pensava há algum tempo em se mudar, pois era impossibilitado de trabalhar em roçado ou caçar, pois tinha problemas na coluna. Sendo assim, a única fonte de renda da família era o trabalho de Maria no posto. Antonio achava que, caso ela conseguisse uma transferência para a sede do município, seria mais vantajoso para eles morarem lá, onde as coisas são mais baratas. Antonio achava que a Restauração já não mais apresentava atrativos para eles continuarem lá, já que Antonio, Maria e seus três filhos pequenos estavam lidando com os mesmos problemas que teriam que enfrentar na cidade, sem a vantagem de poderem tirar proveito dos recursos da floresta.

Segundo Osterno, as estradas de seringa de Antonio foram derrubadas pelos novos moradores, que ocuparam o espaço com roçados e capineiras e também tiraram das estradas de Antonio madeira pra construir suas casas. As estradas de Cláudio, outro antigo morador, estão na mesma situação.

*“Ele tinha a estrada pro outro lado também. Já acabaram com quase tudo, com capineira. Com esses poucos anos que o pessoal chegou aqui. [...] Eles chegam,*

*não pedem pra ninguém, mete o aço assim, é brocar<sup>77</sup>. Capineira<sup>78</sup>, você sabe que todas são grandes. Se o cara fizer uma capineira no meio da mata, ele tem que fazer grande, porque, se ele não fizer grande, também não presta. Aí, quando o cara [o dono da colocação] vai saber, o cara já tem capim lá, sabe? É isso que eles fazem aqui. [...] A estrada do Cláudio está quase acabada”.*

Durante a conversa que tive com Osterno, ele seguiu relatando casos de desrespeito às estradas de seringa e aos antigos moradores. Em certo momento, ele passa a falar de Bé, com quem eu já havia conversado muito sobre a mudança para a Restauração e a maneira como ele se estabeleceu na comunidade.

*“Osterno: - Mesmo o Bé ali, quando chegou aqui também, ele brocou ali onde estão fazendo a pista [de pouso]. E ali ele fez duas capineiras. Que nem eu falei na reunião [dos trabalhos do Plano de Manejo], quando eu cheguei lá do Maranguape, comecei logo a cortar aquela estrada ali. E o fecho era mesmo na beira daquele igarapé. E ele derrubou uma ruma de seringa. E eu acostumado cortar lá, eu despejava um balde de leite<sup>79</sup>, que um balde de leite é três frascos, assim, que pega. Um frasco são dois litros. Eu tirava três frascos, só naquela bola onde era a capineira. Era muita seringa, seringa tudo boa. E hoje não vê mais nenhuma. Acabou tudo naquela capineira, sabe?*

*Roberto: - E ali era do Ó?*

*Osterno: - Não, ali, a capineira, era do Bé.*

*Roberto: - Mas o Bé tinha comprado do Ó, né?*

*Osterno: - Mas estrada ele não compra, né? Mas ele fez a capineira lá, porque ele disse que o Ó deu pra ele, pra fazer a capineira. Mas o roçado do Ó era uma coisinha só”.*

---

<sup>77</sup> Derrubar a vegetação para plantio ou abertura de pasto.

<sup>78</sup> Capineira tem um sentido específico na região: é sinônimo de pasto para a criação de gado.

<sup>79</sup> “Leite” de seringueira, a seiva extraída no “corte” da *Hevea brasiliensis*.

Osterno dá uma nova interpretação ao caso do roçado que Bé comprou. Para o primeiro, Bé comprou um pequeno pedaço de terra, cercado por uma estrada de seringa, e depois foi ampliando cada vez mais o espaço cultivado, transformando o espaço em capineira.

De fato, Bé disse que havia abandonado o plantio no seu roçado após o primeiro ano e que havia deixado para a pastagem do gado, mas omitiu o fato de estar a cada ano aumentando a capineira, inclusive invadindo o espaço das estradas de seringa.

Osterno se queixa do fato de que Ó não deu a estrada para Bé, pois o roçado vendido era muito menor que o tamanho da capineira. Além do mais, Ó, que é neto de seu Milton, não zelava por aquela estrada e, conseqüentemente, mesmo que quisesse, não poderia “dá-la” para Bé.

### ***O debate sobre as seringueiras***

O caso do roçado que Bé comprou de Ó e as versões da história do primeiro e de Osterno indicam que há um conflito entre perspectivas distintas sobre propriedade e obrigações dos moradores do Alto Juruá. De maneira geral, esse debate se polariza entre antigos moradores das colocações e pessoas mais novas, recém-mudadas, ou ainda pessoas que vieram de outros locais do país.

Durante uma das reuniões comunitárias dos trabalhos do *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, realizada na Restauração, um dos debates mais elucidativos surgido foi sobre as seringueiras e os deveres que os moradores deveriam ter para com sua preservação. Nesse debate algumas opiniões sobre propriedade e conservação vieram à tona, elucidando alguns pontos de vista que os moradores têm e que às vezes não manifestam.

Enquanto se discutia quais as regras para se botar um roçado e o tamanho máximo de terra que um morador poderia cultivar alguns dos participantes da reunião passaram a questionar o que deveria ser feito no caso de haver uma madeira de corte proibido, especialmente uma seringueira, no meio do roçado que se está abrindo. Alguns dos moradores acreditavam que era preciso contornar o caminho onde se encontrava a árvore e desviar o roçado para outro lugar. Outros achavam inviável tal prática, pois, segundo eles, não havia por onde desviar os roçados já que, muitas vezes, as áreas ao redor já estavam tomadas por plantações de outras pessoas.

Favorável à segunda visão, o subprefeito disse que a comunidade estava realizando o reflorestamento da área no entorno do “trapicho” e em outros locais. Segundo ele, a comunidade estava plantando mais de cinco mil mudas de árvores frutíferas e de lei e que, com o reflorestamento de dez árvores, um morador deveria ter o direito de derrubar uma árvore que está no seu roçado.

Em seguida, outra pessoa que exerce forte influência na formação da opinião local pede a palavra e faz um questionamento. Era um dos professores responsáveis pelo Ensino Médio, vindo de outra região do Acre, que pergunta: qual o valor que teria uma seringueira para não ser derrubada? Em sua opinião, não há mais quem corte seringa e aquelas árvores não servem para mais nada.

Essas afirmações contaram com o apoio de outras pessoas, principalmente as vindas de fora, como outros professores e pastores, e de muitos jovens. No entanto, os mais velhos moradores da comunidade se manifestaram de imediato contra tal questionamento.

Seu Zé do Lopes passa a falar de como o leite que sai da árvore daquelas seringueiras alimentou a ele e seus irmãos, como todos eles haviam sido criados com a borracha que produziam a partir daquela “árvore abençoada”. Ele afirmou que matar a seringueira é

como matar a própria mãe, já que aquela alimentou e criou com o próprio leite os seringueiros<sup>80</sup>, para depois ser mal-tratada quando não servisse pra mais nada.

Muitos dos moradores mais antigos da comunidade apoiaram a fala de seu Zé do Lopes, que acabou encerrando a questão e encabulando aqueles que apoiaram as idéias do professor.

Osterno estava entre os que concordavam plenamente com seu Zé do Lopes, mas ele sabia que, mesmo a questão tendo sido ganha no debate público, havia muitos moradores que cortavam as seringueiras da Restauração sem pensar duas vezes. Mais tarde, em sua casa, ele falou mais sobre a derrubada das seringueiras.

*“Eu, pra mim, eu acho uma tristeza muito grande quando o cara mete uma motosserra no toco de uma seringa. Às vezes, o motor não é nem registrado, né? Nas estradas dos outros, não tem permissão e joga aquela seringa no chão. Aonde eu mesmo me criei. Meu pai cortando seringa pra comprar algumas coisas pra eu sobreviver, pra eu me criar. E eu criei meus filhos também cortando seringa. E pra mim é uma tristeza. Pra mim é uma das árvores que eu mais peno, das que eu conheço. É uma seringa. Porque até faz poucos anos que eu parei de cortar, sabe? E comprava tudo aqui com o leite da seringa. Eu acho que é uma madeira abençoada que Deus deixou, que não sei nem como foi que inventaram de cortar seringa pra ter aquele leite pra coalhar, né? Naquelas épocas eu cansei de ver os mais velhos dizendo que a pessoa que judiava com seringa não aumentava. Ele fazia muita borracha, mas continuava devendo. E hoje o pessoal mete a motosserra e derruba, né? Eu tenho pena, sinceramente. Eu tenho pena porque eu nasci quase que... desde menino que eu corto seringa. Eu tenho pena. Agora, pra eles, muitos jovens que tem aqui que não sabem nem cortar uma seringa, não sabe nem*

---

<sup>80</sup> É perceptível na fala de muitos dos antigos seringueiros a relação direta entre o leite materno e o leite da seringueira enquanto fonte de sustento para os homens. A analogia com a mãe é apenas um desdobramento dessa relação.

*como é que corta, né? Agora, naqueles tempos não. Quando começava a andar no mato já era pra cortar seringa”. (Idem)*

Os mais antigos moradores têm na memória o tempo dos patrões e o discurso sindical de lideranças do movimento que levou à criação da Reserva Extrativista. Como relata Almeida, em sua tese de doutorado, Chico Ginu, um dos líderes sindicais à época afirmava a mesma coisa que seu Zé do Lopes: que as seringueiras eram a mãe que fornecia o leite para sustentar a vida dos seringueiros. Ainda segundo Almeida, essa era uma metáfora freqüentemente utilizada pelos seringueiros<sup>81</sup>.

A geração mais nova, da qual fala Osterno, e os moradores que vieram de fora da Reserva, não tiveram a experiência e nem as marcas deixadas pelo tempo dos patrões e da subsequente extração madeireira que se organizava na Reserva. Não há, para eles, motivo para manter as seringueiras de pé. Elas são apenas mais um “pau” no terreno onde se botará o roçado. Apenas mais uma madeira a ser cortada e queimada para preparar o solo onde se plantará.

Há duas visões claramente distintas nesse debate. De um lado estão os exemplos de pessoas como Chico Ginu, Osterno, seu Zé do Lopes e outros moradores antigos da região. Essas pessoas tendem a tratar a relação com as seringueiras como uma relação intermediada por uma série de regras e tabus que, se quebrados, poderiam levar a sanções ao seringueiro infrator<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> “In Ginu’s words, repeating a metaphor frequently summoned by tappers, this was as much as killing one’s mother, whose milk provided their life support” (ALMEIDA, 1992, p.85).

<sup>82</sup> Essas sanções podem ser tanto dadas pelo antiga regra dos patrões como pelas atuais regras de preservação, ou ainda podem ser sanções dadas pela “mãe das seringueiras” e semelhantes à “panema” para o caso da caça.

Do lado oposto se encontra o discurso de moradores como Bé, os professores vindos de fora, e outros novos moradores. Essas pessoas tendem a olhar para as seringueiras mais como um entrave ao trabalho agrícola. Para eles não há motivo que justifique a não derrubada das árvores que já não produzem mais nada. Além do mais, não há sanções que recaiam sobre eles no caso da derrubada das árvores, nem legais nem de outros poderes da floresta.

O contraste do debate fica muito claro nas entrevistas de Osterno e Bé. Enquanto este diz que o dinheiro da seringa parecia ser “amaldiçoado”, relatando o caso dos cinco quilos de dinheiro que logo foram gastos, Osterno credita a uma benção de Deus a existência das seringueiras. Em um contexto de forte influência do catolicismo popular essas declarações opostas sobre as seringueiras e o fabrico da borracha são muito elucidativas das posturas adotadas por cada um.

### ***A avaliação da comunidade pelos moradores***

Em meio a tantas visões conflitantes e debates acalorados, há o processo de transformação pelo qual passa a comunidade, sentido no cotidiano de todos os moradores independentemente de seus posicionamentos.

Durante os trabalhos de elaboração do *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, foram realizadas oficinas em mais de 90% das oitenta comunidades da Reserva. Dentre elas estava a Restauração, local em que fiquei responsável pela organização da reunião.

Nessa reunião, na qual surgiram os debates acima mencionados que trataram da gestão territorial e das regras que deveriam ser seguidas pelos moradores, também foi realizada uma oficina para que se traçasse, com participação dos moradores, um quadro sobre a

realidade da comunidade naquele momento, a percepção da situação pelos habitantes e suas perspectivas e aspirações de futuro.

Para executar tal tarefa, havia um questionário com várias perguntas sobre a situação da comunidade e da Reserva Extrativista. Abaixo, estão algumas das perguntas realizadas aos participantes da reunião e as respostas dadas.

A análise dessas respostas pode indicar tendências e padrões de comportamento dos moradores da Reserva, mesmo sabendo que conclusões mais exatas requereriam uma investigação maior sobre os aspectos aqui levantados.

*Questão 1: O que é a Reserva Extrativista para cada morador da comunidade<sup>83</sup>?*

- *“O lugar onde eu moro”* (53 anos).
- *“Um pedaço de chão que virou uma área federal com ‘Plano de Uso’ [Plano de Utilização], ‘Estatuto’ [da Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá] e muitos moradores”* (38).
- *“Uma área em que a gente vive, planta e tira produtos”* (37).
- *“Uma área que fica reservada e precisa de bons cuidados”* (40).
- *“É onde eu jogo futebol”* (12).
- *“É um pedaço reservado, que é preciso os moradores cuidarem bem”* (65).
- *“É onde nós moramos”* (22).
- *“É um pedaço do Brasil que foi desmembrado do município para as pessoas viverem bem”* (49).
- *“É uma área reservada que precisa ser preservada”* (30).
- *“Onde eu moro e acho bom cuidar bem dela”* (44).
- *“É onde eu jogo bola”* (7).

---

<sup>83</sup> Esta pergunta foi respondida oralmente por cada participante da reunião. Foram pedidas respostas curtas. Aqui estão apresentadas na ordem em que foram respondidas e com a idade do autor da resposta entre parênteses. Devido ao caráter e à dinâmica da reunião, infelizmente, não foi possível coletar detalhes adicionais sobre os autores das respostas.

- *“Uma área de conservação natural habitada por pessoas com seus direitos e deveres”* (28).
- *“É onde a gente mora e deve cuidar porque é dela que tiramos nosso sustento”* (15).
- *“É onde nós tivemos a libertação do cativo dos patrões”* (63).
- *“É uma coisa criada pelos moradores através da luta e da união, que os moradores têm direito<sup>84</sup> de preservar e usar”* (56).
- *“A Reserva nós criamos para preservar e os seringueiros e agricultores saírem do cativo dos patrões”* (72).
- *“É onde eu moro e a gente deve preservar”* (42).
- *“É uma área criada para conservar”* (28).
- *“É para preservar ela, pro cabra ter cuidado mais um pouquinho”* (33).
- *“É uma área federal”* (24).
- *“É muito importante, onde nasci e me criei”* (37).
- *“É uma área que todos devem cuidar e preservar, para que as crianças tenham um futuro melhor”* (28).
- *“É uma área boa de a gente morar”* (46).
- *“É onde eu nasci e me criei e todo tempo respeitei”* (60).
- *“É uma área federal, decretada para os moradores morarem e zelar para sua sobrevivência”* (52).
- *“Onde o cara mora e tem que respeitar”* (33).
- *“É uma área da união federal, que tem um regimento, ‘Plano de Uso’ e Estatuto. Área para todo mundo sobreviver com o mesmo direito e o mesmo dever, usufruindo os recursos sem destruir. Não é mais nem menos do que uma Terra Indígena”* (59).
- *“É um lugar onde nós devemos preservar”* (11).
- *“É um lugar reservado para que as comunidades possam tomar bastante cuidado com ela”* (12).
- *“É um lugar importante para cada pessoa que vive nela”* (13).

---

<sup>84</sup> No Alto Juruá, a palavra “direito” pode ser usada com mais de um significado. Ela pode se referir não apenas à garantia de algo, mas também a uma obrigação para com algo. No caso da frase acima, o autor se refere a uma obrigação dos moradores de preservar e a uma garantia de poderem usar a terra.

- *“É um lugar preservado e nós que somos crianças temos que preservar para ter um futuro melhor”* (10).
- *“É um pedaço do pulmão da Amazônia que precisa ser muito cuidado”* (29).
- *“É onde moramos e devemos preservar para ter um futuro melhor”* (13).
- *“É o lugar onde nós moramos e temos que preservar para ter um futuro melhor”*(15).
- *“É onde moramos e devemos cuidar muito bem”* (16).
- *“É um pedaço do planeta que podemos preservar para um bom futuro para a criança”* (35).
- *“É onde nós moramos”* (23).
- *“É um lugar que pode ser preservado por quem nela vive”* (17).
- *“É o lugar onde moramos e deve ser preservado por todas as pessoas”* (13).

De um total de trinta e nove respostas dadas a essa questão durante a reunião, tem-se que ao menos treze delas citaram a Reserva Extrativista como o lugar de moradia das pessoas, onde elas vivem, plantam, caçam, se divertem, dentre outras atividades cotidianas. Ou seja, um terço das respostas citou a relação das pessoas com a terra enquanto lugar de nascimento ou de vivência como definição do que é a Reserva Extrativista. Uma resposta que enfatizou a própria experiência pessoal como definidora do papel mais relevante que a área federal representa para cada pessoa.

Muitas pessoas também afirmaram ser a Reserva Extrativista um espaço criado para a preservação, onde as regras de uso do território devem ser seguidas. Das trinta e nove respostas, ao menos vinte e uma citaram a “preservação”, o “cuidado” e os “deveres” que se deve ter para com a Reserva. Isso significa que mais de dois terços das pessoas presentes na reunião enfatizaram em suas respostas aspectos relacionados à conservação da unidade e às regras existentes para tal.

Apenas em três respostas foram citadas a luta pela criação da Reserva e o aspecto de melhoria de vida para a população que o surgimento da unidade de conservação

representou. Todas essas respostas foram formuladas por pessoas com mais de cinquenta anos, que assistiram ou participaram ativamente da criação da Reserva Extrativista.

Analisando as respostas dadas, percebe-se que a Reserva tem sido vista por grande parte dos moradores como um lugar no qual recai a obrigação de se preservar, sendo que poucos se lembram da conquista que ela representou para os seringueiros: hoje, ela é mais um entrave ao crescimento da comunidade do que uma conquista.

Quando comparadas com as respostas dadas à segunda questão, apresentada logo abaixo, aumenta a impressão de que a Reserva Extrativista representa um entrave ao crescimento da comunidade, um empecilho ao desenvolvimento da região, considerada por alguns como “atrasada”. A percepção da Reserva como uma conquista e um avanço dos moradores rumo a maior liberdade e qualidade de vida tem sido eclipsada pela visão de que se trata de uma área com regras restritivas que impedem o crescimento da comunidade e o desenvolvimento das atividades produtivas.

O contraponto a essa visão pessimista de um território regulado por restrições é a relação afetiva das pessoas com a terra. Muitas vezes elas se referiram carinhosamente à Reserva como o lugar onde vivem e realizam suas atividades cotidianas, o lugar onde nasceram e se criaram.

Passemos à segunda pergunta:

*Questão 2: O que é desenvolvimento<sup>85</sup>?*

- “É o crescimento da comunidade” (28).
- “É a pista [de pouso]” (38).

---

<sup>85</sup> Seguiu a mesma dinâmica da pergunta anterior para as respostas.

- *“É o crescimento da comunidade”* (42).
- *“É o conhecimento”* (46).
- *“Mais emprego”* (28).
- *“É o crescimento da comunidade”* (37).
- *“Uma coisa que se desenvolve e cresce”* (11).
- *“É crescimento”* (40).
- *“É o progresso, a ampliação, a criação de novos empregos e elementos na comunidade”* (30).
- *“Fazer crescer e progredir”* (19).
- *“Tem vários sentidos, um deles é autonomia”* (28).
- *“É algo que acontece, como o desenvolvimento da escola, que hoje tem vinte professores”* (mais de trinta anos – não quis revelar a idade exata).
- *“É o desenvolvimento da educação da nossa comunidade, na área da saúde, da tecnologia também”* (39).
- *“É algo que sempre está melhorando a vida da comunidade”* (49).
- *“É quando se chega ao objetivo”* (42).
- *“É o crescimento de melhoria na vida de todos os seres”* (28).
- *“Uma coisa que está crescendo”* (35).
- *“O avanço tecnológico”* (29).
- *“O crescimento de alguma coisa. A vila está se desenvolvendo em vários sentidos”* (59).
- *“Conseguir melhorias”* (56).
- *“É tipo os ovos da galinha, que vão crescendo”* (46).
- *“É progredir, aumentar algo”* (21).
- *“As coisas que estão aumentando”* (33).
- *“É comparado com uma árvore que cresce, que desenvolve”* (53).
- *“Participar no que a gente vê, que vai servir para as nossas vidas”* (46).
- *“Crescimento”* (23).
- *“É como aprender a escrever”* (27).
- *“É o crescimento da comunidade”* (37).
- *“É o aprendizado e o crescimento da pessoa”* (48).

- *“Aumento e variedade da produção foi um desenvolvimento, antes era só seringa”* (63).
- *“É o crescimento da comunidade”* (24).
- *“A vila em transformação”* (20).
- *“Para todos que têm filho na escola, é a educação de qualidade”* (60).
- *“É como o crescimento da planta”* (46).
- *“A Restauração desenvolveu na educação e na marginalidade”* (52).
- *“É o crescimento da comunidade”* (35).
- *“É o crescimento da comunidade”* (43).
- *“É conquista e novas descobertas”* (24).
- *“É o estudo”* (10).
- *“O Estudo”* (6).
- *“É estudar e aprender”* (6).
- *“É o crescimento da comunidade”* (41).
- *“É uma educação de qualidade. O ano passado a educação foi melhor”* (26).

A rápida análise das respostas a essa questão também apontam para alguns padrões sobre o que os moradores entendem por desenvolvimento.

Em ao menos dezenove respostas o desenvolvimento foi relacionado à idéia de crescimento ou aumento, seja da comunidade ou de alguma outra coisa, como as plantas ou os ovos da galinha.

Em dez respostas, a idéia de desenvolvimento estava relacionada a algo que melhorasse a qualidade de vida da população, como melhorias em educação, comunicação, saúde, transporte ou emprego.

Em ao menos oito respostas, as pessoas fizeram conexões entre desenvolvimento e estudo, aprendizado, aumento de conhecimento ou melhoria na escola.

As respostas dadas a essa questão apontam para os mesmos caminhos que os relatos apresentados no capítulo anterior. Bé, Valdecir, Elenilton e tantos outros declararam

como principais motivos de sua mudança para a Restauração a busca por acesso a serviços que não tinham nas suas colocações: posto de saúde, a escola de Ensino Médio e, algumas vezes, o próprio telefone da comunidade são lembrados como pontos positivos da vila. O outro grande motivo, ao menos o mais enfatizado por eles, é o estudo das crianças, a busca pelo aumento de conhecimento e o aprendizado que aparecem nas respostas à questão acima.

\*

Se relacionarmos as respostas dadas à primeira questão com as dadas à segunda, vemos surgir um conflito entre a idéia de território controlado por regras restritivas e a idéia de desenvolvimento como crescimento, predominante como resposta à segunda pergunta.

Bé frisou em uma de suas falas transcritas no capítulo anterior a característica de “atraso” da Reserva Extrativista que, segundo ele, inibe a ida de pessoas capacitadas para lecionarem na Restauração. Muitos moradores concordam com Bé e esperam que a comunidade cresça para que receba cada vez mais benefícios e atenção dos poderes públicos. Para eles, essa é uma estratégia que tem dado certo, e é até mesmo estimulada pela prefeitura: quanto mais pessoas estiverem vivendo em um mesmo local, haverá mais escolas, mais atendimento médico, mais comunicação e mais emprego.

Segundo essa visão, então, o desenvolvimento da vila passa pelo crescimento da mesma. O aumento da produção, do número de moradores, dos empregos, tudo isso contribui para acesso a mais coisas na comunidade. Porém, segundo reclamam alguns moradores, há regras de gestão que impedem o desenvolvimento da comunidade. Assim se vê no caso da controversa pista de pouso que estava sendo construída na comunidade em meados de 2009. Para a comunidade ela representava uma melhoria no transporte

para a sede do município e, sobretudo, para os pacientes do posto de saúde que necessitassem de atendimento especializado com urgência.

Já para os órgãos federais, a pista de pouso significava muitos problemas. Do ponto de vista ambiental, era uma série de transgressões às regras da Reserva Extrativista, pois sua construção dependia da derrubada de seringueiras e de uma samaúma centenária que ficava no meio do caminho. Apesar disso, a administração regional do CNPT, localizada em Cruzeiro do Sul, ausente e alheia a questões como essa, emitiu uma autorização para o desmate sem visitar a Reserva para avaliação do terreno e da situação<sup>86</sup>.

A Polícia Federal e o Exército, que tem postos instalados em Marechal Thaumaturgo se opunham à construção da pista, afirmando que ela representava um risco ao controle das fronteiras, pois facilitaria a entrada de drogas e outras mercadorias de forma ilegal no país. Seguindo o mesmo caminho, a Agência Nacional de Aviação Civil avisou a comunidade, através da Polícia Federal, de que a pista era irregular e que dificilmente seria legalizada: caso viesse a operar, seria na ilegalidade.

A prefeitura do município era quem apoiava e financiava a construção da pista. Foi ela quem comprou o terreno de Bé e que pagava a diária dos trabalhadores. Só os custos de mão de obra, segundo um dos responsáveis pela construção, já haviam ultrapassado a marca de sessenta mil reais, quantia exorbitante para uma localidade onde boa parte das

---

<sup>86</sup> Enquanto estávamos realizando uma das viagens dos trabalhos do *Plano de Manejo Participativo*, em julho de 2009, o então responsável pela Reserva Extrativista fez sua primeira visita ao local. Na ocasião, fez questão de ignorar uma série de irregularidades e escrever um relatório para a sede em Brasília afirmando que a situação do terreno utilizado para a construção da pista era normal e dentro das regras de gestão.

famílias tem como fonte de renda a venda de produtos agrícolas, *Bolsa Família* e aposentadorias.

Moradores de praticamente todas as comunidades do Alto Tejo trabalhavam na obra, atraídos pelas diárias oferecidas em grande quantidade<sup>87</sup>. No entanto, a prefeitura considerava que a obra não era sua responsabilidade, evitando assim represálias dos órgãos federais por apoiar uma pista clandestina. O discurso oficial do subprefeito era de que a obra estava sendo feita pela própria comunidade, e que a prefeitura apenas fornecia o material necessário aos trabalhos. Tal informação fora desmentida em uma conversa com um dos encarregados pela obra, o “capataz”, que anotava em uma folha de caderno quantas diárias cada morador tinha que receber. Ele mesmo sabia que não havia contrato algum que obrigasse a prefeitura a pagar os trabalhadores.

Muitas foram as reclamações sobre a pista ouvidas pelo representante do CNPT em sua visita à Restauração em julho de 2009. A população cobrava dele que a pista fosse liberada imediatamente para pouso e decolagem de aviões e repetiam incessantemente como isso poderia salvar a vida dos doentes da região. Havia uma insatisfação clara e generalizada com os órgãos governamentais que, na visão dos moradores, estavam inviabilizando o desenvolvimento da comunidade e deixando os moradores desamparados em um lugar sem assistência médica e cujo único meio de transporte era o rio.

Ao mesmo tempo em que brigavam pela liberação da pista de pouso, o que consideravam um desenvolvimento para a comunidade, os moradores esqueciam que a

---

<sup>87</sup> Os trabalhadores da pista eram mais de quarenta. O valor da diária era menor do que qualquer diária paga para outra atividade, mas compensava para os trabalhadores por ser em grande quantidade, já que a obra da pista já se desenrolava por quase dois meses.

Reserva Extrativista havia sido criada também para que fossem feitas melhorias na vida de seus habitantes<sup>88</sup>. O aspecto de avanço social que a Reserva representava no início da década de 1990 parece estar sendo diminuído em detrimento do reforço da idéia de preservação, que causava ao mesmo tempo sentimento de obrigação de cuidar da Reserva e sentimento de que há regras muito rígidas de conservação, que impedem o desenvolvimento social. Muitas respostas dadas à primeira questão diziam ser a Reserva um lugar para se preservar. Poucas lembraram a luta e a criação da Reserva como movimento de moradores em busca de melhorias, às quais estavam aliadas à preservação ambiental. Hoje, a preservação ambiental aparece, em certos casos, como o da pista, como um entrave à melhoria de vida dessa população.

A visão que dá muito mais peso à conservação da natureza é especialmente disseminada entre crianças e jovens que freqüentam a escola e que não viveram ou nunca ouviram histórias sobre a criação da Reserva. A escola reproduz a visão estritamente preservacionista da história através do material didático distribuído pelo governo estadual, que enfatiza muito a questão ambiental, mas que não relata a história de criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, fazendo com que essa história caia no esquecimento<sup>89</sup>. Nem os próprios professores da escola conhecem em detalhe essa história, muito menos a ensinaram em algum momento na sala de aula, tendo confessado isso durante as reuniões comunitárias do *Plano de Manejo*.

---

<sup>88</sup> Sobre essa dupla característica da Reserva Extrativista, de preservação e desenvolvimento social, ver o artigo do professor Mauro Almeida, *Direitos à Floresta e Ambientalismo* (ALMEIDA, 2004)

<sup>89</sup> O material utilizado pelas escolas da rede pública no estado do Acre não contam sobre a experiência de luta dos moradores da Reserva Extrativista. Vi o material de uma das séries do Ensino Fundamental, onde constava que a primeira Reserva Extrativista do Brasil havia sido a Chico Mendes, fato inverídico e que ajuda a apagar a memória de luta no Alto Juruá.

As respostas dadas às duas questões apresentadas podem não nos fornecer material para concluir a favor de tal interpretação, mas servem para apontar uma tendência de comportamento que pode ser investigada mais a fundo em uma próxima ocasião em campo. Além do mais, muitas das tendências observadas nas respostas condiziam com dados coletados em campo e com as histórias individuais relatadas no capítulo anterior.

\*

*Questão 3: O que tem de bom na cidade, na vila e no centro<sup>90</sup>?*

<i>Cidade</i>	<i>Vila</i>	<i>Centro</i>
Movimento	Mata	Tranqüilidade
Preço	Ambiente	Caça
Energia	Tranqüilidade	Rancho
Diversidade de	Floresta	Caça
Água gelada	É calmo	Alimentação
Educação (estudo)	Ambiente	Diversidade de coisas
Atendimento da	Harmonia	Tranqüilidade
Coisa para comprar	Paz	Peixe
Sorvete	Estudo	Mariscar
Médico bom	Colégio	Tranqüilidade
Segurança	Menos violência	Rancho
Tecnologia	Escola	Floresta
Atendimento de	Liberdade	Tranqüilidade
Alimentos	Paz	Frutas
Mercadoria	Paz	Floresta
Atendimento médico	Paz	Frio
Alegria	Carinho	Rio
Estudo	Alimentação	Paz
Tecnologia	Honestidade	Caça

---

<sup>90</sup> Cada morador presente na reunião deu uma resposta para cada um desses lugares (cidade, vila e centro). Cada linha da tabela representa a resposta de um morador.

Estudo	Tranqüilidade	Paz
Médico profissional	Estudo	Caça
Médico	Estudo	Rancho
Tecnologia	Companheirismo	Plantação
Preço	Tranqüilidade	Tem o que comer
Energia	Camaradagem	Caça e peixe
Educação melhor	Companheirismo	Liberdade
Energia	Estudo	Fruta
Energia	Tranqüilidade	Paz
Energia	Estudo	Paz
Estudo	Comunhão	Flora
Tecnologia	Estudo	Frutas
Desenvolvimento	Paz	Floresta
Praça	Amizade	Paz
Colégio	Amizade	Caldo de cana

4) O que tem de ruim na cidade, na vila e no centro?

<i>Cidade</i>	<i>Vila</i>	<i>Centro</i>
Violência	Valentia	Cobra
Violência	Violência	Cobra
Violência	Desigualdade	Dificuldade de
Violência	Violência	Transporte
Poluição	Desunião	Transporte
Violência	Falta transporte	Cobra
Violência	Fome	Cobra
Poluição	Energia	Transporte
Trânsito	Acesso	Falta informação
Prostituição	Falta energia	Falta comunicação
Desemprego	Falta energia	Falta comunicação
Violência	Falta energia	Falta comunicação
Marginalidade	Transporte	Isolamento
Poluição	Transporte	Insetos
Prostituição	Venda de bebida	Isolamento

Crianças de rua	Falta água tratada	Inseto
Poluição	Energia	Inseto
Marginal	Energia	Cobra
Miséria	Comunicação	Transporte
Violência	Falta planejamento	Falta assistência
Violência	Clima quente	Transporte
Violência	Falta energia	Onça
Mortalidade infantil	Falta segurança	Comunicação
Violência	Água não tratada	Transporte
Violência	Energia	Pobreza
Violência	Falta segurança	Transporte
Água que falta	Cachorro	Falta comunicação
Desemprego	Falta segurança	Meio de
Marginal	Energia	Cobra
Violência	Desunião	Meios de transporte
Desunião	Segurança	Febre (doenças)
Violência	Transporte	Cobra
Drogas	Falta segurança	Transporte
Desemprego	Desunião	Saúde
Prostituição	Venda de bebida	Comunicação
Violência	Energia	Onça
Marginalidade	Desigualdade	Educação
Desemprego	Energia	Transporte
Marginal	Falta peixe	Fera
Bebida alcoólica	Falta posto policial	Saúde
Violência	Bebida alcoólica	Transporte
Assalto	Falta posto policial	Falta saúde
Falta emprego	Desunião	Comunicação
Bebida alcoólica	Energia	Meio de transporte
Ar poluído	Segurança	Meio de
Alcoolismo	Segurança	Acesso
Poluição	Energia	Transporte

A análise das questões três e quatro pode revelar quais são as principais características que os moradores da Restauração atribuem a diferentes lugares que já moraram ou que ao menos conhecem.

Cada pessoa presente na reunião atribuiu uma qualidade e um defeito aos centros (ou colocações<sup>91</sup>), às cidades e à vila Restauração. As respostas sugerem que as qualidades e os defeitos associados à vila a fazem ocupar, no pensar dos moradores, um lugar no meio do caminho entre a colocação e a cidade.

As principais características atribuídas aos centros, as qualidades que apareceram com mais frequência entre as respostas, foram a fartura de alimentos e caça, o clima mais ameno da floresta preservada, a tranquilidade e a paz desses locais, a existência de animais perigosos e grande quantidade de insetos e a dificuldade de comunicação e transporte<sup>92</sup>.

Já para a cidade, cujo parâmetro para muitos foi a sede do município ou Cruzeiro do Sul, os moradores atribuíram como principais qualidades o serviço de energia elétrica ininterrupto, educação melhor, mais atendimento médico, além de bons preços e mercado para os produtos dos agricultores. As piores qualidades da cidade para os

---

<sup>91</sup> “Centro” e “colocação”, hoje, são muitas vezes utilizados como sinônimos. No entanto, a idéia de “centro” está mais associada a locais de morada longe da beira do rio, normalmente pequenos como as “colocações”, que por sua vez se definem mais pelo limite das estradas de seringa. Hoje, ambos são muitas vezes empregados pelos moradores do Alto Tejo como sinônimos de locais isolados e com poucos moradores.

<sup>92</sup>Falta de atendimento médico e educação, reclamações recorrentes entre moradores dos centros, aparecem pouco nas respostas, pois foi pedido aos presentes na reunião que atribuissem defeitos existentes na comunidade e não que caracterizassem suas respostas pela falta de algo. Assim, a intenção era identificar se os centros tinham tantos defeitos quanto as cidades, ou se o grande problema deles era a falta de algo que poderia ser levado por políticas específicas para a população.

habitantes da Restauração foram o desemprego, a violência e os roubos, a poluição e as condições humanas que consideram degradantes (alcoolismo, prostituição e miséria).

As qualidades mais atribuídas para a vila Restauração foram amizade e companheirismo, educação e tranquilidade e paz. Esta última, qualidade também atribuída ao centro em diversas respostas. Já a educação apareceu constantemente nas respostas dadas às qualidades da cidade. Ou seja, as qualidades mais citadas da vila estão divididas entre qualidades existentes no centro e outras da cidade.

Apenas o conjunto de respostas que diziam respeito a amizade e companheirismo não apareceram com tanta frequência nas respostas dadas aos centros e às cidades. No entanto, quando os moradores passaram a atribuir defeitos à vila, um dos principais aspectos reclamados foi justamente a falta de união e a desigualdade entre os moradores, revelando uma contradição nas respostas dadas.

Outras características ruins da Restauração muito lembradas pelos moradores nas respostas foram a violência e a falta de segurança, a péssima qualidade da energia elétrica (fornecida por um gerador que funciona mal e poucas horas por dia), a dificuldade de transporte e o alcoolismo e a venda de bebidas alcoólicas.

Importante ressaltar que poucas foram as pessoas que atribuíram à Restauração situações de falta de alimentos. Em apenas duas respostas a questão foi levantada (“fome” e “falta peixe”). Isso pode significar que a situação de fome na Restauração descrita por Osterno não é tão alarmante como pode parecer e as falas de Bé, de que sua alimentação melhorou na Restauração, podem representar melhor o sentimento da maior parte da comunidade. Outra interpretação possível é de que a dificuldade de obter alimentos não é o problema mais relevante para os moradores da comunidade, que

preferiram apontar primeiro outros aspectos negativos da comunidade que lhes incomodava mais.

Assim como na parte relativa às boas qualidades da Restauração, os defeitos relacionados à comunidade mostraram que ela pode ser percebida pelos moradores como um meio termo entre a cidade e a colação. O problema mais presente nas respostas, o que preocupava mais os moradores, era o da violência e falta de segurança: mesmo problema atribuído às cidades. Outros aspectos negativos da vila que foram citados eram, em sua maioria, também típicos das colações, como a falta de transporte e a energia elétrica.

A pergunta a se fazer é se a maioria dos moradores da Restauração vê o crescimento da comunidade como um processo que levará à criação de uma cidade no interior da Reserva Extrativista. As próximas questões a serem apresentadas são especialmente interessantes nesse sentido, pois resultaram em uma descrição da comunidade por parte dos próprios habitantes da Restauração e de suas aspirações para o desenvolvimento da vila.

\*

*Questão 5: Como é nossa comunidade<sup>93</sup>?*

- Nessa época [julho-setembro], o rio é muito seco
- Aqui tem mais de cem casas
- Tem um posto de saúde
- Tem uma escola de ensino fundamental e uma sala de Ensino Médio
- Tem cinco igrejas de religiões diferentes: a católica, a Casa da Benção, a Assembléia de Deus, a Pentecostal e a Batista da Fé.

---

<sup>93</sup> Os moradores foram, coletivamente, descrevendo os principais aspectos da comunidade

- Tem um telefone, tem energia, mas não é de boa qualidade
- Tem internet durante três horas, aulas de informática que são muito raras de acontecer
- Duas padarias, quatro comércios, duas serrarias, tem barbearia
- Tem um campo de futebol. Aqui moram aproximadamente 349 alunos só no Ensino Fundamental, mais 50 alunos no Ensino Médio
- As pessoas vivem no plantio e também caçam e pescam para se alimentar
- Tem vinte e três aposentados na comunidade
- Trinta e nove pessoas trabalham na escola, entre professores e funcionários. No posto trabalham oito pessoas. Nove pessoas trabalham para a subprefeitura. Também tem dois agentes comunitários de saúde
- Os pastores da Assembléia e da Batista também têm um salário, pago pelas igrejas. Aqui também tem o Globo Hotel. Tem um açude do seu Osterno
- Aqui se planta roça, milho, cana, arroz, feijão, melancia, jerimum, mamão, abacate, ananás, abacaxi, batata doce, uvaia, mudubim [amendoim], inhame, graviola, laranja, tangerina, limão, limão doce, jambo, ingá, tabaco, coco, buriti, pupunha, abacaba, açaí, manga, tomate, cebola, coentro, pepino, alface, maxixe, cebola de cabeça, chicória, abóbora, repolho, maracujá, azeitona, acerola, carambola, caju, beterraba, cenoura, beribá, urucum, goiaba, pimenta do reino, quiabo, café, alho, cupuaçu, lima, melão, pitanga, jaca, araticuna, gengibre, condessa, gergelim. A comunidade planta para comer e vender. Ela também iniciou o reflorestamento. Tem pequena criação de gado, galinha, ovelha, porco, pato, capote
- Falta merenda na escola
- Em 22 de agosto começa o novenário<sup>94</sup> da Restauração
- Tem campeonato de futebol, festa junina. Sempre tem desavença e às vezes vira briga

6) *Quais os problemas da comunidade? E quais as soluções para os problemas da comunidade*<sup>95</sup>?

---

<sup>94</sup> O “novenário” é uma festa religiosa que, como diz o próprio nome, dura nove dias. Na região do Alto Juruá há “novenário” em várias cidades e comunidades, incluindo o “novenário de Cruzeiro do Sul”. Cada um desses locais tem uma data diferente e fixa para seu “novenário”.

- *Problema:* Venda de bebida alcoólica, que gera confusão.
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Proibir a entrada de bebida alcoólica na Reserva, com exceção para a Escola, o posto de saúde e outros órgãos públicos<sup>96</sup>.
- *Problema:* Falta de respeito ao direito dos outros.
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* [sem resposta]
- *Problema:* Falta de punição aos infratores.
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Falta suporte do órgão responsável pela Reserva. Deve ser retomado o trabalho dos fiscais colaboradores<sup>97</sup>, com apoio do órgão. Caso os fiscais não resolvam o órgão deve vir resolver a questão.
- *Problema:* Invasão
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* A invasão pode ser resolvida pelos fiscais colaboradores, com ajuda dos órgãos responsáveis e dos outros moradores. Os órgãos responsáveis devem vir mais na Reserva, com visitas periódicas a cada dois meses para ouvir a comunidade.
- *Problema:* Pesca predatória com espeto
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Proibir a pesca de bicheiro, zagaia e espeto
- *Problema:* Venda de peixe

---

<sup>95</sup> As respostas aqui apresentadas são resumos passados à lousa enquanto a reunião acontecia. Elas representam uma síntese da opinião dos presentes sobre os assuntos tratados, feita por mim após e aprovadas pelos moradores. Quando houve mais de uma opinião entre os presentes essa discordância foi registrada.

<sup>96</sup> A ressalva quanto ao uso de “bebida alcoólica” por parte da escola e do posto de saúde se deve ao fato de o álcool etílico, utilizado no mimeógrafo da escola e para desinfetar no posto, também ser utilizado como bebida entre os moradores do Alto Juruá, que o misturam à água e bebem.

<sup>97</sup> Os “fiscais colaboradores” eram moradores que, nos primeiros anos da Reserva, apoiavam oficialmente o CNPT na fiscalização da Reserva, recebendo uma ajuda de custo para atender aos chamados de averiguação de irregularidades. Mais tarde, os fiscais passaram a ser chamados de “agentes ambientais voluntários”, fazendo parte de um programa mais amplo do CNPT, que veio a ser extinto em meados da década de 2000.

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: A maioria da comunidade acha que o peixe pode ser vendido, desde que pescado de tarrafa, ou anzol. Alguns moradores não concordam, pois acham que podem surgir pescadores profissionais. A venda de peixe só seria permitida dentro da Reserva. Pessoas demonstraram preocupação com um possível aumento descontrolado da pesca sem fiscalização. Tem gente que acha que vai acontecer que nem com a caçada com cachorro<sup>98</sup>.

• *Problema*: Derrubada de estrada e seringa

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Muitos roçados e pastagens que queimaram seringueiras. As pessoas da reunião querem proibir a queimada e a derrubada da seringueira. Se for derrubada uma seringueira virgem para abrir roçado, dez devem ser plantadas. Seringueiras de estradas não podem ser derrubadas.

• *Problema*: Criação da Terra Indígena na comunidade<sup>99</sup>

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Os participantes da reunião, em sua maioria, apóiam a criação da Terra Indígena, mas manifestam preocupação com o limite da terra e se vão poder utilizar os recursos de lá.

• *Problema*: Caça com cachorro

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: A comunidade quer permitir a criação de cachorro apenas como animal doméstico e criado no quintal.

---

<sup>98</sup> Referência à proibição de caçada com cachorro (cf. ALMEIDA & PANTOJA, 2004). Os moradores achavam que se a venda de peixe fosse permitida dentro da Reserva seria impossível controlar de fato a venda para fora. É como acontece com a caçada com cachorro, que se permite em roçados e na beira do rio, mas que é praticada por muitos nas matas. Nunca se sabe se o morador sai com o cachorro para ir para o roçado ou para ir caçar, da mesma forma que seria difícil saber se o pescador está pegando peixes a mais para vender para os vizinhos ou para gente de fora da Reserva.

<sup>99</sup> Trata-se da criação da Terra Indígena Kuntanawa no Alto Rio Tejo, reivindicada pela família de seu Milton e Dona Mariana, seringueiros descendentes de indígenas. A maioria dos moradores da região não contesta a criação da Terra, mas se preocupa com a extensão que a mesma terá, o que pode afetar a obtenção de caças e madeiras, sobretudo para os moradores da Restauração, já que a proposta inicial é de que a Terra Kuntanawa tome toda a margem esquerda do Tejo, que fica em frente à Restauração.

Cachorro solto pode ser morto. Algumas pessoas propõem que seja proibido cachorro na Reserva; é preciso fiscalização também.

• *Problema:* Energia

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* A solução é um kit de energia solar, para cada família e para todos os prédios públicos.

• *Problema:* Criação de gado

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* A solução é cada criador cercar seu campo. Se não cercar o campo e o gado invadir o roçado, a solução é avisar três vezes o dono e depois matar o gado<sup>100</sup>. Se o gado for morto sem o aviso, o matador tem que pagar. O dono do gado tem que pagar todas as vezes que o gado comer os legumes.

• *Problema:* Falta saúde de qualidade, falta de medicamento no posto, falta de atendimento odontológico, falta de atendimento especializado

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Para melhorar a saúde na região da Restauração é preciso: um clínico geral todos os dias do mês, um auxiliar de enfermagem e um enfermeiro todos os dias. O posto precisa ter uma variedade maior de medicamentos. Também é necessário transporte para os doentes. O posto precisa ser ampliado com enfermaria. A comunidade também quer atendimento especializado algumas vezes no ano (pelo menos três vezes por ano): ginecologista, oculista e dentista. É preciso também todo o equipamento e medicamento para esses médicos.

• *Problema:* Barco para transporte e falta de mercado para vender os produtos com preço certo

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Pode ter duas soluções: duas baleeiras e uma cooperativa. As baleeiras são para cinco toneladas e equipadas com um “Yanmar” [a marca do motor] de 18hp. A comunidade irá se reunir para decidir quem zelará pelas baleeiras. A

---

<sup>100</sup> A prática de avisar três vezes o dono do animal invasor e depois matar é a prática tradicional dos seringais do Alto Juruá (cf. LUNA, 2003)

cooperativa pode ser a *Coopersonhos*<sup>101</sup>, desde que ela tenha uma cantina na Restauração para comprar, vender, e também armazenar a produção do verão.

- *Problema*: Igarapé que virou esgoto, saneamento básico e falta de água encanada  
⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Água encanada e tratada. A água tem que ser retirada do rio com motor-bomba e passar por uma estação de tratamento. Depois a água vai para a caixa da comunidade e de lá para a caixa d'água das casas. Cada residência tem que ter um banheiro e a água do chuveiro vai para o quintal. Para a privada é preciso construir fossa e sumidor para cada casa. Todas as construções de banheiros devem ser em tijolos
- *Problema*: Telefone  
⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Colocar mais orelhões, porque quando quebra o que tem, fica sem. A empresa deve vir periodicamente fazer manutenção. A comunidade também quer telefones residenciais e cobertura de celular.
- *Problema*: Informática fraca  
⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Construir um laboratório de informática na escola e ampliar o número de computadores. Construir um ponto de acesso fora da escola. Placa solar para não queimar os computadores [por causa da variação da energia do motor a diesel]. Precisa de oficinas de informática para a comunidade. Mais professores de informática para ensinar os alunos e moradores
- *Problema*: Material escolar e merenda  
⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Merenda regionalizada. Trabalhar junto com a *Coopersonhos*. O material escolar é comprado pela escola. A cooperativa ficará responsável por trazer todo o alimento. O material de limpeza será comprado pelo conselho escolar.
- *Problema*: Quadra poliesportiva

---

<sup>101</sup> *Coopersonhos* é uma cooperativa criada em 2008 por um grupo de moradores da Reserva e que pretende revender produtos dos agricultores e seringueiros locais para outros mercados, garantindo a compra certa para os produtores.

- ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Construir uma quadra poliesportiva coberta com arquibancada para mil pessoas.
- *Problema:* Falta creche
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Construir uma creche para atender 60 crianças, divididas em três salas. Em cada sala tem que ter um professor e um ajudante. O prédio deve ter: refeitório, cozinha, banheiro, fraldário, escovódromo<sup>102</sup> infantil e área de lazer. A creche tem que ter todo o equipamento necessário e ser feita de alvenaria.
  - *Problema:* Falta posto policial
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Construção de um posto policial, aberto das 6 às 22 horas. E que atenda os casos de urgência a qualquer hora. É necessário que tenha sempre dois policiais na vila.
  - *Problema:* Tem gente levando madeira para Thaumaturgo
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Continuar com a proibição, fiscalizar e punir. Os agentes [ambientais], com apoio, podem fiscalizar.
  - *Problema:* Falta financiamento para açude
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Através da Associação e da organização dos moradores. Só a Associação pode ser avalista de financiamento.
  - *Problema:* Desmatamento na beira do rio
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Seguir a lei e apoiar os fiscais [colaboradores].
  - *Problema:* Roçados no meio do caminho
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Os roçados e pastos devem ser feitos, pelo menos, a 50 metros dos caminhos.
  - *Problema:* Desrespeito às colocações dos antigos moradores e agrupamento de muitas pessoas na Restauração
 

⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Os novos moradores que quiserem se mudar para a vila deverão consultar todos os moradores e ter aprovação de cinquenta por cento mais um dos moradores, e assinar um termo de compromisso.

---

<sup>102</sup> Grande pia de metal para que as crianças possam escovar os dentes.

- *Problema:* Pessoas que criam onde moravam e plantam muito aqui
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Desde que respeite os 15 hectares e a colocação dos outros, tudo bem.
- *Problema:* Desmatamento, uso sem controle dos recursos naturais e os agentes ambientais sem apoio e moral
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Respeitar o *Plano de Utilização* e retomar o trabalho dos fiscais e a fiscalização do órgão responsável. Os fiscais precisam de apoio e uma ajuda de custo.
- *Problema:* Não liberam a pista para pouso de avião
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* A comunidade quer a liberação oficial de pouso e decolagem na pista.
- *Problema:* Mangas rio abaixo
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Proibir o uso de manga e fazer a lei funcionar com os agentes ambientais e os órgãos federais. O mesmo vale para a recuca<sup>103</sup>. Não ter o marisco de manga nem de recuca. Proibir pessoas de Thaumaturgo de pescar na Reserva.
- *Problema:* Pessoas estranhas sem autorização para entrar na comunidade
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Só pode entrar gente de fora na Reserva com a autorização do ICMBio e da ASAREAJ, e desde que se saiba quem é essa pessoa.
- *Problema:* Queimada no roçado do outro (brocou em volta do legume)
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Respeitar um limite de pelo menos 200 metros do roçado do outro e 300 metros de capineira.
- *Problema:* Ausência dos órgãos responsáveis pela Reserva
  - ⇒ *Solução proposta pela comunidade:* Visitas periódicas, pelo menos a cada dois meses, e com mais visitas para resolver denúncias que já passaram pelo fiscal [colaborador].

---

<sup>103</sup> “Manga” e “recuca” são dois tipos de pesca em que se utilizam redes atravessando o rio e que impedem, total ou parcialmente, a subida dos peixes para as comunidades rio acima.

• *Problema*: Problemas com os índios do Jordão, mariscando com tingui<sup>104</sup> na nascente do Tejo e caçando dentro da Reserva para vender

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Reabrir a demarcação da Reserva e cobrar fiscalização do ICMBio e da Polícia Federal. Buscar um acordo entre lideranças.

• *Problema*: Venda de carne de caça

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Fiscalizar e apoiar os fiscais [colaboradores].

• *Problema*: Falta cartório

⇒ *Solução proposta pela comunidade*: Ter um representante do cartório, como tinha no passado.

As questões cinco e seis podem ser analisadas em conjunto, representando a descrição da situação da comunidade quando a reunião foi realizada e as expectativas que os participantes tinham para melhorar a vida na comunidade. Muitos dos problemas apontados, como violência, venda de peixes, desrespeito aos mais antigos, dentre outros, já foram discutidos em momentos anteriores deste trabalho, cabendo aqui uma breve análise do conjunto das respostas.

De modo geral, muitos problemas relatados pelos moradores para a comunidade seriam resolvidos, segundo eles, com maior fiscalização por parte dos órgãos responsáveis por garantir o cumprimento da lei da Reserva. Foram poucos os momentos em que os moradores da Restauração demonstraram interesse em modificar algum tipo de regra, destacando-se o caso da venda de peixe que, ainda assim, foi contestada por outra parte da comunidade. Os presentes na reunião queriam ainda retomar uma prática antiga do CNPT de manter “fiscais colaboradores”, depois chamados “agentes ambientais

---

<sup>104</sup> “Veneno para pescar, que pode ser extraído de frutos de qualidades de plantas diferentes. Se for extraído de *Phyllanthus sp* é fraco e não mata o homem, só os peixes” (SOUZA, 2004).

voluntários”, na Reserva. Trata-se de um programa que apoiava moradores locais a fiscalizar o cumprimento das regras da unidade de conservação e repassar para o CNPT apenas problemas que não fossem resolvidos localmente.

Além de querer o cumprimento das regras da Reserva, outras necessidades apontadas pelos moradores estavam relacionadas à melhoria ou à criação de serviços na comunidade. Creches, quadra poliesportiva para a escola, melhorias na energia, na água, na educação, dentre outras, foram as mudanças requeridas pelos habitantes da comunidade.

As expectativas de melhoras se concentraram em torno desses dois grupos (fiscalização e serviços) e tendiam a conflitar com algumas conclusões anteriormente apresentadas, sobretudo no que diz respeito ao crescimento da comunidade. No entanto, em determinado momento da reunião ficaram claras as aspirações de muitos moradores quanto ao crescimento da comunidade.

Durante a realização da reunião, a questão seis foi respondida em duas rodadas: a primeira em que se levantaram os problemas e, em seguida, a segunda, onde se seguiram as soluções propostas pelos presentes. Quando chegamos ao problema descrito como “Quadra poliesportiva”, a proposta dos moradores era construir uma grande quadra coberta com capacidade para mil pessoas. Na ocasião, fazendo o papel de intermediador entre população e instituição governamental, questionei-os se essa obra não seria grande demais para uma comunidade que conta com menos de quinhentos moradores. A resposta que recebi foi que não, pois a comunidade iria crescer e que se fosse para realizar a construção de tal obra, ela deveria prever o aumento no número de moradores que não deveria demorar a acontecer.

O mesmo se seguiu na resposta relativa à creche, requisitada para um número muito maior de crianças do que as que necessitavam de tal serviço na comunidade. Mesmo sendo alertados da baixa chance de serem atendidos em reivindicações tão grandiosas, os moradores mantiveram sua posição, tendo em mente e em vontade o aumento da comunidade.

### ***Do Passado ao Futuro: processos e desafios***

O quadro aqui apresentado da Restauração nos dá uma idéia do que foi a história dessa comunidade ao longo das últimas décadas. Na primeira parte do capítulo falamos da história do lugar, mostrando a importância que sempre teve como referência na região, sendo sede de seringal com barracões, juiz de paz, ferreiro e posto policial. No período registrado pelos desenhos de Antonio Gomes (1965-1995), a comunidade teve um crescimento discreto no número de casas. Importante ressaltar que nesse momento histórico eram os laços de parentesco que conectavam boa parte das residências da comunidade, assim como na maioria das colocações do Alto Juruá<sup>105</sup>, criando a influência de grandes parentelas na região.

Com o início da luta pela criação da Reserva Extrativista, a Restauração continuou a ser um local de referência para as outras colocações: lá aconteceram alguns dos momentos mais marcantes dessa luta, que na linha de frente contava com a família de seu Milton, moradores da comunidade (FRANCO, 2001).

Ao longo da luta do movimento que levou à criação da Reserva, e posteriormente à sua criação, os investimentos e as políticas públicas foram fundamentais para os rumos que

---

<sup>105</sup> Um trabalho detalhado sobre as conexões de parentesco nas colocações de outro rio, o rio Bagé, pode ser encontrada no trabalho de Augusto Postigo sobre a região (POSTIGO, 2008).

a organização local tomou. O fortalecimento da associação, os programas federais de redistribuição de renda, o “crédito-moradia” de um lado e, de outro, a fissão entre Associação e prefeitura foram, e são até hoje, fatores importantes nas dinâmicas sociais locais. Não há como negar a relação existente entre o fortalecimento da prefeitura dentro da Reserva Extrativista, os programas governamentais e o surgimento de grandes comunidades dentro da unidade de conservação.

Em meio a esses processos se encontram os moradores e seus desejos e planos de vida, tanto os que se mudam de lugar como os que vêem seu local de morada ser ocupado por dezenas de novas famílias. Há uma diferenciação entre novos e antigos, expressa na fala principalmente dos que moram há mais tempo na comunidade. A essa diferenciação interna da comunidade soma-se a diferenciação entre jovens e pessoas mais velhas, cujo fator mais importante não é a idade, mas ter vivido o “tempo da borracha”, ter trabalhado na empresa seringalista sob cuidados e ordens de um patrão. Uma terceira oposição se faz entre moradores que nasceram na própria região e aqueles que foram para a Reserva Extrativista como parte de uma missão, seja ela para educar, evangelizar ou cuidar da saúde dos moradores, e que têm vínculos passageiros com o lugar e cuja visão tende a olhar para a situação das comunidades para onde foram como de atraso em relação aos contextos urbanos dos quais são provenientes.

Em um contexto de rápidas mudanças, essas diferenças se apresentam em forma de discordâncias sobre a gestão do território e o uso dos recursos naturais. No vácuo deixado pela Associação e pelo IBAMA a prefeitura passa a atuar fortemente na Restauração e, durante suas ações, desrespeita o *Plano de Utilização* em vários de seus aspectos.

Médicos, pastores, professores e outros profissionais especializados importados para dentro da Reserva encontram na administração da prefeitura espaço para expressarem suas idéias sobre um determinado tipo de progresso para a comunidade. Esses discursos fazem eco entre grande parte dos moradores, como Bé, que passam a declarar ser a Reserva um lugar “atrasado”, que deve se desenvolver.

Por outro lado, moradores antigos da comunidade se apegam ao discurso da tradição dos seringais, reforçado pelas regras do *Plano de Utilização*. Defendem a divisão do uso da terra pelas estradas de seringa, se opondo ao modelo de lotes empregado atualmente. São também contrários à derrubada de madeiras nobres e, sobretudo, de seringueiras.

Há um desafio latente na situação atual, que é lidar com visões conflitantes sobre um mesmo território. De um lado, há os que se apegam às tradições e às leis escritas para defenderem seus pontos de vista. Do outro, estão aqueles que agem de acordo com o novo contexto, propiciado pelo quadro e programas políticos da última década. As pequenas colocações, internamente mais homogêneas, que caracterizaram a sociedade de seringal do século XX, deram lugar a grandes comunidades e a focos de urbanização com pontos de vista muito plurais sobre a vida social e o uso do território.

Em meio a esse conflito se encontra o desafio principal para o futuro da Reserva Extrativista, que é saber como conter a criação de uma cidade no interior de uma unidade de conservação, ou ainda, como reverter o processo que levou à criação de uma vila que dá indícios de ser insustentável do ponto de vista ambiental.

Segundo dados da responsável pelo posto de saúde da comunidade à época, a Restauração em janeiro de 2006 já tinha 51 casas e 294 habitantes, número quase idêntico ao da vila de Thaumaturgo em 1991, dois anos antes da criação do município,

que era de 293 habitantes (COSTA, 1998, p.75)<sup>106</sup>. Desde então o número de casas na comunidade já dobrou e a expectativa dos moradores é de que a comunidade cresça ainda mais. Será que para eles o que está ocorrendo com a Restauração é um processo análogo ao que ocorreu em Thaumaturgo e que resultou na emancipação de Cruzeiro do Sul<sup>107</sup>?

O crescimento desenfreado e não planejado da comunidade coloca uma situação insustentável para uma Reserva Extrativista. Problemas típicos de contextos urbanos começam a se tornar comuns, como roubos e degradação ambiental. Os moradores enfrentam problemas com o destino do lixo de mais de cem famílias e com os dejetos que poluem o igarapé que corta o campo da comunidade.

O desafio atual é garantir a preservação ambiental e o desenvolvimento social em um local que se tornou foco de urbanização e onde há pouca assistência aos moradores por parte dos poderes estaduais e federais. É preciso saber como lidar com as intenções dos agentes locais e pensar a gestão territorial a partir de suas especificidades<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> Segundo a *Enciclopédia da Floresta*, até o início da década de 2000 a sede municipal se assemelhava muito à Restauração de meados da mesma década também no que diz respeito aos serviços disponíveis. “Até 2000 [a sede] contava com um único telefone público, sem serviços de correio nem banco, sem juiz nem padre, sem transporte regular fluvial ou aéreo (não há estradas), sem rede de esgotos e sem água encanada potável” (CUNHA & ALMEIDA, 2002, p.105)

<sup>107</sup> Durante os trabalhos do *Plano de Manejo*, uma situação muito parecida foi vista: moradores da segunda maior comunidade da Reserva, a Foz do Breu, demonstraram interesse em tentar emancipar algumas comunidades do entorno e criar um novo município.

<sup>108</sup> A gestão territorial feita com atenção voltada às especificidades locais é um dos temas da obra de Elionor Ostrom.(OSTROM, 1999a; 1999b)

## Considerações Finais

Ainda há muita coisa a ser considerada sobre o processo de transformação das localidades do Alto Juruá nas últimas décadas, coisas que não é possível desenvolver agora. Fizemos uma breve descrição sobre a história de formação dos seringais até a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e depois uma análise mais demorada das transformações ocorridas nos últimos anos na Reserva, a partir do exemplo da vila Restauração, procurando entender as motivações para a tomada de decisões dos sujeitos e a criação de um contexto que propiciou o surgimento de um foco de urbanização.

Nesse movimento histórico, as políticas governamentais sempre influenciaram as dinâmicas locais. Até a década de 1980 os investimentos governamentais na região eram, em sua grande maioria, voltados ao financiamento da produção de borracha e destinados aos “seringalistas” – termo oficial para se referir aos patrões (ALMEIDA,1992). A partir dos anos noventa esse enfoque começa a mudar e a borracha, sem o grande número de incentivos anteriores, perde de vez lugar no modo de vida, abrindo espaço para um novo padrão de ocupação na região.

Nesse novo contexto, os investimentos governamentais passam a privilegiar ações de conservação da natureza e de melhoria de qualidade de vida, sobretudo através dos governos federal e estadual. Principalmente nos anos 2000, programas de saúde, educação, energia e moradia, planejados independentemente, funcionaram, mesmo que sem intenção, como um incentivo à aglomeração populacional.

Nessa mesma década o poder municipal e alguns órgãos do governo estadual se viram envolvidos em uma disputa por prestígio com a ASAREAJ<sup>109</sup> que, somada à baixa presença do CNPT, fez com que ninguém controlasse essa mudança na ocupação do espaço, onde regras da tradição e regras legais foram desrespeitadas, e que levaram a uma nova configuração das localidades. A onda de mudanças rio abaixo foi resultado da união da crise da borracha, de vontades e desejos dos moradores, dentre as quais a de darem estudo a seus filhos, e de condições objetivas criadas por políticas públicas.

Passando a viver em grandes comunidades, há entre os habitantes indefinições sobre quais são as regras e os direitos de cada morador. Há conflitos entre novos e antigos moradores de uma mesma localidade que muitas vezes não se resolvem pela falta de um único código para a resolução dos mesmos: o papel da prefeitura como reguladora e demarcadora dos lotes, que se instala no vácuo deixado pelo CNPT e pela Associação, contrasta com as regras do *Plano de Utilização*. Um morador pode se apegar e se utilizar de qualquer um dos códigos de acordo com suas intenções, pois ambos são legitimados pelos discursos locais. Moradores não sabem a quem recorrer para resolverem problemas e conflitos que se instalam nessa indefinição aberta por códigos de condutas incompatíveis. Não há um código comum nem alguém ou algo que norteie as ações coletivamente.

Perpassando esse quadro de disputas, indefinições e vazios institucionais, está a vida cotidiana das pessoas e a maneira como organizam suas atividades, de modo a alcançar coisas por elas almejadas.

Pergunte a qualquer morador da região que tenha se mudado de localidade nos últimos anos o motivo que o levou a tomar tal decisão e a resposta certamente passará pela

---

<sup>109</sup> Cf. ELIZA, 1998.

educação dos filhos<sup>110</sup>. E assim como houve muitas mudanças para a Restauração também foram muitas as mudanças de moradores da Reserva Extrativista para a sede do município<sup>111</sup>. Houve muita gente em trânsito nos últimos anos e o sentido dessa mudança sempre foi rio abaixo.

E qual é a esperança desses pais que se mudam de localidades para proporcionarem acesso à escola para os filhos? Eles querem que os filhos não trabalhem no “sol quente” e nem no “pesado”. Se os filhos estudarem, podem conseguir uma ocupação melhor, mais “maneira”. Segundo eles, é preciso estudo para conseguir um emprego nos comércios locais ou ainda para prestar um concurso público e conseguir um emprego assalariado que livre as pessoas do trabalho do roçado e do extrativismo.

Tanto falas de Bé como dos familiares de Elenilton mostram que eles avaliam o trabalho no roçado ou na seringa como um trabalho sem objetivo, que “não dá resultado”, que não “dá futuro”. Sobre essa desvalorização do trabalho do seringueiro e a valorização do estudo, há dois pontos ainda a serem destacados.

O primeiro é que há uma avaliação dos moradores sobre os tipos de trabalho, em uma escala que vai do mais degradante ao mais bem visto. Um exemplo: quando a pista de pouso da Restauração estava em construção muitos moradores das comunidades mais isoladas do Tejo trabalhavam na derrubada das árvores e depois na compactação manual do solo. Eram poucos os moradores da Restauração que trabalhavam nessa obra e os que não trabalhavam diziam que não o faziam porque era um trabalho muito ruim. O

---

<sup>110</sup> Augusto Postigo escreveu sobre a importância e o significado da escrita entre os moradores do Alto Juruá em sua dissertação de mestrado. (cf. POSTIGO, 2003)

<sup>111</sup> Presenciei uma dessas mudanças, de uma família que saía da Foz do Tejo para se instalar em Marechal Thaumaturgo. Além desse caso, foram muitas as famílias que me relataram planos de se mudarem para a sede do município em um curto espaço de tempo.

trabalho era “no pesado” e em uma área desmatada com mais de quatrocentos metros de comprimento por vinte metros de largura, debaixo de “sol quente”. Ainda segundo eles, os moradores das cabeceiras trabalhavam na pista, pois era o único jeito que tinham de conseguir algum dinheiro naquela época.

Por outro lado, os trabalhadores assalariados da comunidade eram muito bem vistos por todos. E não eram apenas os professores ou os médicos. Cargos que exigem formação mais básica, como faxineiro e zelador da escola, também eram prestigiados e seus ocupantes haviam passado em um concurso público para ocupá-los. Trabalhavam sempre à sombra, sem precisar fazer o mesmo esforço do que o trabalho na pista de pouso ou ainda em algum roçado<sup>112</sup>.

Há dois fatores principais para considerar um trabalho bom ou ruim: a quantidade de esforço físico realizado e o local de trabalho. Quanto mais “maneiro” e mais “na sombra” ou em lugar “friozinho”, melhor<sup>113</sup>.

A segunda observação é que a atividade produtiva do chefe da família que se muda não é a coisa mais relevante no planejamento e normalmente não é a causa da mudança. Pode ser que em décadas anteriores os deslocamentos ocorressem em busca de melhores estradas de seringa para o chefe da casa cortar e melhorar sua produção anual de

---

<sup>112</sup> Augusto Postigo também notou em sua dissertação de mestrado a importância da educação para um trabalho mais “maneiro”: “*Os pais julgam importante que os filhos estudem para que possam trabalhar na cidade, longe do serviço pesado da mata. Escrever serve para outro mundo, fora da floresta*” (POSTIGO, 2003, p.17). O que percebemos de diferente agora é que o mundo do trabalho “maneiro” foi trazido para dentro da floresta e o estudo também serve para ocupar cargos prestigiados localmente.

<sup>113</sup> O frio é uma qualidade apreciada pelos moradores para algumas coisas. Um morador se orgulha de sua cacimba se ela tiver uma água “bem friazinha” para que ele possa tomar um banho no fim do dia. O clima frio das colocações também foi lembrado por muitos como uma qualidade desses lugares. Muitas vezes também ouvi os moradores dizerem que dentro da mata o clima é muito melhor, porque é só entrar dentro dela que fica tudo frio, em oposição ao “sol quente” do roçado e dos campos de criação.

borracha, ou ainda por desavenças entre vizinhos (cf. LUNA 2003). Histórias desse tipo são recorrentes no Alto Juruá, e mostram que mudar de localidade não é um fenômeno novo para essa população, como também sugere a história da vida de Bé. O que há de novo é que a mudança, hoje, não é impulsionada pela busca de melhores estradas de seringa e nem por um aumento na produção e renda familiar, mas por melhores escolas. A atividade produtiva é apenas a segunda parte do planejamento familiar e o caso de Bé sugere ainda que pessoas que se mudam de localidade podem passar de uma atividade a outra desde que seja possível sustentar a família em um local onde os filhos tenham um ensino de qualidade.

A questão não é saber se as pessoas se mudam, pois elas sempre se mudaram. O problema é para onde e por qual razão elas se mudaram. A pesquisa mostrou que os motivos são a energia elétrica, a facilidade de acesso e transporte, a possibilidade de conseguir algum dinheiro através de *diárias*, o acesso à saúde e, sobretudo, à educação. O local é a Restauração, única localidade do Alto Tejo que apresenta todas essas possibilidades e serviços.

### ***Vilas e unidades de conservação***

Outra questão fundamental para a pesquisa era o entendimento das conseqüências a que a aglomeração em um único espaço pode levar no caso de uma unidade de conservação que vê sua principal atividade extrativista entrar em declínio.

A literatura sobre a gestão de unidades de conservação é vasta e os pontos de vista e opiniões variados. Se considerarmos apenas a discussão entre autores que acham possível que presença humana e conservação da biodiversidade coexistam, teremos abordagens que justificam e interpretam a presença de moradores, e as dinâmicas locais,

de maneira distinta<sup>114</sup>: há aqueles que privilegiam a análise do conflito e “arenas” de debate como importantes na dinâmica local para funcionamento da unidade e garantia de reconhecimento de direitos (cf. FERREIRA, 1999; 2007), ou ainda enfatizam tensões presentes na criação e gestão das unidades (público/privado, leis/costume, cf. LITTLE, 2002), os que dão ênfase ao pacto estabelecido entre moradores e Estado, cujo objetivo é a conservação da natureza e o bem-estar social (CUNHA & ALMEIDA, 2001), e os que sublinham a necessidade do bom cumprimento desse pacto por ambas as partes (BENATTI, 2001; 2003).

Há, no entanto, pontos de concordância entre as abordagens desses autores, cujas diferenças estão mais na ênfase em alguns aspectos específicos dos processos de criação e gestão das unidades de conservação. A luta por direitos, a relação com o Estado e o baixo impacto ambiental das ações das populações são alguns aspectos que aparecem em todos os autores.

A questão, então, não é saber qual o *motor da história* das unidades de conservação, se são as arenas, os pactos ou as tensões. Se procurarmos casos empíricos, encontraremos justificativas a qualquer um dos pontos de vista<sup>115</sup>. É no espaço de concordância<sup>116</sup> entre

---

<sup>114</sup> O SNUC divide as unidades de conservação em dois grandes grupos. O primeiro deles é o de unidades de “Proteção Integral”, onde é vetada a presença humana. O outro é o de unidades de “Uso Sustentável”, em que se alia preservação e desenvolvimento social. Os dois grupos de unidades de conservação correspondem a duas posturas distintas de especialistas em conservação e ambientalistas: o primeiro grupo é representativo do pensamento de uma corrente “preservacionista” que avalia que a presença humana é prejudicial e incompatível com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade (cf. TERBORGH & VAN SHAIK, 2002); outra linha de interpretação vem da chamada corrente “conservacionista”, que, além de achar possível a conservação da natureza em áreas com presença humana, acredita ser a ação dos homens um dos estímulos que geram mais biodiversidade (cf. BALÉE, 1993)

<sup>115</sup> Para exemplos empíricos de conflitos, tensões e acordos, ver FERREIRA, 2007; LUNA, 2003; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA & PANTOJA, 2004. Privilegiar apenas um aspecto ou uma abordagem

as distintas abordagens teóricas que reside uma das questões fundamentais a serem exploradas: como resolver a questão do impacto ambiental causado pelo surgimento da vila Restauração? O caso da Restauração mostrou um conflito entre a ação dos moradores e a conservação e, conseqüentemente, um conflito com a própria razão de ser da Reserva Extrativista. O espaço onde as pessoas se aglomeraram levou a degradações ambientais e nem por isso melhorou a qualidade de vida de todos os habitantes, segundo sugere o relato de Osterno apresentado anteriormente.

Mas, não significa que a ação dos moradores da Restauração coloque em xeque a existência da Reserva Extrativista do Alto Juruá e nem das Reservas Extrativistas como modelo de conservação. Os problemas atualmente enfrentados também são resultado de ações ou omissões de instituições e órgãos externos.

As mudanças ocorridas na Restauração foram resultado de múltiplos fatores e acontecimentos que se desenrolaram principalmente nos anos 2000: o abandono quase completo da produção de borracha, a necessidade das famílias de encontrarem outra atividade produtiva, a vontade de ter acesso a bens e serviços, as políticas públicas, o contexto político local, a ausência dos órgãos administrativos, tudo isso se articulou de uma maneira específica que resultou na atual conjuntura. Nesse caso, podemos afirmar que o pacto entre Estado e população não teve as obrigações cumpridas por nenhuma das partes, ou ainda, que as arenas de debate foram inexistentes, devido ao vazio

---

seria empobrecer os acontecimentos, já que os diversos relatos passam por momentos de tensão e diálogo até seu desfecho, que permitem qualquer uma das abordagens apresentadas acima. Sobre a possibilidade de explicar uma mesma realidade com modelos teóricos distintos ver BATESON, 1958.

<sup>116</sup> Sobre espaços de concordância entre distintos pontos de vista, ou *ontologias*, como prefere o autor, ver o artigo de Almeida (ALMEIDA, 1999).

institucional deixado pelo CNPT e pela crise da Associação. Não havia nada ou ninguém que formalizasse ou gerasse esses espaços de conflito e decisão coletiva.

Do ponto de vista da conservação ambiental, o resultado desse contexto e da aglomeração populacional foi a concentração do uso do território em uma porção da região. Os usos da natureza e o impacto ambiental de todas as famílias residentes na região do Alto Tejo antes eram divididos pelo território, dispersos em cada colocação. Hoje, grande parte das famílias está na Restauração e elas estão sentindo no cotidiano as consequências da pressão sobre os recursos naturais, que estão escasseando, principalmente pesca, caça e água apropriada para consumo.

Estaríamos, então, presenciando um exemplo da *tragédia dos comuns* (HARDIN, 1968)? Antes de ser uma tragédia, a Restauração é um problema comum e, aparentemente, momentâneo. A utilização comum da terra teve alguns resultados negativos pela ausência de regras claras de gestão, dividindo a população entre o *Plano de Utilização* e os pressupostos de propriedade privada trazidos com a demarcação de lotes. Nas palavras de Benatti, a tragédia dos comuns é, na verdade, a tragédia dos “recursos de acessos abertos” (BENATTI, 2001; 2003), ou seja, a tragédia daqueles que não sabem por onde seguir na gestão de seus territórios, que não tem regras claras de gestão e nem meios de colocá-las em prática.

Os debates realizados durante as reuniões comunitárias dos trabalhos do *Plano de Manejo*, exemplificados anteriormente pelo debate sobre as seringueiras e as formas de pesca, mostram que a presença de órgãos administrativos e gestores favorecem espaços de debate, de onde saem conclusões sobre a maneira que os moradores devem proceder para garantir a qualidade de vida e a gestão sustentável dos recursos naturais.

Sobretudo no caso da pesca, os moradores demonstraram preocupação quanto à disponibilidade futura do recurso frente a métodos predatórios de marisco. Eles se questionaram sobre a possibilidade de continuar usufruindo de um recurso de acordo com as técnicas que vinham usando, ou seja, se era possível, em um padrão urbano de ocupação do território, manter a extração do recurso sem o extinguir.

Essas preocupações e debates que partem da própria comunidade dão um exemplo contrário à *tragédia dos comuns*. A urbanização da Restauração levou a um momento de crise, mas a comunidade dá sinais de que está se organizando para regular localmente o uso dos recursos.

E essa nova regulação dos recursos ocorre justamente porque cada morador não está agindo individualmente de modo a maximizar a extração de recursos no presente. A avaliação pelos moradores é mais complexa e varia de acordo com cada indivíduo. Há os que extraem o máximo de recursos, aproveitando-se da falta de regulação e os que fazem um cálculo futuro para pautarem suas ações de modo a não escassear ou extinguir os recursos.

Nota-se entre os moradores da Restauração que há distintas maneiras de lidar com a questão e que esse quadro complexo se assemelha a problemas levantados por Amartya Sen (SEN, 1999). O uso dos recursos, assim como na economia, não é apenas um problema *engenheiro*. A questão não é somente operacionalizar a maximização do uso e extração dos recursos para fins lucrativos. Há, na economia assim como nas idéias e práticas de alguns moradores do Alto Juruá, um pano de fundo moral que também é fundamental para compreender os usos da natureza e das relações econômicas. Ou seja, a ação individual dos moradores não ignora os custos que ela tem para os outros e nem os custos futuros. É esse também o argumento de Elinor Ostrom e sua equipe

(OSTROM, 1999a; 1999b): os indivíduos nem sempre agem de maneira egoísta, desrespeitando as regras e querendo maximizar seus lucros. Eles também podem tecer arranjos sociais e relações de reciprocidade baseadas em práticas e julgamentos locais de modo a regulamentar com excelência o uso dos recursos, mantendo-os para todos no presente e no futuro.

## Bibliografia

ALMEIDA, Mauro W. B. de (coord.) [1998]. *Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, versão digital em pdf [não publicado].

ALMEIDA, Mauro W. B. de [1992]. *Rubber Tappers of the Upper Juruá River: The Making of a Forest Peasantry*. PhD Thesis: University of Cambridge.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de [1999]. “Guerras Culturais e Relativismo Cultural”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 5-14.

ALMEIDA, Mauro W. B. de [2004]. “Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.19, nº55, junho/2004.

ALMEIDA, Mauro W.B. de; PANTOJA, Mariana Ciavatta [2004]. “Justiça Local nas Reservas Extrativistas”. *Raízes*. v. 23, n. 1-2, p. 27-41, Campina Grande.

AQUINO, Terri Vale de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita [1994]. *Kaxinawá do Rio Jordão: História, Território, Economia e Desenvolvimento Sustentado*. Rio Branco: Comissão Pró-Índio

BALÉE, William [1993]. “Biodiversidade e os Índios Amazônicos” In CASTRO, Eduardo Viveiros de (org). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHH-USP.

BARRETO, Henyo Filho [2001]. “Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção” *Workshop Sociedades Caboclas da Amazônia: Modernidade e Invisibilidade*. Parati-RJ, 21 a 24 de outubro de 2001.

BATESON, Gregory [1958]. *Naven: a survey of the problems suggested by a composite picture of the culture of a new guinea tribe drawn from three points of view*. California: Stanford University Press.

BENATTI, José Helder [2001]. “Presença Humana em Unidades de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político?” In *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: ISA/Estação Liberdade.

BENATTI, José Helder [et al] [2003]. “Políticas Públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia”. *Ambiente e Sociedade*, VI 2:137-154.

BENATTI, José Helder [s/d]. *A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário*. Versão digital.

COSTA, Craveiro [1974]. *A Conquista do Deserto Ocidental: subsídios para a história do Território do Acre*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

COSTA, Eliza Mara Lozano [1998]. *Da Patronagem à Associação: poderes em disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Social, Campinas: Unicamp.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de (orgs.) [2002]. *Enciclopédia da Floresta: O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações Tradicionais*. São Paulo: Companhia das Letras.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de [2001]. “Populações Tradicionais e Conservação” In CAPOBIANCO, J. P. R. (org). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: ISA/Estação Liberdade.

DEAN, Warren [1989]. *A Luta Pela Borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo: Nobel.

- FERREIRA, Lúcia [1999]. “Remanescentes de um pretérito mais que perfeito” *In Revista Debates Sócio-Ambientais*. São Paulo: Paralela/Cedec, ano V, nº 13, pp.20-21.
- FERREIRA, Lúcia [et al] [2007]. “O encontro das águas: dinâmicas sociais e biodiversidade na amazônia brasileira” *In. Teoria e Pesquisa 50*. Vol. XVI, nº1, jan/jun.
- FRANCO, Mariana Ciavatta Pantoja [2001]. *Os Milton: cem anos de história familiar nos seringais*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH/Unicamp.
- FURTADO, Celso [1965]. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GUDEMAN, Stephen; RIVERA, Alberto [1990]. *Conversations in Colombia: the domestic economy in life and text*. New York: Cambridge University Press.
- HARDIN, Garret [1968]. "The Tragedy of the Commons," *Science*, 162:1243-1248.
- IBAMA, *Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá*, <http://www.ibama.gov.br/resex/ajuruu/plano.htm>, verificado em fevereiro de 2010.
- LITTLE, Paul [2002]. “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *In Cadernos de Antropologia*, nº 322. Universidade de Brasília, 2002.
- LUNA, Mariza B. Araújo. [2003] *Afinal, Quem Tem Mais Direito? Conflitos e noções de justiça na Reserva Extrativista do Alto Juruá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: Unicamp.
- MARTINI, Andrea. [1998] *Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas: Unicamp.

MARTINI, Andrea. [2005] *A Margem do Limite: fronteira e narrativa na Foz do Breu, Acre, Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp.

OSTROM, Elinor [1999b]. “Coping with tragedies of the commons”. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2:493–535.

OSTROM, Elinor [et al] [1999a]. “Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges”. *Science* v. 284, p.278-282.

PANTOJA, Mariana Ciavatta; COSTA, Eliza; POSTIGO, Augusto [2009]. “A presença do gado em Reservas Extrativistas: algumas reflexões”. *Caderno Pós Ciências Sociais*. v.6 n.12 jul/dez, São Luis/MA: UFMA.

POSTIGO, Augusto de Arruda [2003]. *Penduraram as Letras na Parede da Sala: escrita e organização social no Alto Juruá*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp.

POSTIGO, Augusto de Arruda [et al] [2008]. *Atlas Histórico do Rio Bagé (1907-2006)*. Campinas: UNICAMP/IFCH/CERES.

SEN, Amartya [1999]. *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOBRINHO, José M. B. Catello Branco [1930]. “O Juruá Federal”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial: Congresso Internacional de História da América, IX, p.587-722.

SOUZA, Ademar Rodrigues de [et al] [2004]. “Antologia de Escritores da Floresta I”. *Série Pesquisa e Monitoramento Participativo em Áreas de Conservação Gerenciadas por Populações Tradicionais*, v.4, Campinas: UNICAMP/IFCH/CERES.

TERBORGH, John; VAN SCHAIK, Carel [2002]. “Por que o Mundo necessita de Parques” In TERBORGH, John [et al]. *Tornando Parques Eficientes: Estratégias para a conservação nos Trópicos*. Curitiba: UFPR, pp.25-36.

WOLFF, Cristina Scheibe [1999]. *Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec.

WOORTMANN, Ellen [1998]. “Família, mulher e meio ambiente no seringal” In NIEMEYER, Ana Maria de. e GODOI, Emília (orgs). *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Editora Mercado das Letras.